

Fabiano Garcia

**PARA ALÉM DOS SELETOS E SINUOSOS CONSENSOS:**  
Processo histórico, transformação social e a construção da memória  
coletiva, Lages/SC (1944-1990)

Dissertação de Mestrado submetida  
ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal  
de Santa Catarina para a obtenção  
do grau de Mestre em História  
Cultural

Orientador: Prof. Dr. Adriano Luiz  
Duarte

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Garcia, Fabiano

PARA ALÉM DOS SELETOS E SINUOSOS

CONSENSOS: Processo histórico, transformação social e a construção da memória coletiva, Lages/SC (1944-1990) / Fabiano Garcia; orientador, Adriano Luiz Duarte - Florianópolis, SC, 2016. 180 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Historiografia. 3. Lages. 4. Memória Coletiva. I. Duarte, Adriano Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.





*Dedico este trabalho às pessoas de Lages que através das distâncias sociais – diferenças de classe, gênero e cor - de algum modo me ensinaram, sem saber, os significados reais e materiais da luta de classes na cidade. Com particular afeto à Ivete Amaral.*



## AGRADECIMENTOS

Registrar um agradecimento em uma folha de papel é simbólico porque materializa uma mínima prova de reconhecimento para com aqueles ou aquelas que compartilharam seu tempo, emoções, ideias, leituras, situações e pequenos martírios durante um determinado período. Eu devo muito às pessoas que estiveram comigo nesses dois anos de mestrado e que de algum modo me apoiaram, me incentivaram e garantiram uma experiência menos angustiante no processo de escrita. Sendo assim, pretendo enfrentar os riscos de uma possível negligência para assinalar, com a maior convicção e prova de amizade, o nome de algumas pessoas que me foram fundamentais.

Primeiramente ao meu orientador, Adriano Luiz Duarte, que vem desde os tempos da graduação confiando no meu trabalho e contribuindo com sugestões cruciais e me ensinando a “pensar melhor”, obrigado! De mesmo modo estendo o agradecimento à banca de qualificação e, depois, defesa, que abriram mão do seu tempo para ler e criticar com sinceridade esta dissertação, apresentando-me sugestivas pistas sobre os limites e potenciais da pesquisa: Raul Arruda Filho, Geraldo A. Lócks e Sônia Beltrame, meu muito obrigado, especialmente à Sônia que com Nini Beltrame (figuras ímpares) me alertaram, nas horas graves e confusas, sobre o lado pitoresco, emblemático e passageiro do meio acadêmico e da vida. Raul, de mesmo modo, me encorajou com conversas inspiradoras e redobrou meu interesse por literatura, a quem sou muito grato por isso.

Meus amigos e amigas de tantas andanças e os remanescentes dos tempos de graduação gostaria que soubessem que tenho a maior felicidade e sorte em tê-los por perto: Sebastião, Julio, Gesiel, Lúcio, Paulo, Lucas, João Paulo, Thays, Letícia, Scheyla, Fernanda Broering, Flávia, Ferzola e tantos outros e outras, manifesto afetuosamente meu muito obrigado, sintam-se devidamente abraçados. Ainda nesse sentido, agradeço fundamentalmente ao Vinicius Gomes, mestre livreiro que durante esse período, além de ter sido fiel amigo, facilitador de livros e parceiro de Sopranos, me suportou (em ambos os sentidos da palavra) como companheiro de morada e foi quem ouviu, pacientemente, tantas lamúrias sobre as questões que enfrentei durante a escrita, em conversas intermediadas por literatura, café, música e questões de ordens práticas e existenciais presentes neste nosso mundo. Mestre, de coração, obrigado.

Em termos de suporte e amizade, devo registrar um agradecimento especial à minha família, principalmente ao meu pai, minha madrasta, meus dois irmãos e, especialmente, ao meu sobrinho, Heitor, que tornou tudo mais bonito, com graça e leveza, desde que nasceu. Aos colegas da turma de mestrado também agradeço pelo apoio e companheirismo nas aulas e por compartilharem suas experiências particulares, o que tornou esse processo um pouco menos solitário. As queridas amigas e historiadoras Scheyla Tizatto e Sara Nunes agradeço pelas conversas generosas, sempre inteligentes, das quais aprendi muito a como pensar e compreender a história de Lages. Foi, aliás, em uma dessas conversas que este trabalho virou do avesso. Ao amigo Fábio Bruggemann agradeço pelo empréstimo do material, livros e fontes, reunidos pelo seu primo, o historiador Frank Marcon – agradeço a ambos pela generosidade, assim como a Nini Beltrame pelo material referente ao grupo Gralha Azul, que no fim acabei não usando para esta oportunidade.

Finalmente, é importante registrar que esse trabalho contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e com o suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição que garantiu uma bolsa de pesquisa que me foi crucial e que cobriu, entre outras coisas, os meus custos de alimentação e moradia, o pagamento das contas no final de cada mês e a compra de livros durante dois anos. Tratando-se de uma autarquia pública, vinculada ao Ministério da Educação, tal bolsa foi garantida com dinheiro público, ou seja, resultado do esforço e trabalho coletivo do povo brasileiro. Com isso, desejo profundamente que essa pesquisa possa corresponder minimamente ao investimento coletivo confiado a mim. É preciso reconhecer que, enquanto pesquisador em âmbito de pós-graduação, encontro-me em uma situação que, infelizmente, é privilegiada neste país que é um lugar assolado por tantas misérias. Daí a minha completa convicção e certeza na importância de políticas públicas que garantam que (assim como eu), muito mais pessoas estudem e pesquem em universidades públicas e de qualidade. Aqueles ou àquelas pessoas que injustamente esqueci-me de mencionar, assim como outras instituições, fica o meu sincero pedidos de desculpas. Agradeço, por fim, a quem compartilhou a pândega comigo até aqui.



*Na cidade as grandes casas fecham a vista  
à chave/ Escondem o horizonte,  
empurram o nosso olhar para longe de  
todo o céu/ Tornam-nos pequenos porque  
nos tiram o que os nossos olhos nos podem  
dar/ E tornam-nos pobres porque a nossa  
única riqueza é ver.*

**Fernando Pessoa, 1914**

*O seu olhar queria alcançar o lado de lá  
daquela tela de humores voláteis: a forma  
das coisas se distingue melhor à distância.  
Ou então a nuvem detinha-se logo depois  
de sair da boca, densa e vagarosa, e  
evocava uma outra visão: as exalações  
estagnadas no alto das metrópoles, a  
fumaça opaca que não se dispersa, a  
camada de miasma que gravita sobre as  
ruas betuminosas. Não as lábeis névoas da  
memória nem a árida transparência, mas  
o cheiro de queimado de vidas queimadas  
que forma uma crosta sobre as cidades, a  
inchada esponja de matéria vital que  
deixou desfluir, o entupimento de passado  
presente futuro que bloqueia as  
existências calcificadas pela ilusão de  
movimento: eis o que encontrava ao  
término da viagem.*

**Ítalo Calvino, 1972**



## RESUMO

Esta dissertação investiga a contrapelo, conforme a sétima tese do conceito de história proposta por Walter Benjamin, os consensos presentes na historiografia da cidade de Lages, focando em temas como a grande pecuária e o ciclo de extração da madeira. Para isso, criou-se um “inventário historiográfico”, reunindo artigos e livros escritos a partir de 1944, por profissionais liberais e políticos lageanos, os quais são discutidos no primeiro capítulo, e três dissertações de mestrado elaboradas entre 1977 e 1990, analisadas no segundo capítulo. Ao evidenciar critérios, referências, temas e os situando no seu contexto de produção, identifica-se, entre outras coisas, o paradoxal encontro entre narrativas que, apesar de elaboradas em períodos distintos e com objetivos bastante díspares, contribuíram para a manutenção de preconceitos estabelecidos ao longo do século XX e que foram atribuídos às classes populares. Defende-se que a operação da escrita da história não atua apenas no plano do discurso ou narrativo, mas também gera e garante determinadas práticas e relações sociais, seja através de seus pressupostos ou silenciamentos interessados. Para isso, afina-se a análise com parte das propostas de Raymond Williams. Também se problematiza a adoção daqueles textos como referência para a compreensão do passado, ressaltando seus limites e as consequências para a “memória coletiva” do município. Nas considerações finais, bem como em algumas partes da dissertação, são indicadas algumas alternativas possíveis para repensar a história da cidade. Insiste-se na necessidade de mais investigações sobre a história de Lages, com temas diversos e perspectivas mais amplas, críticas, e atentas às metodologias que são próprias do campo da história, com especial destaque à “lógica histórica” proposta por E. P. Thompson.

Palavras-Chave: Historiografia. Lages. Ciclo da Madeira. Pecuária. Memória Coletiva.



## ABSTRACT

The present study investigates “against the grain”, as the seventh thesis of the concept of history proposed by Walter Benjamin, the narrative patterns present in a specific local historiography and the consensus derived from topics such as “large livestock farming” and “extraction wood cycle”. For this, we created a "historiographical inventory", bringing together articles and books written by liberal professionals and politicians from 1944, discussed at the first chapter, and three master's dissertations produced between 1977 and 1990, analyzed in the second chapter. The evidence criteria, references and themes, when situated in a production context, identifies, among other things, the paradoxical meeting between narratives that - although designed in different periods and having quite disparate goals - contributed to maintaining prejudices established throughout the twentieth century often targeting the popular classes. It's argued that the historiographical operation doesn't act only on the level of discourse, but also generates and guarantees certain practices and social relations, as highlighted by Raymond Williams. In this way, is important to problematize the adoption of such texts as a source of understanding of the past, their limits and the impact on the "collective memory" of the municipality. Finally, the considerations indicated some possible alternatives to rethink the history of the city. It insists on the need for further research on the history of Lages with various themes and broader perspectives, reviews, and methodologies attentive to the history field, with special emphasis on "historical logic" proposed by E. P. Thompson.

Keywords: Historiography. Lages. Extraction wood cycle. Large livestock farming. Collective memory.



## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1 REGIÕES DE SANTA CATARINA, COM DESTAQUE PARA AS ÁREAS DO PLANALTO SERRANO, (B). MAPA DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE SANTA CATARINA; FECOMERCIO..... 29
- FIGURA 2 MAPA ATUAL DE SANTA CATARINA, CONFORME AS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DO ESTADO, 2006. DESTAQUE EM VERMELHO PARA O TERRITÓRIO DE LAGES. FONTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DE SANTA CATARINA. .... 31
- FIGURA 3: A PRAÇA DO MERCADO E O MERCADO PÚBLICO NO CANTO SUPERIOR DIREITO, CENTRO COMERCIAL MAIS IMPORTANTE DA REGIÃO, PELO MENOS, ATÉ A METADE DO SÉCULO XX. FOI SUBSTITUÍDO POR OUTRO PRÉDIO, EM OUTRO LOCAL, EM 1963. ACERVO MUSEU THIAGO DE CASTRO. .... 59
- FIGURA 4: “SUGESTIVA FOTOGRAFIA DE UMA BANCA DE CHARQUE E TOUCINHO, NO INTERIOR DO MESMO MERCADO VELHO, EM 1936”. FOTO REPRODUÇÃO DE COSTA, LICURGO. P.872. .... 61
- FIGURA 5: EXPOSIÇÃO E FEIRA AGROPECUÁRIA EM LAGES (S/D). FONTE: ASSOCIAÇÃO RURAL DE LAGES. .... 66
- FIGURA 6: “FOTOGRAFIA COLHIDA NA ESCADARIA DO PALÁCIO DA SUPERINTENDÊNCIA EM 1919, QUANDO FOI ELEITO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL O DR. WALMOR RIBEIRO [...]”. FOTO REPRODUÇÃO DE COSTA, LICURGO. P.1269. .... 68
- FIGURA 7 BASTIDORES DA GRAVAÇÃO DO DOCUMENTÁRIO LAGES, A FORÇA DO POVO (1982), DIRIGIDO PELA CINEASTA CARIOCA TETÊ MORAES. NA FOTO, O TÉCNICO DE SOM FERNANDO GOULART, O ARTESÃO CABOCLO ZECA DIABO E ARI MARTENDAL. FONTE: ACERVO INSTITUTO DIRCEU CARNEIRO. .... 119
- FIGURA 8 PLACA QUE FICAVA LOCALIZADA NA ENTRADA DO MUNICÍPIO, NA BR-116, EM 1980. FONTE: ALVES, MARCIO MOREIRA. *A FORÇA DO POVO: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA EM LAJES*. .... 121
- FIGURA 9 FOTO REPRODUÇÃO DO JORNAL PIXURUM – 10 ANOS DO CENTRO VIANEI. NA FOTO A DIREÇÃO DA ONG EM 1993: GERALDO LOCKS, ANTÔNIO MUNARIM E SÉRGIO SARTORI. .... 149

FIGURA 10 - FOTO REPRODUÇÃO DO JORNAL PIXURUM, DO CENTRO VIANEI. NA FOTO A EQUIPE DE 1993, ENTRE ELES, OS PROFESSORES ANTONIO MUNARIM E GERALDO LÓCKS..... 149



## SUMÁRIO

Nota sobre a trajetória de pesquisa.....	19
INTRODUÇÃO .....	27
CAPÍTULO 1 – INVENTÁRIO DOS SELETOS CONSENSOS.....	
.....	37
1.1.A história como empenho cívico.....	41
1.2.O predomínio de um tema: a história de Lages como história da pecuária .....	50
1.3. Um expediente a serviço da “pujança” .....	57
CAPÍTULO 2 – INVENTÁRIO DOS CONSENSOS SINUOSOS.....	
.....	77
2.1. Processo histórico e transformação social: as diferentes escalas de um tema-problema.....	79
2.2. A produção acadêmica (1977-1990): profissionalização, especialização e engajamento.....	92
2.2.1 – Poder político e mudança social (1977) .....	96
2.2.2. Trabalho- educação: de caboclo-peão e caboclo-roceiro a operário (1980).....	105
2.2.3. Engajamento, práxis e militância educadora - (1990) .....	120
CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	150
FONTES.....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165



## Nota sobre a trajetória de pesquisa

No final de 2013, quando resolvi pleitear uma vaga no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, compreendi que era imprescindível continuar investigando as temáticas da minha pesquisa referente à história de Lages, sobretudo a partir do que já havia desenvolvido na minha monografia de conclusão de curso<sup>1</sup>. Refletindo sobre o trabalho, naquele momento, tive a impressão que faltava um mapeamento mais elaborado sobre as relações da gestão do prefeito Dirceu Carneiro (1977-1982), com as associações de moradores de bairro. Essa administração, vale lembrar, teve como principal slogan a “*democracia participativa*”, com pressupostos, portanto, ligados à participação popular na gestão da coisa pública.

Além disso, havia naquela monografia temas concernentes às demandas das classes populares que, sem perder de vista a indissociabilidade do contexto local com o contexto estadual e nacional, eram pensados fundamentalmente a partir das contradições econômicas, sociais e políticas situadas no período do regime militar brasileiro (1964-1985). Na ocasião, eu julgava que essa contextualização enriquecia a interpretação do trabalho como um todo, porque relacionava o processo de Lages às discussões dos “novos movimentos sociais”, ou seja, aos estudos dedicados a compreender as manifestações que se espalhavam pelo país nos anos 1970 e 1980<sup>2</sup>, essencialmente pós 1974 - período marcado pela “abertura política” no Brasil (muito

---

<sup>1</sup> Ver GARCIA, Fabiano. *Rupturas, permanências e transição: a “Força do povo” em Lages-SC (1977-1982)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

<sup>2</sup> Naquele trabalho, para essa discussão, usei como referências especificamente os trabalhos de SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; e CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2006 [1981]. Mas para uma compreensão mais abrangente da discussão cf.: SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. *São Paulo: o povo em movimento*. São Paulo: Vozes/Cebrap, 1980; GOHN, Maria da Glória. M. *Reivindicações Populares Urbanas*. São Paulo: Cortez, 1982. GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 2 ed. São Paulo. Loyola, 2000.

embora esses movimentos não fossem tão “novos” como se pressupunha<sup>3</sup>). Desse modo, a pesquisa recuperaria a meu ver, uma parte importante da história social e política da cidade, bem como a memória dos movimentos sociais sobre esse período, até então muito pouco trabalhada por historiadores e historiadoras no que diz respeito à Lages<sup>4</sup>.

A continuidade dessa pesquisa, agora no mestrado, teria como sequência a consulta de outros jornais locais e estaduais, contaria com a análise de um documentário filmado em Lages em 1982, além de leis municipais, de um relatório desenvolvido com a finalidade de “preservar a memória dos projetos populares” e com a realização de entrevistas<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> “Essa distinção entre os *novos* e os *antigos* na referência aos movimentos sociais obscurece suas múltiplas continuidades e resulta tanto do contexto de oposição ao regime militar, no início dos anos 70, e da perplexidade diante dos movimentos sociais que emergiam naquele momento, quanto da desqualificação das organizações que, supostamente, não teriam sido capazes de resistir à avassaladora interferência do Estado e dos partidos políticos no pós-guerra e, com sua adesão às práticas clientelistas e sua submissão aos líderes carismáticos, teriam contribuído para as limitações estruturais da “república populista” e para seu desfecho na ditadura militar”. DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973*. Tese de Doutorado em História: Campinas, 2002, p.239. Cf. também FONTES, Paulo. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado em História. Campinas. IFCH/UNICAMP, 2002.

<sup>4</sup> Jucirema Quinteiro, em estudo sobre a gestão de Lages, já trabalhava nesse sentido, mas com outras preocupações e em outra área: *A “Força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo, esta experiência?* Dissertação de mestrado em Filosofia da educação. São Paulo: PUC, 1991. Ver também: GUEDES, Fábio. *O mutirão por uma vida melhor: trajetória histórica do projeto lageano de habitação 1977-1982*. Monografia. Florianópolis: UDESC, 2005.

<sup>5</sup> *Lages, a força do povo*. Produção e direção de Maria Teresa Porciúncula Moraes (Tetê Moraes). Rio de Janeiro: Embrafilme, 1982. 16mm, COR, 70min, 770m, 24q, Eastmancolor. Sobre a legislação, tratava principalmente daquelas que instituíram os “projetos especiais” da Administração Dirceu Carneiro. Sobre o relatório: *Produção de Educação e Cultura Popular – a experiência de Lages 1977 – 1982*. Projeto n. 314/82 (FAPEU) Contrato 51/82. Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU) da Universidade Federal de Santa Catarina e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Esses documentos basicamente resumiam o conjunto das fontes. Julgando-os insuficiente para a dissertação, em determinado momento, busquei alternativas que pudessem responder melhor às questões as quais eu estava levantando e isso ocorreu no segundo ano do curso de mestrado.

Infelizmente, dado a impossibilidade de acessar, por diferentes razões, as atas das reuniões das associações de moradores, e as dificuldades decorrentes do acesso parcial ao material do acervo do Instituto Dirceu Carneiro<sup>6</sup> - o qual eu tinha grande expectativa de trabalhar -, restou apenas alguns documentos cartoriais e que revelavam poucas coisas sobre o processo que eu estava interessado, a despeito de indicarem sugestivas pistas para entender o momento de “institucionalização” e formalização das associações de moradores em Lages no final da década de 1970<sup>7</sup>. Um trabalho mais apurado e aprofundado seria necessário, neste caso, para conhecer outras fontes registradas em cartório, o que prefigurava a inviabilidade em termos de prazo, entre seguidas viagens à Lages e análise cuidadosa desses arquivos.

Com esse horizonte frustrado, fui abdicando de algumas expectativas que havia criado. Após alguns debates promovidos durante as disciplinas da pós-graduação em História, Sociologia Política e de Arquitetura e Urbanismo, entre 2014 e 2015, outras questões

---

(INEP). Equipe técnica: José Ari Celso Martendal (pesquisador responsável), Maria Julieta Costa Calazans, Hélio Raymundo Santos Silva. Este material me foi gentilmente concedido pela professora Cristina Wolff.

<sup>6</sup> “O Instituto Dirceu Carneiro, constituído em 24 de junho de 2007, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado, com sede no município de Lages, Estado de Santa Catarina”. Para saber mais: <http://institutodirceucarneiro.org.br/instituto.html> Acesso em Jan. 2016.

<sup>7</sup> Esses documentos se resumem ao Registro dos estatutos Associação de Moradores do Bairro Habitação de 28 de Fevereiro de 1985 e anexos (Diário Oficial de Santa Catarina) de estatutos das seguintes associações: Bairro Gethal (1979), Bairro Vila Nova (1978) Bairro Santa Mônica (1977) Projeto Habitacional I (1978), Bairro Guarujá (1977), Santa Helena (1977), Brusque (1978) e Vila Mariza (1978), concedidos por José Cardoso de Souza e Airton Miguel de Oliveira que a época estavam à frente da Associação de Moradores do Bairro Habitação e gentilmente me receberam na sede da Associação.

começaram a chamar a minha atenção, como a “questão urbana”, o que ajudou a redirecionar o foco da minha pesquisa. Desse modo, fui articulando outras formas de pensar o tema da urbanização de Lages – coincidência interessante, uma vez que ao analisar o conteúdo das fontes, percebia que o tema era igualmente candente.

Em períodos anteriores, a temática urbana estava presente nas minhas inquietações pessoais e hipóteses que eu vinha levantando, envolvendo um recorte entre cidade, lei e cultura. Essas hipóteses se não contrariavam parte das explicações realizadas até então sobre a importância da pecuária para o “desenvolvimento” de Lages e sobre tão destacada intensificação do processo de urbanização da cidade, no contexto do “ciclo da madeira” (1940-1960), lançava novas interrogações sobre o processo histórico mais amplo, reavaliando-o sem se prender aos vícios políticos de uma cidade como Lages, nem ao tom triunfalista dos pecuaristas, tampouco às fórmulas intelectuais acadêmicas que associavam mecanicamente, entre outras coisas, “industrialização” com “urbanização”. Dessa forma comecei a repensar alguns critérios que abalizaram uma longa discussão.

Não sendo poucas as informações coletadas sobre esses temas, principalmente em outras pesquisas, jornais e em algumas fotografias, julguei que, de fato, o assunto merecia uma apreciação mais cuidadosa. De modo análogo, houve também uma familiaridade com outras leituras, sobretudo relacionada à história social do trabalho, à história e sociologia urbana e rural, além de discussões envolvendo cultura popular e política a partir da obra de E.P. Thompson e uma acolhida vigorosa dos trabalhos de Raymond Williams, especialmente a obra *O campo e a cidade*<sup>8</sup>. O ânimo para continuar pesquisando havia

---

<sup>8</sup> WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Trad. Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Nesse sentido, as questões discutidas na disciplina *Política e Cultura – releitura crítica de E. P. Thompson*, organizada e ministrada no segundo semestre de 2014, pelo professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC Ricardo Gaspar Muller, foram fundamentais. Entre as obras que me auxiliaram nas reflexões contidas nesse trabalho estão: THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. 3 vol. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987. THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed.

consolidado a minha vontade de investir em novas perspectivas decorrentes dessas leituras, sendo necessário afastar, portanto, o objeto e o recorte do projeto inicial e me redirecionar para um novo trabalho.

A partir do segundo ano de pesquisa minhas perguntas para a investigação passaram a se desenvolver melhor. Com o meu retorno aos escritos de Lages, percebi que muitas interpretações “históricas” destoavam bastante daquilo que eu estava constatando no exercício com as fontes. Ao me debruçar novamente sobre os textos que qualifico como parte da “historiografia lageana”, apesar de não serem obras de historiadores propriamente ditos, assumi aquelas questões que julguei significativas para tentar rever algumas premissas e refletir outras possibilidades para entender o processo histórico decorrido em Lages.

Mas para avançar, senti que era necessário dar um passo atrás e desvendar porque a história escrita de Lages estava tão submetida a determinados temas históricos (que apesar de realmente importantes para o município, encobriram uma série de outras questões), e porque alguns consensos se prolongavam por tanto tempo sem maior problematização. Desse modo, o que era para ser apenas um capítulo da dissertação, acabou se tornando o trabalho integral, cujo resultado geral é essa “proposta experimental” com a elaboração de um “inventário historiográfico”, conforme se verá adiante.

Como já foi constatado pelos historiadores, as fontes redefinem ou arruinam as hipóteses, já que “a característica particular do material oferecido ao historiador implica a redefinição das categorias de análise, que se efetua em um movimento dialético do material empírico às categorias”<sup>9</sup>. Esse procedimento resultou em boa parte do conteúdo aqui exposto, sobretudo quanto aos tópicos de natureza bibliográfica e que se ligam mais, por assim dizer, ao “pano de fundo” dos escritos que foram analisados.

---

Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012. MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2012; MULLER, Ricardo G; DUARTE, Adriano L. (org.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argus, 2012.

<sup>9</sup> THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012.

Enfim, esse deslocamento no conjunto pôde conduzir, a meu ver, a uma contribuição mais interessante em termos de reflexão e questionamento sobre a história de Lages, porque talvez menos esquemático e mais aberto, e também por apresentar novos problemas e elementos em relação à periodização e concepção de alguns tópicos consagrados nos estudos históricos lageanos – os quais eu intitulei aqui de “seletos e sinuosos consensos” - e que continuam ativos, com uma teimosa persistência, apesar dos esforços realizados desde o final dos anos 1980 para renovar as pesquisas com novos temas, objetos e abordagens em âmbito de pós-graduação e no campo da história.

Em termos de metodologia, em alguns momentos da dissertação quando regresso para alguns documentos e questões do século XIX ou para as três primeiras décadas do século XX, talvez tenha ficado evidente uma abrangência muito ampla em termos de recorte para uma investigação de mestrado, o que pode gerar alguma desordem. De todo modo, eu assumo inteira responsabilidade frente aos deslocamentos realizados e por possíveis estranhamentos. Eventuais fragilidades nesse sentido são inteiramente justificadas pelo alcance que o trabalho ao fim oferece, justificando de tal modo os riscos enfrentados.

Apesar de algumas mudanças, creio que o trabalho manteve uma “coerência subterrânea” com o projeto inicial, uma vez que muitas daquelas antigas preocupações continuaram presentes e pautaram boa parte da busca pelas novas fontes e na leitura bibliográfica a respeito da história de Lages.

Apesar dos contratempos no processo de elaboração do texto, e de toda a mudança quanto a recortes e temas, creio que o resultado final foi vantajoso, ao menos para levantar algumas questões a respeito de alguns “modelos” de escrita da “história”. Esse procedimento também pode contribuir para nós desnaturalizarmos os lugares sociais pré-definidos na história do município e enraizados na memória coletiva local, do mesmo modo que permite rever consensos pouco frutíferos do ponto de vista social, político e, para falar de uma forma mais geral, humano. Ao rever as particularidades históricas da cidade que nasci, creio que foi possível reconsiderar muitas características que foram (e ainda são) injustamente atribuídas às classes populares e aos trabalhadores em geral.

Resta dizer que este trabalho contou com os recursos financeiros da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na modalidade de bolsa de pesquisa por demanda social (DS).



Além da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foram fundamentais para a pesquisa bibliográfica: a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, a Biblioteca Pública de Lages, a Biblioteca da Universidade do Planalto Catarinense, a Biblioteca Professor Osni de Medeiros Régis e a Biblioteca do Instituto de Histórico-Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

Ademais, também pude contar com inúmeros periódicos disponíveis em meio eletrônico<sup>10</sup> e um bom número de obras e capítulos de livros, gentilmente disponibilizados por pessoas anônimas em formato PDF, os quais também foram fundamentais. Algumas imagens utilizadas no trabalho foram reproduzidas do Museu Thiago de Castro, com exceção de algumas que estavam disponíveis em livros, cujas fontes são devidamente mencionadas. Agradeço, por fim, a todos os funcionários e funcionárias das instituições citadas que prestaram de forma eficaz e gentil algum serviço no decorrer dessa pesquisa. Em função de todos esses meios e dessas pessoas envolvidas este trabalho pôde, finalmente, ser concretizado.

\*\*\*

---

<sup>10</sup> Destacando aqui o trabalho coordenado pela professora Maria Teresa Santos Cunha, organizado por Iraci Borszcz, Silvia Fávero Arend, Reinaldo L. Lohn e alunos bolsistas da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) envolvidos com o projeto da Hemeroteca Digital Catarinense. De mesmo modo, me foi muito útil o portal da Hemeroteca Digital Nacional vinculado à Biblioteca Nacional onde encontrei os Almanques e outros periódicos digitalizados.



## INTRODUÇÃO

Celestino Sachet, ao comentar sobre a desintegração e fragmentação do território catarinense na orelha de livro de Iaponan Soares, assinalou:

Jocosamente costuma-se dizer que o velho Jeová experimentou criar o mundo em Santa Catarina: mares, lagos e rios; montanhas, planícies e planaltos; praias, campos e florestas foram aqui ensaiados. E distribuídos ao acaso. Sem nenhuma lógica. Sem nenhum critério. E daí, as ilhas geográficas que se cruzam. Que se entrecruzam. Que se descruzam: litoral de S. Francisco, da Grande Florianópolis, do Sul, Vale do Itajaí, do rio do Peixe e do rio Uruguai; planalto dos campos de Lages e do Oeste; serra Geral e do Mar; planície do extremo-sul. Este ecumenismo geográfico impossibilitou que nosso Estado pudesse se apresentar com uma característica individualizadora<sup>11</sup>

Diante disso, para afastar qualquer dúvida e para os fins práticos de localização aos leitores, é preciso mencionar que em termos geográficos o território de Lages (município que é objeto desta pesquisa) está compreendido no interior do estado de Santa Catarina, distando aproximadamente 225 km de Florianópolis, atual capital catarinense. A região do Planalto Serrano compreende uma longa extensão de terras classificadas, do ponto de vista geográfico, em subplanaltos e a área de Lages está compreendida no planalto de Lages (Lages, Bom Retiro)<sup>12</sup>. Conforme a classificação corrente utilizada em

---

<sup>11</sup> SACHET, Celestino. In: SOARES, Iaponan. *Panorama do Conto Catarinense*. Florianópolis, 1974.

<sup>12</sup> Descrição encontrada em FROZZA, Márcia Vidal Cândido. *Paisagens, retratos e quadros: o planalto catarinense em Bulha d'Arroio e Amigo Velho*. Dissertação de Mestrado em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. A autora destaca que: “Esses dados foram fornecidos, em 19/04/2002, pela professora Dra. Maria Dolores Buss, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial, para este trabalho”.

pesquisas acadêmicas, respaldada na Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), a região da Serra corresponde a um conjunto de 18 municípios: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema, sendo que onze desses municípios “figuram entre os vinte e um com o menor índice de desenvolvimento do Estado”<sup>13</sup>, o que significa em termos sociais um alto índice de desemprego, analfabetismo, pobreza e violência.

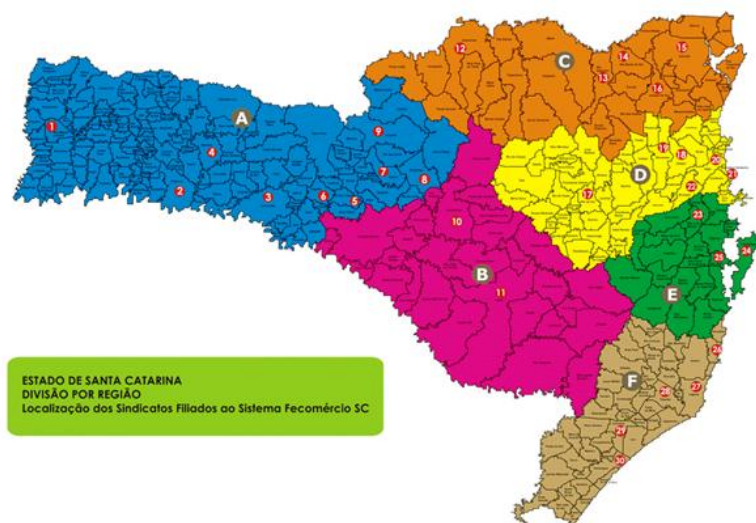
Embora Lages permaneça sendo atualmente a cidade com maior extensão territorial do estado de Santa Catarina, segundo o IBGE com aproximadamente 2.644,313 km<sup>2</sup>, ao longo do século XX a cidade passou por uma série de reconfigurações com desmembramentos dos municípios de Anita Garibaldi, em 17 de julho de 1961; Campo Belo do Sul, em 17 de Julho de 1961; São José do Cerrito, em 7 dezembro de 1961; Correia Pinto, 10 de maio de 1982; Bocaina do Sul; 16 de Julho de 1994; Painel, 7 de agosto de 1994 e Capão Alto, 29 de setembro de 1994. Apesar disso, continuou sendo o principal polo regional, tanto pela sua posição privilegiada no cruzamento das principais rodovias que cruzam o Estado, como pelo seu histórico como cidade-paragem, o que também lhe confere certo “ar provinciano”, o que denota uma espécie de distância geográfica e cultural em relação às outras regiões do estado. Segundo Frank Marcon:

Devido à distância e aos acidentes geográficos no caminho entre Lages e alguns centros maiores, como Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis, Lages teve dificuldades na comunicação frequente com tais centros, até os primeiros anos do século XX<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: UNIPLAC, 2002.

<sup>14</sup> MARCON, Frank. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010. p.131, nota 68.



**Figura 1** Regiões de Santa Catarina, com destaque para as áreas do Planalto Serrano, (B). Mapa da Federação do Comércio de bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina; FECOMERCIO

Parte das pesquisas dedicadas à história de Lages, ao tratar sobre o meio urbano, atribuiu o período de 1940 como central para as transformações da cidade. Em boa parte, isso foi acompanhado por uma definição que nem sempre foi esclarecida, que trata a área do município como zona urbana e rural a partir de critérios adotados pela prefeitura municipal durante o Estado Novo (1937-1945), baseados no Decreto Lei n.311, de 1938, os quais foram registrados e divulgados nos anos posteriores. Dada a “naturalidade” da adoção dessa definição, ela nem sempre foi rediscutida.

A alteração na área do município também favoreceu os interesses do poder público local em aumentar a arrecadação de impostos (oportunidade em que também se determinou as áreas limítrofes dos bairros na área urbana e suburbana)<sup>15</sup>. Por isso, ou

---

<sup>15</sup> Por decreto estadual, Lages no período de 1939-1943, é constituída de 10 distritos: Lages, Anita Garibaldi, Bocaina, Campo Belo, Capão Alto, Cerrito

também por isso, a partir de 1940, os dados sobre o meio urbano se destacaram a partir de então, o que influenciou o modo de compreender, em termos quantitativos, o fenômeno da urbanização para quem o estuda sem a devida reflexão sobre a fonte utilizada. Em outras palavras, pode-se ter aí uma ilusão de “urbanização”, se os dados de referência forem aqueles que apontam a população urbana e rural e quando não se leva em conta os critérios adotados para tal definição.

Em alguns casos essa aceção gerou alguns equívocos sobre a dicotomia de campo/cidade. Atualmente é necessário ter maior rigor e precisão na delimitação quanto a esses critérios, principalmente se o recorte temporal for anterior aos anos 1930. É interessante atentar para o fato de que foi com o decreto de 1938 que se dispôs sobre a divisão territorial do país, determinando no seu artigo 3º, que “a sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”, e no seu artigo 4º que “o distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá, a categoria de vila. Segundo o geógrafo Peluso Jr.:

Antes do Decreto-lei n.311, de 1938, não havia, no Brasil, critério para definição de centro urbano. Foi esse diploma legal que determinou: cidade é sede de município e vila a de distrito, dando-se a denominação de população urbana ao total de moradores quer das cidades e quer das vilas<sup>16</sup>.

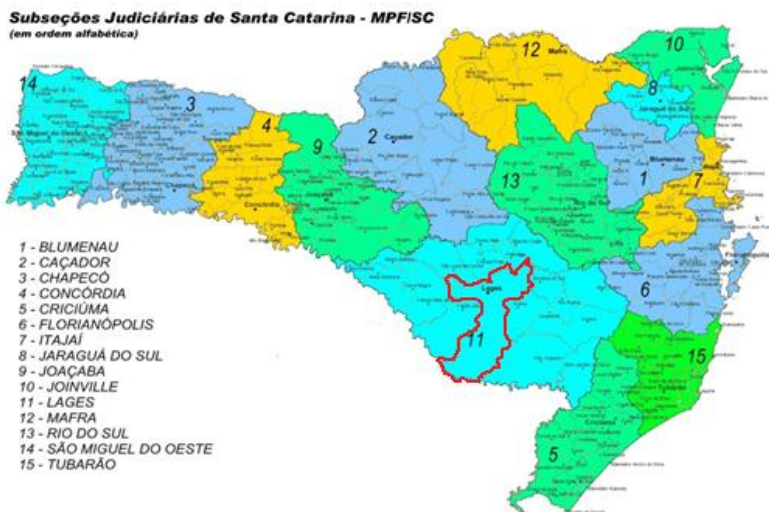
Para José Eli da Veiga, além da confusão comum entre rural (noção espacial) e atividade agropecuária, a qual causa “falsas e inadequadas interpretações da realidade rural brasileira”<sup>17</sup>, outro entendimento equivocado, segundo o autor, seria aquele baseado por essa “regra muito peculiar, que é única no mundo”, a de que “este país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila),

(ex-São José do Cerrito), Correia Pinto, Santo Antônio dos Índios (ex-Palmeira), Painel e Cerro Negro. Atualmente são apenas três distritos: Lages, Santa Terezinha do Salto e Índios.

<sup>16</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991, p.24

<sup>17</sup> VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 24

sejam quais forem suas características”<sup>18</sup>. Uma solução, neste caso, para evitar a “ilusão pela normal legal”, seria “combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização”, o que demonstraria que o Brasil não é tão urbano como se supõe<sup>19</sup>.



**Figura 2** Mapa atual de Santa Catarina, conforme as subseções judiciárias do Estado, 2006. Destaque em vermelho para o território de Lages. Fonte: Ministério Público Federal de Santa Catarina.

Essa é uma discussão bastante polêmica e não há nenhum consenso a respeito da melhor definição, ao menos na área da geografia. Outros pesquisadores entenderam que a simples delimitação espacial de “urbano” e “rural”, nos diz muito pouco sobre a urbanização brasileira. Para Ana Fani Carlos, por exemplo, “em primeiro lugar porque não se confunde processo de urbanização com densidade demográfica. Nem tão

<sup>18</sup> VEIGA, José Eli da. Op. Cit., p.31

<sup>19</sup> Ibid., p.32

pouco, cidade, com sede de município”<sup>20</sup>. No caso de Lages é importante lembrar que boa parte do seu território e sua cultura foi, por muitos anos, vinculados à uma ampla área que com as delimitações empregadas pelo poder público passou a se denominar como “rural”, o que deve ser enfatizado em estudos históricos dedicados à região, implicando numa ampla revisão sobre a aplicabilidade de conceitos aparentemente estanques como “rural” e “urbano”, geralmente utilizados de forma acrítica.

A dissertação está estruturada em dois capítulos que acabaram por traduzir um desejo antigo de questionar esquemas teórico-explicativos, entendidos aqui como insuficientes para elucidar determinados aspectos sociais do processo histórico de Lages. Nesse sentido, o primeiro capítulo, dividido em três partes, discute e versa sobre o trabalho de alguns profissionais liberais que escreveram ao longo do século XX, em jornais e documentos oficiais do governo municipal.

A ênfase crítica é direcionada para os limites dessas obras, forjadas geralmente a partir de um “empenho cívico”, somado à ambição de buscar as “origens” (as boas origens da cidade) e enfatizar a pecuária como “modelo econômico”. Nesse sentido, o enfoque reside em mostrar, a partir de uma, na falta de uma palavra melhor, “genealogia”, o que podemos chamar de padrão interessado de história que ainda hoje corresponde a determinados interesses políticos e econômicos e por isso devem ser revistos com o maior cuidado.

Já no segundo capítulo, aponta-se como se estruturaram determinadas interpretações acadêmicas, elaboradas a partir de 1970, em trabalhos que reuniram fenômenos tão diversos e ambíguos como *modernização e industrialização* para discutir a história de Lages, e que embasadas em critérios dicotômicos como campo/cidade, centro/periferia, tradicional/moderno, simplificaram muitas análises dedicadas às transformações do município durante o período do “ciclo da madeira” (1940-1960).

---

<sup>20</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” In: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp13\\_Resenha\\_Fani.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp13_Resenha_Fani.htm) Acesso em Jan. 2016.



Os trabalhos realizados em âmbito acadêmico a partir de 1977, a despeito de todo seu valor heurístico e importância histórica, quando colocadas no seu devido contexto de produção, como se demonstrará, acabaram se pautando em referências e esquemas teóricos que, em determinados aspectos, deixaram de lado elementos fundamentais para compreender a constituição da cidade e as disputas presentes naquele espaço. É importante destacar que alguns desses trabalhos até tangenciam a questão, mas raramente se aprofundam no tema porque estavam, a meu ver, preocupados em responder a questões mais amplas, as quais vão ser destacadas ao longo desse segundo capítulo.

Além disso, ao homogeneizar a trajetória das pessoas que se deslocaram para o centro urbano de Lages em busca de novas alternativas para viver, morar e trabalhar. Tais perspectivas ignoraram diferentes estratégias e esquemas de sobrevivência necessários no processo de urbanização, negligenciando, por conseguinte, tramas sociais daquele contexto, bem como a própria história das classes populares.

Entende-se que muito das críticas e avaliações tecidas sobre a natureza excludente do processo político e de urbanização em Lages, ao ressaltar (de maneira pioneira) os mecanismos de dominação e espoliação presentes na história local, ao contrário de se distanciar de convenções que privilegiaram o viés de história das “classes dominantes” forjado nas primeiras décadas do século XX, paradoxalmente dialogaram de modo muito particular com esses padrões narrativos, quando não reforçaram ainda mais alguns estereótipos arraigados em âmbito local, e que foram transpassados por gerações de diferentes famílias interessadas em fornecer material para a elaboração da memória coletiva municipal.

Enfim, o trabalho apresenta alguns desafios para debater e refletir possibilidades de interpretação sobre a história de Lages. Julgo que esse processo de seleção, identificação e crítica de uma determinada bibliografia, assim como o diálogo com as fontes, criou bases suficientes para a investigação proposta. A noção de “inventário” utilizada aqui pode ser entendida no mesmo sentido encontrado no dicionário, que não por acaso, é palavra que designa uma listagem detalhada dos bens; a caracterização pormenorizada de algo, um arrolamento; um detalhamento de propriedades que precisam ser partilhadas.

O acréscimo de “historiográfico” no termo é empregado propositadamente para qualificar a listagem apresentada, focando em escritos que tiveram como objeto a história (de Lages), mas que não estavam necessariamente situadas no campo historiográfico (ou seja, não foram produzidas por historiadores de formação, ainda que sejam adotados como tais), porque a premissa deste trabalho é que “o chão da história não é cultivado apenas pelos historiadores; ele está em grande parte exposto às vicissitudes da conjuntura intelectual”<sup>21</sup>. Desse modo, deve ficar claro que se trata de uma dissertação de mestrado, realizada em um momento muito específico de produção e discussão teórica do campo historiográfico e que sintetiza muitas propostas que alteraram de forma significativa o saber dos historiadores nos últimos anos e cuja perspectiva corresponde a demandas atuais.

Foi desse modo, aliás, que pude ter o privilégio de elaborar releituras sobre as obras que formaram e informaram a história da cidade de Lages e que são atualmente aceitos como parte de uma tradição narrativa. Tradição esta que não surgiu do nada ou simplesmente como “feito” de uma história de acontecimentos, mas que foi construída ao longo do tempo, com critérios e referências próprias, num espaço e tempo delimitados.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a memória coletiva não se confunde necessariamente com a soma de “memórias individuais”, pois aquela possui regras próprias, apesar de às vezes ser invadida por estas, ocasião em que as duas se resinificam mutuamente<sup>22</sup>. Nesta pesquisa, entende-se, por influência de Halbwachs, que para retomar seu próprio passado, as pessoas precisam recorrer a pontos de referências externos e que nem sempre foram construídos por elas mesmas, mas determinados pelo conjunto da sociedade em que vivem. Como destaca o autor:

---

<sup>21</sup> DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p.173

<sup>22</sup> Nos dizeres de Maurice Halbwachs: “A memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal”. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p.72

Em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada<sup>23</sup>

Para pensar essa formação, insisto na influência de determinados escritos na memória coletiva de Lages, com a particularidade de se remeterem, de uma forma ou de outra, à história da cidade vista de uma forma muito específica. Neste caso, é interessante ter claro que o ato de escrever história nos remete a uma série de operações. Nas palavras de Michel de Certeau, é necessário encarar a história como uma operação e, apesar dos limites, compreendê-la “como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”<sup>24</sup>. Desse modo, é possível perceber a história articulada a um lugar, o que para Certeau significa “a condição de uma análise da sociedade”, pois:

Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou “edificante”), nem a-tópica (sem pertinência)<sup>25</sup>

Evidentemente, por razões óbvias, não estão reunidos aqui todos os textos históricos já escritos sobre o assunto, o que tornaria o trabalho impraticável. Alguns critérios foram utilizados para essa seleção, a partir da percepção da divulgação das obras e a frequência desses trabalhos em outras pesquisas como referência bibliográfica. Destaco o caráter parcial desse “inventário”, já que não há motivos para não reconhecer as

---

<sup>23</sup> HALBWACHS, Maurice. Op. Cit., p.91

<sup>24</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010, p.66

<sup>25</sup> Ibid., p.77

dificuldades que qualquer pesquisador se confronta ao elaborar uma avaliação dessa natureza: ele é, indiscutivelmente, parcial, seletivo e arbitrário, o que não compromete, necessariamente, a validade da proposta (afinal, como nos lembra E. P. Thompson, o conhecimento histórico também é provisório e incompleto; seletivo; limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência<sup>26</sup>). Enfim, analisamos apenas *uma parte* da “herança”, aonde alguns quinhões são arrazoados (não todos), e alguns herdeiros e finados são reconhecidos.

\*\*\*

---

<sup>26</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.49

## CAPÍTULO 1 – INVENTÁRIO DOS SELETOS CONSENSOS

Vamos supor que um viajante percorra as ruas centrais de Lages, cidade do interior de Santa Catarina no Planalto Serrano. Que um leitor desavisado, por curiosidade, entra na biblioteca municipal e, interessado, resolva tomar conhecimento sobre a história daquela cidade. E ainda, que um acadêmico, estudante de pós-graduação em história, pesquisando sobre sua cidade natal, tenha em mãos uma pilha de livros que tratam sobre a história da antiga vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens. Em comum, adivinhem, os três encontrarão um mesmo conjunto de referências que, de diferentes formas, os remetem à “pujante história de Lages”, vinculada aos tempos do “caminho das tropas”, dos bons frutos da pecuária extensiva. A leitura é bastante agradável e “Lages de antigamente”, com suas fazendas e criações de gado, é realmente uma cidade encantadora.

Mas aquele visitante, já extenuado, ao terminar seu roteiro improvisado pela cidade, guarda as suas impressões para recordações futuras e crê ter conhecido uma parte significativa daquele lugar que o acolhe, através das praças, igrejas, monumentos e avenidas. Já o leitor, por sua vez, tendo saciado parte de sua curiosidade com alguns livros, faz algumas anotações admirado com a quantidade de nomes, datas e eventos que não conseguirá lembrar, e assim mantém profunda impressão sobre aqueles cem números de fatos, “glórias” e “conquistas” que acabou de conhecer. O acadêmico, por fim, de modo semelhante ao viajante, também preserva suas impressões sobre as ruas da cidade em que cresceu e, igualmente àquele leitor, recolhe um bom número de apontamentos sobre o que estudou; mas ao contrário de aceitar as versões daquele passado narrado pelos livros, resolve questioná-lo e problematiza-lo.

Esse aprendiz, agora escreve esta dissertação – resultado parcial, portanto, de questionamentos, pesquisa e problematizações –, e se empenha em um exercício crítico para se posicionar contra a naturalização de alguns padrões estabelecidos de interpretação histórica sobre uma cidade. Assim, para o intento crítico, apresentamos algumas reflexões sobre um conjunto de referências que além de informar apenas convenientemente um viajante e aprazer um leitor distraído e interessado, também tem como corolário uma predisposição intrínseca a

balizar a consciência histórica e, às vezes, efetivamente impedir interpretações mais interessantes e abertas.

A partir das sendas deixadas por algumas obras, ao compreender o contexto de produção, procuro interrogá-las a “contrapelo”, evidenciando assim os seus pressupostos mais implícitos. Desse modo, levo em consideração, a sétima tese sobre o conceito de história de Walter Benjamin. Segundo o autor:

[...] Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. [...] Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo<sup>27</sup>

A partir de Benjamin, indago porque sabemos tão pouco sobre a maioria dos homens e mulheres, que à sua maneira, constituíram o lugar que hoje conhecemos? Porque não sabemos, apenas para citar um exemplo, o nome e a história de homens e mulheres comuns que, em situações que chocariam a qualquer um de nós, quebraram toneladas de pedras de basalto para enriquecer empresas da região ou que, com melhor sorte, foram empregadas domésticas, lavadeiras, ou mesmo em

---

<sup>27</sup> BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magias e técnica, arte e política*. 3ª ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p.225

tenra idade, empregaram-se nas serrarias e nas madeiras ainda na metade do século XX? Deparamo-nos com um estranho silêncio, e esse é um dos motivos para nossa inquietude: há um vazio na historiografia lageana.

Em muitos casos é difícil saber o que aconteceu, porque as narrativas históricas por muito tempo desconsideraram completamente essa grande parte da população<sup>28</sup>. Como assinalou ironicamente E. P. Thompson: “os ‘trabalhadores pobres’ não deixaram os seus asilos repletos de documentos para os historiadores examinarem, nem é convidativa a identificação com sua dura labuta”<sup>29</sup>. Mas isso não deve significar o arrefecimento do nosso incômodo e inquietação, muito pelo contrário, queremos saber mais sobre a história dessas pessoas. Um primeiro caminho, talvez, seja interrogar, desacomodar e reavaliar alguns eixos interpretativos comuns na historiografia – que em muitos casos reduziram, silenciaram, homogeneizaram ou mesmo evitaram propositadamente o processo histórico, ao menos nos termos em que pretendo discutir neste trabalho.

Diante disso, para início desse diálogo, escrevo partindo do pressuposto de que embora os textos escritos também envolvam problemas que possam ser pensados no plano do “discurso” ou das ideias (mentalidade), eles devem ser considerados no campo epistemológico e ontológico, já que as referências que serão analisadas, a meu ver, reproduziram ou corresponderam a critérios de uma lógica que foi instituída em uma realidade externa, a partir de práticas sociais delimitadas, concretas e construídas ao longo do tempo.

Além disso, esses textos também cumpriram e ainda desempenham uma função social, como tentarei demonstrar, (que pode escapar a seu “objetivo original”), representaram ou atendem a interesses coletivos ou individuais (que podem ser questionados, esquecidos ou transformados). Por isso entendo que eles não devem ser tratados apenas como gêneros

<sup>28</sup> Um dos primeiros trabalhos que abre perspectivas interessantes nesse sentido, discutindo o catolicismo popular, é a dissertação de Élio C. Serpa: *Igreja e catolicismo popular no planalto catarinense (1891 – 1930)*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1989

<sup>29</sup> THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. 8ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.26

narrativos ou como discursos, mas sim a partir de sua materialidade singular, a qual deu sentido a uma ordem e uma realidade social que lhe era externa<sup>30</sup>. Em poucas palavras, os textos engendram sua função social no momento de sua elaboração, reprodução e de sua leitura, possuindo critérios que nem sempre estão dados ou publicamente visíveis.

Conforme Raymond Williams, as convenções literárias sempre possuem “[...] raízes sociais, que não são apenas técnicas formais de escrita”, além disso, produzem ações e relações sociais. Este é, além do “olhar a contrapelo”, o procedimento adotado para a compreensão das obras que avaliamos. Segundo o autor:

Cada convenção deve ser avaliada pelo solo onde está enraizada e pelo que ela produz: uma avaliação relacionada a um julgamento histórico muito mais geral, que é também uma filiação. Não a história como tudo o que aconteceu, mas a história como o local onde nos encontramos<sup>31</sup>

Parte das obras escritas sobre Lages, como se verá a seguir, integram com bastante regularidade um *rol comum* de referências bibliográficas para a produção de textos sobre a história do município, sejam eles acadêmicos ou não. Ao notar esse grau de “autoridade” – e identifica-los como parâmetros interpretativos repetidamente adotados, e

---

<sup>30</sup> Com um leve deslocamento de sentido e com acréscimo de “ontologia”, tomei como referência, no que diz respeito à questão narrativa, a expressão do historiador Antoine Prost: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.245. Ontologia aqui, entendida, grosso modo, a partir da noção mais abrangente presente em Marx, quando assenta que “o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos”. MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5 ed. São Paulo: Hucitec, p.27. Tema desenvolvido, anos mais tarde, pelo filósofo húngaro György Lukács, em *A ontologia do ser social*, e objeto de sucessivas e longas controvérsias dentro da própria tradição marxista. Cf. COSTA, Frederico J. F. A natureza ontológica do pensamento de Marx. *Revista Eletrônica. Arma da Crítica*, v.1, 2009. p.1-13.

<sup>31</sup> WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras. Entrevistas da New Left Review*. Trad. André Glaser. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p.308/309



principalmente conjecturando sobre o “uso social” dessa historiografia<sup>32</sup> – foi possível tornar esse capítulo exequível. As eventuais lacunas que por ventura possam ser identificadas, certamente poderão ser suprimidas por outras pesquisas preocupadas e dedicadas à história de Lages. O que nos cabe, enfim, é como sugeriu Giovanni Levi, referindo-se ao ofício do historiador: “pesquisar, resumir e comunicar”<sup>33</sup>. Quem sabe seja sugestivo acrescentar que também podemos provocar e estimular a curiosidade e desconfiança alheia, o que nunca é demais.

### 1.1. A história como empenho cívico

Fora do meio universitário, cuja parte da produção de textos será discutida em tópico posterior, pode-se dizer que inicialmente predominaram algumas obras ligadas a uma ética “cívico patriótica”<sup>34</sup>, sobretudo, quando financiadas pelo Estado ou relacionadas ao Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), que “entre meados da década de 1890 e os anos 1960, foi a instituição-referência na produção e disseminação de conhecimento histórico acerca de Santa Catarina”<sup>35</sup>. Nesse tópico analisaremos tais produções de forma breve, apenas para mencionar as características de um período em que se buscava referências para a construção da nacionalidade brasileira, momento no qual se definem e se reforçam referências para a escrita da história de Lages.

Esses trabalhos, em conjunto com a obra de outros profissionais liberais, trazem em seu bojo muitas referências às discussões em torno de um projeto de nação discutido naquele contexto (especialmente depois de 1930), pautados em requisitos marcados por honra, mérito,

---

<sup>32</sup> Termo de POMIAN, K em L’histoire de la Science et l’histoire de l’histoire. *Annales*, ENC, n30, 1975, p.952, citado por GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 169

<sup>33</sup> LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo* vol.20, Niterói, 2014, p.2

<sup>34</sup> Cf. GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. (Tese de doutorado). São Paulo, USP, 2006, p.94

<sup>35</sup> *Ibid.*, p.14

conquistas e outros elementos, geralmente aferidos num período que abrange a história desde os primeiros desbravadores, tidos como os legítimos colonizadores e detentores de mérito: os “bandeirantes”<sup>36</sup>.

Em termos cronológicos, os primeiros trabalhos com alguma pretensão histórica sobre Lages, com exceção dos relatos de viajantes, dos textos publicados em colunas de jornais locais e livros de memória<sup>37</sup>, surgiram da pena de políticos e profissionais liberais (médicos, jornalistas e advogados), dos quais o interesse residiu em buscar as “raízes históricas” de Lages. Estes trabalhos iniciaram uma tradição descritiva com interesse na fundação da vila da Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, no século XVIII e foram elaborados,

<sup>36</sup> É preciso ressaltar que não tenho como objetivo desqualificar ou simplificar essas produções, que de algum modo ainda podem nos auxiliar em termos de conhecimento histórico. Concordo com Janice Gonçalves que, ao se deter sobre o assunto das produções do IHGSC, enfatizou que as simplificações “pouco contribuem para a compreensão das experiências que estigmatizam”. GONÇALVES, Janice. *Op. Cit.* 2006, p.28. No caso do IHGSC e de produções semelhantes, isso envolve entender uma ampla variedade de temas e perspectivas, que fogem do meu alcance e enfoque. Apesar disso, no caso de Lages, é preciso encarar e destacar algumas questões intrincadas. No caso dos mitos relacionados aos bandeirantes, de um modo geral, ver: MOOG Vianna. *Bandeirantes e Pioneiros*. Coleção livros do Brasil, Lisboa, s/d.

<sup>37</sup> AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*; CLEARY, R. *Chronicas Lageanas or a record of facts and observations on manners and customs in South Brazil*. Lages, 1886; COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas*, Lages, 1901; MARTINS, Romário. *Lages – histórico de sua fundação até 1821*. Curitiba: Ed. Guaíra; Tip. Da Liv. Econômica, 1910; e SETUBAL, P. *Confiteor*. São Paulo: Saraiva, 1958 [1920]. No final do século XIX, com a publicação dos primeiros jornais locais e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX é possível encontrar colunas dedicadas à história de Lages, como as de Fernando Athayde, Caetano José da Costa, Simplício dos Santos Souza, Aujur Luz, Manoel Thiago de Castro, Sebastião Furtado, Almiro Lustosa Teixeira de Freitas, Otacílio Costa, Indalécio Arruda, Fernando Affonso de Athayde, Antonio Henriques (Matheus Junqueiro), entre outros. Cf. ARRUDA FILHO, Raul José Mattos de. *Baruio di purungo: literatura no Planalto Serrano de Santa Catarina*. Dissertação em Letras – Literatura e Teoria Literária. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000, p.24

sobretudo, por uma *geração*<sup>38</sup> de jornalistas e cronistas com certa projeção na vida pública local e que passaram a publicar trabalhos empenhados no sentido de rememorar as “origens”<sup>39</sup> dos lageanos, literatura que marca o início de uma narrativa bastante seletiva. Nesse sentido, é patente a invisibilidade de mulheres, negros e pobres nesses textos, o que é um sintoma de um tempo e sociedade específica.

O modelo decorrente dessas versões e sua “genealogia edificadora” acabaram influenciando, de algum modo, a imensa maioria dos trabalhos sobre Lages que incansavelmente passaram a destinar em uma seção, capítulo ou um espaço próprio para os “antecedentes históricos” da cidade, com um formato bastante repetitivo. Esse modelo se reproduziu geralmente na seguinte ordem: inicia-se apresentando o caminho das tropas, depois a fundação da vila, a anexação da cidade à província de Santa Catarina, a emancipação da cidade, o fim do império e início do período republicano, a formação das oligarquias e assim por diante, basicamente com recortes lineares, político-administrativos e cronologicamente organizados - o que por um lado se refere também a noção de historicidade do senso comum.

Dentro desse grupo de textos lageanos, um dos primeiros trabalhos publicados é de Vidal Ramos Jr, que além de ser uma homenagem ao “bandeirante fundador” de Lages, Antônio Correa Pinto de Macedo, também pode ser lido como uma oportunidade para

---

<sup>38</sup> Segundo Janice Gonçalves, “Angela de Castro Gomes indicou os muitos problemas que carrega a categoria ‘geração’, mas nem por isso deixou de usá-la – entendeu-a significativa se combinada à noção de ‘sociabilidade’ e mesmo à de ‘campo’: ‘entendemos que utilização da noção de gerações, que se “operacionalizada” pelo recurso à categoria de sociabilidade, convém para a ideia de campo intelectual”’. GOMES, Angela de Castro. História e historiadores, RJ, FGV, 1996, p.42 apud GONÇALVES, Janice. Op. Cit. Nota 6, p.14

<sup>39</sup> Há uma exceção: um paranaense escreveu a respeito do tema em 1910, MARTINS, Romário. Op. Cit., Esse livro foi citado apenas na obra de Licurgo Ramos da Costa, em 1982 e tudo indica que tenha sido motivado, no mesmo sentido de “empenho cívico” de buscar as origens de Lages, já que a cidade pertenceu ao extenso território que por anos (até 1820) esteve sob o jugo da Província de São Paulo, denominado de “Sertão de Curitiba”

justificar intelectualmente a concentração de terras na região no período em que escreve<sup>40</sup>.

O tema de sua análise, a fundação da vila de Lages, vai ser obstinadamente perseguido, anos mais tarde, por outros profissionais liberais e professores que tiveram alguma projeção na vida pública de Lages, dos quais podemos citar, entre outros, Walter Dachs, Licurgo Costa e Wilson Vidal Antunes<sup>41</sup>, dando base para uma estrutura que mais tarde viria a ser definitiva. Os trabalhos de Dachs e Vidal Antunes foram publicados em seções da imprensa local. O primeiro, embora tenha começado a publicar sobre a trajetória e biografia de Correia Pinto, e de outros “fundadores” de Lages, na década de 1940, escreveu e publicou de forma ininterrupta entre 1960 e 1964. Já Vidal Antunes, advogado e mais tarde desembargador do Estado, publicou suas notas no

---

<sup>40</sup> Vidal Ramos Junior, ao tratar da fundação de Lages, cita como referência Oliveira Vianna, intelectual que para ele amparava de modo completo, a forma como em Lages “[...] se formou um povo forte, inteligente, merecedor do solo fecundo que desbravou”. Para Oliveira Vianna era “[...] certos fatores de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica, de ordem social – visíveis uns, sutis outros” que atuavam num sentido “francamente seletivo, de modo tal que a propriedade da terra vai cabear, quase exclusivamente, aos elementos etnicamente superiores da massa emigrante”. RAMOS JR. Vidal Ramos. Notas para a história da fundação de Lages: 1766 – 1783. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Imprensa Oficial. 1944, p.62. O autor diz ainda que seu escrito teve o intento de “prestar singela homenagem à memória do famoso bandeirante, digno êmulo dos outros que se imortalizaram com esse nome na história do Brasil”

<sup>41</sup> Há um caso muito particular, em âmbito acadêmico, de um pesquisador que procurou contribuir, partindo desse empenho em “buscar as raízes”, inclusive acusando o povo lageano de ingratidão com os paulistas, que foram, segundo esse autor, os fundadores da cidade e compuseram a lista de principais fazendeiros da região. Cf. BOGACIOVAS, M. M. Amaral. Antigos Proprietários Rurais de Lages. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, v. 6, p. 9-91, 1999. Ver também o trabalho de Tânia Arruda Kotchergencko, pesquisadora que desenvolve, a partir do Instituto de Genealogia de Santa Catarina, pesquisas que publica em blog, cujo objetivo é “divulgar artigos e documentos interessantes para a história de Lages e para a história e genealogia das famílias dos seus primitivos povoadores”. In: <https://lageshistorica.blogspot.com.br/> Acesso em Jan. 2016

final dos anos 1980<sup>42</sup>. Seu trabalho pode ser lido a partir do empenho de alguém ligado ao meio jurídico e intelectual regional que, quando aposentado, dedicou-se ao sentimento pátrio de narrar a história do lugar onde havia nascido, portanto, imerso na ideologia de história como missão cívica e patriótica.

Na década de 1960, o pecuarista, político e advogado Indalécio Arruda<sup>43</sup> também publicou uma obra intitulada “*Lages*”. Logo na introdução, Arruda sublinha que a criação de gado em Lages “foi, é e será, ainda por muito tempo, a fonte principal da riqueza do município de Lages”. Este texto, segundo o autor, tinha o “intuito de contribuir para que ela (Lages) se torne mais conhecida não só no Estado de Santa Catarina, mas também fora de suas fronteiras”. A obra foi elaborada a partir de observações pessoais, colhidas em uma “longa vida de *pecuarista*, de valiosos apontamentos a nós diretamente fornecidos e do manuseio de algumas obras, onde a matéria está ventilada”. Destinava-se, portanto, a deter-se muito claramente sobre um assunto da história lageana, a pecuária.

Entre as obras a que se refere o autor, cuja leitura orientou sua escrita, está aquela de Vidal Ramos Jr. e também “um folheto intitulado *História de Lages (apontamentos)*”, de Otacílio Vieira da Costa, texto que havia sido uma conferência pronunciada por Costa em janeiro de

---

<sup>42</sup> Segundo Licurgo Costa foram 198 artigos produzidos por Dachs, embora lhe falte “sequência histórica, unidade e concatenação adequada”, não justificando assim o título de “História de Lages”. Walter Dachs era alemão, chegando à Lages em 1934, para lecionar no Colégio Diocesano. COSTA, Licurgo. Op. Cit., p.1165. Cf. DACHS, Walter. *Histórico da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens*. Coluna semanal do Jornal Guia Serrano, 1960-1964; ANTUNES, Wilson Vidal. *História concisa de Lages*. Correio Lageano, 1989.

<sup>43</sup> Indalécio Domingues de Arruda (Lages, 12 de julho de 1884 — Lages, 3 de maio de 1972) foi um advogado e político brasileiro. Bacharelou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1910, sendo deputado da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1925 — 1927); (1928 — 1930). Foi prefeito de Lages, nomeado por Nereu Ramos, de 5 de janeiro de 1938 a 14 de maio de 1941 e de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946. Também foi membro fundador e coordenador da Associação Rural de Lages. PIAZZA, Walter. *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985

1944, na celebração do “Dia do Município”<sup>44</sup>. Vieira da Costa foi um político e advogado que também publicava na imprensa local, em coluna intitulada “Lages de outrora”, no jornal *Guia Serrano*<sup>45</sup>. É sugestivo notar que Vidal Ramos Jr., Indalécio Arruda e Otacílio Vieira da Costa, além de um mesmo empenho para a escrita da história lageana têm em comum o fato de terem cumprido dois mandatos como superintendentes (prefeito) de Lages, o que indica as ligações entre parcela da classe política local com a construção narrativa da história dentro de uma determinada estrutura<sup>46</sup>.

Já o caso de Licurgo Costa<sup>47</sup>, filho de Otacílio Vieira da Costa, na historiografia de Lages, é certamente o mais paradigmático. Sua obra, de 1982, *O continente das Lagens*, formada por quatro volumes (com insuperáveis 1739 páginas), é nas palavras do próprio autor: “a maior história até hoje publicada sobre um município brasileiro”. Com um volume descomunal de dados, datas, nomes, eventos e fontes reproduzidas do original (jornais e fotos, em sua maioria), a obra, além de muitas outras coisas, revela uma concepção particular de escrita da

<sup>44</sup> ARRUDA, Indalécio. *Lages*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, 1960, p.35

<sup>45</sup> Há ainda a referência a outros autores como o geógrafo Antonio Peluso Jr (1944); Ildefonso Juvenal (1947) e o zootécnico Otávio Domingues (1951). ARRUDA, Indalécio. Op. Cit., p.35-37

<sup>46</sup> Otacílio Vieira da Costa entre 1911-1914; 1923-1926 como prefeito interino, substituindo Belizário Ramos; Indalécio Arruda entre 1938-1941; 1945-1946; duas vezes como prefeito nomeado; e Vidal Ramos Jr. 1941-1945; 1946-1951; O primeiro mandato como prefeito nomeado e o segundo como prefeito eleito, pelo Partido Social Democrático (PSD)

<sup>47</sup> Licurgo Ramos da Costa, filho de Otacílio Vieira da Costa e Adélia Ramos da Costa (filha mais velha de Belizário José de Oliveira Ramos, que foi prefeito de Lages por 20 anos, de 1902 até 1922), nasceu em 1904, em Lages, numa família com profundo envolvimento no cenário político e econômico da região serrana de Santa Catarina desde o século XIX. Seu pai, Otacílio Vieira da Costa (1883-1950), advogado, jornalista e político catarinense foi contemporâneo e conviveu com inúmeros republicanos, maçons e jornalistas do seu tempo. Licurgo foi jornalista, funcionário do Estado Novo, adido comercial em diversos países e possui uma extensa obra histórica e política. Para maiores informações ver entrevista realizada por Apolinário Teres com o autor, disponível em: <http://www.l.an.com.br/grande/licurgo/> Acesso em Jan. 2016

história, valorizando, sobretudo, nomes, datas dos principais eventos da cidade, alongando-se em elogios às conquistas dos mais diversos membros “ilustres” da sociedade lageana<sup>48</sup>.

Em termos metodológicos, Licurgo esclarece, em nota, que seu livro pretendeu ir “narrando e comentando os acontecimentos cronologicamente, na medida do possível”, sendo que esse foi o método adotado para a maioria das seções, “o mais agradável”. Para Costa, como registrou em nota, cabe ao historiador, como “notário da história”, apenas “registrar os acontecimentos”. Essa definição do ofício, entretanto, é muito restrita e bastante criticada pelos historiadores desde o século XVIII. Como destacou Peter Burke “muito antes do nosso tempo, na época do iluminismo, já se atacava a hipótese de que a história escrita deveria ser uma narrativa dos acontecimentos”<sup>49</sup>. Nesse sentido, desde 1930, com a escola francesa da escola dos Annales (que encaravam “os acontecimentos como a superfície do oceano da história”<sup>50</sup>), ficou estabelecida a noção de que a construção do conhecimento histórico estava sujeita a uma perspectiva da história como uma “história-problema”, ou seja, que o historiador deveria formular perguntas às fontes e aos temas que pretendesse pesquisar, ao invés de reproduzi-los como fatos.

Conforme assinalou Marc Bloch:

a partir do momento em que não nos resignamos  
mais a registrar pura e simplesmente as palavras

---

<sup>48</sup> É importante dizer que também apresenta outros temas, como “curiosidades”, “folclore”, esportes, intrigas políticas e tenha, inclusive, dedicado um capítulo ao “cotidiano” da cidade. Desse modo, segue sendo indispensável pela enorme quantidade de fontes reproduzidas, imagens e outros dados sobre Lages. Ainda assim, a obra contém uma série de imprecisões históricas e dados onde não podemos consultar a fonte, o que merece devida revisão. Há ainda, no sentido “cívico” que estamos tratando aqui, uma publicação de 1979, que segue os mesmos parâmetros das outras obras citadas e que não analisaremos. GUEDES, Asdrubal. *Lages: história, atualidade, símbolos*. Lages: Müller, 1979

<sup>49</sup> BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p.327

<sup>50</sup> Ibid., p.328

de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar, mesmo a contragosto, mais do que nunca impõe-se um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida. [...] Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los<sup>51</sup>.

A narrativa de Licurgo Costa, nesse sentido, apresenta uma orientação muito particular, a qual é merecida ser melhor analisada. Poucos os historiadores de formação, por exemplo, são citados em suas referências - trabalho que certamente renderia boas problematizações a respeito de sua leitura histórica<sup>52</sup>. Desse modo, partimos da premissa que seu repertório foi muito mais orientado pela longa prática jornalística, ligado, portanto, a noção de registro e de texto informativo, tendência que é muito mais nítida no seu texto do que discussões próprias do campo historiográfico.

Embora a construção do livro ainda seja um pouco obscura – quem foram os pesquisadores que integraram a equipe o auxiliou? Quem fez a coleta das fontes em diferentes arquivos de Santa Catarina, após o projeto ser aprovado pela Fundação Catarinense de Cultura e ter seus custos aprovados pelo Governo do Estado? Com quais critérios? – o fato é que com apenas uma edição de centenas de exemplares, parte da obra de Licurgo Costa foi distribuída para instituições e bibliotecas públicas<sup>53</sup>. Com isso se estabeleceu como uma referência imprescindível

---

<sup>51</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o Ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.78/79

<sup>52</sup> Um dos poucos historiadores citados é o francês Henri-Iréné Marrou, relação que precisa ser melhor e pontualmente analisada em termos metodológicos. Para uma discussão geral da história como problema, Cf: Prost, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

<sup>53</sup> Entre elas, a Biblioteca Pública Municipal de Lages, a Biblioteca da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Biblioteca da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Biblioteca Prof. Osni de Medeiros Régis e Biblioteca Nacional (coleção Cultura Catarinense)



para qualquer pesquisador que se debruçasse sobre a história do município, o que acabou se tornando uma espécie de obrigação e chantagem: para conhecer a história de Lages, era necessário conhecer os dados reunidos na obra de Licurgo.

Cumprido dizer que o *Continente*, ao discorrer sobre um extenso período que vai da fundação da cidade até “os dias atuais” (1982), materializou os principais parâmetros e citações para discutir o processo histórico de Lages, tornando-se referência fundamental, cujo teor foi posteriormente reproduzido, inúmeras vezes, indiferentemente dos excertos serem de natureza opinativa ou retórica, de análise ou de reprodução direta de suas fontes, sendo que esse conteúdo raramente (e incluindo aqui algumas pesquisas do meio acadêmico) foi contrastado ou verificado com devido trabalho empírico.

E desse modo, a meu ver, desdobrou-se também toda uma produção acadêmica que recaiu em armadilhas interpretativas por não levar em conta que a memória do autor também interferiu na fabricação da opinião “pela influência das representações dominantes do passado”<sup>54</sup> e que, nesse sentido, “[...] a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo”<sup>55</sup>.

Evidentemente que há muitas outras questões que fogem da nossa avaliação e que devem certamente ser reexaminadas para que se compreenda porque diferentes pessoas continuaram utilizando um padrão de interpretação histórica. Talvez, muitos pesquisadores sequer tenham lido efetivamente esse conjunto de referências. O que não quer dizer, apesar disso, que essas obras não estavam disponíveis, caso fosse necessário escrever sobre os imprescindíveis “antecedentes históricos” da cidade Lages.

A partir desse conjunto, portanto, ficou assentado: a fundação da Vila, os primeiros fundadores (que são atrelados à figura de heróis desbravadores), a pecuária, os notáveis da cidade e suas famílias. Segundo o legado desses autores, assim resume-se o que era necessário saber sobre o passado - esse tempo supostamente tão afastado de nós,

---

<sup>54</sup> LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2009, p.81

<sup>55</sup> POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.9

que mantido à distância, deveria apenas ser apreciado como exemplo ou no máximo servir como inspiração ao nos proporcionar orgulho e bem-estar emocional diante das “glórias do passado”<sup>56</sup>.

Contudo, se a frase atribuída a George Orwell de que “a história é escrita pelos vencedores” for de algum modo verdadeira, no caso de Lages uma série de fatores contribuiu para que se criasse uma versão muito particular não só de história, mas também de seus “vencedores”. Atualmente parece desnecessário insistir nesse ponto, visto que esse modelo de escrever a história de um ponto de vista “tradicional” já foi muito criticado, principalmente em âmbito acadêmico, e como se supõe, hoje é ponto de pauta vencido e não afeta mais o nosso trabalho.

Gostaria de insistir que, ao contrário, muito dessas versões ainda são persistentes e em alguns casos são predominantes, embora tenham ocupado distintos papéis ao longo do tempo. O que arriscarei discutir a seguir, diz respeito a um exemplo que para mim é revelador, ligado ao desenvolvimento da história de Lages como história da pecuária. A pecuária enquanto tema e matéria prima desses textos lageanos desempenhou um papel fundamental e interagiu de modo decisivo no processo de formação da memória coletiva local, colaborando para a solidificação de um determinado padrão narrativo.

## 1.2. O predomínio de um tema: a história de Lages como história da pecuária

*De tanto os cortesãos bancarem os pastores, acabou-se por concluir que os pastores originariamente eram aristocratas.*

Raymond Williams

---

<sup>56</sup> É interessante notar que em partes, esses estímulos em escrever uma história oficial da cidade fosse decorrente, entre outras coisas, da formação clássica dos filhos da elite local e também influenciada pela circulação de livros que faziam esse tipo de apelo ao exercício de ressaltar grandes homens da história nacional. Um livro, lançado na década de 1950 e que circulava em Lages nessa mesma época, por exemplo, era WALDVOGEL, Luiz. *Homens que fizeram o Brasil*. Casa Publicadora Brasileira: Santo André/SP, 1953. Um exemplar da obra pertencia a meu avô, Adel Nunes Garcia, que foi comerciante local entre 1950/1970

A epígrafe deste subitem diz muito sobre o tema que pretendo discutir aqui. Lages e região sempre foram muito marcadas por certa identidade rural. Até hoje muitas cidades serranas são sedes de festas que exaltam essa vinculação com uma “tradição” interiorana e agrária. São eventos que contam com exposições de diferentes animais e produtos, com shows e ocasiões nas quais se apresentam as novidades do setor agrícola, onde se reúnem parte do setor empresarial e comercial da cidade, além da costumeira apresentação de “comidas típicas”, da presença da população local e de turistas. Algumas dessas festas já extrapolaram os limites locais, sendo reconhecidas regional e nacionalmente<sup>57</sup>.

Pode-se dizer que essa memória, ao menos no caso lageano, não raro está particularmente ligada aos tempos em que “[...] tudo em Lages mostra a importância da indústria pastoril”<sup>58</sup>, aos períodos em que os representantes das profissões liberais, considerada a “nata da cidade”, eram oriundos das fazendas, “[...] médicos e advogados, na maioria, acham-se quase todos ainda vinculados à propriedade rural”<sup>59</sup>. Há também uma tendência e um esforço em ressaltar aspectos “culturais” da população local nesses espaços, cuja tradição é vista a partir de referenciais subjetivos como a hospitalidade, a humildade e o modo rústico da cultura lageana. Esses traços, supostamente, também estariam ligados aos tempos da colonização, período em que tropeiros percorreram a região e deixaram seu legado.

No entanto, boa parte dessas generalizações é aparente e superficial, pois em muitos casos acabam funcionando como simulações que escondem diferenças sociais e desigualdades fundantes dentro de uma cultura nutrida por relações sociais pautadas por traços que são patronais e de dominação. A imensa camada de empregados, peões e serviçais, de modo geral, têm sua cultura entendida e divulgada em termos de folclore pelos patrões, com aspectos que apenas ocasionalmente são

---

<sup>57</sup> Festa Nacional do Pinhão, em Lages e Festa Nacional da Maçã, em São Joaquim, por exemplo.

<sup>58</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antonio. Op. Cit. p.115

<sup>59</sup> Ibid., p.137. As primeiras exposições pecuárias de Lages remontam a década de 1920: a primeira em 1920 e a segunda ocorrida em 1928. Após 1941 elas tomaram outra dimensão no cenário regional e nacional

traduzidos ou redefinidos por eles mesmos. Arriscaria dizer, inclusive que raramente grande parte da população é verdadeiramente representada nesses espaços e quando é, aparece recoberta pela invenção generalizante de uma cultura gaúcha rústica, pautada pela “simplicidade”, “passividade” e inadequação a valores próprios da elite urbana<sup>60</sup>.

Ao percorrer a região, ainda hoje, é muito difícil não refletir sobre a feição rural de Lages: seja pela paisagem, seja pelos aspectos de vida e costumes de muitas pessoas que ainda moram no campo ou nos bairros mais afastados do centro urbano, ela ainda é muito presente. Em números efetivos, se formos comparar em termos históricos, a “população urbana” superou a “população rural” apenas muito recentemente (1970), embora esse processo tenha sido muito acelerado e em um curto espaço de tempo.

Ao prestarmos atenção, fica evidente que parte da memória coletiva foi organizada por narrativas que se referem a um meio rural muito particular. Nesse sentido, essa memória sobre Lages, também fez parte de uma nostalgia romantizada do passado, com associações com um lugar regrado e marcado pela “vida simples”, que embora conte com alguns conflitos, foi pautado predominantemente por elementos que incorporam superação, honra, glória e o trabalho –, um mundo que é, paradoxalmente, *aristocrata e rústico ao mesmo tempo*, pois, supostamente, o “perfil do lageano”, mesmo diante de uma vida “difícil, dura, rude, isolada” poderia ter “hábitos de finura, de cavalheirismo, que os colonizadores trouxeram das sociedades ibéricas”<sup>61</sup>.

Essa idealização forjada e criada por membros de uma classe de antigos proprietários rurais e velhos pecuaristas com valores

<sup>60</sup> CAMPOS, Emerson César de. *O catarinense de bombacha: movimento tradicionalista gaúcho em Santa Catarina (1959-1997)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 1999

<sup>61</sup> COSTA, Licurgo. Op. Cit., p.534-535. Estamos pensando em casos como CAON, Edézio Nery. *Estórias de minha cidade*. Lages: Gráfica Wilson, 1978; RAMOS, Armando. *Passado e presente*. Lages: Gráfica ACS, 4. Ed. 1988; GOULART, Yedda de Castro Brascher. *Vidal Ramos Junior: um lageano, uma paixão*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004; DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Associação Rural de Lages. 70 anos de História – fazendeiros e suas memórias*. Lages: Gráfica Coan, 2009

aristocráticos e “hábitos de finura”, reproduzida por Licurgo Costa, fica bastante fragilizada quando colocados em contraste com as condições de exploração e privação as quais os fazendeiros submetiam a maioria das pessoas do campo e da cidade daquela região.

Ou, afinal, como sustentar e generalizar esse tipo ideal do “lageano de antigamente”, diante dos destinos muitas vezes escusos dos “investimentos” de homens de um tempo que, “desencadeava a satisfação das ambições mais malsãs e mais desregradas, [...] onde o ouro, a lama e o sangue se misturavam”<sup>62</sup>? Dinheiro que era provido dos lucros de seus negócios e que garantiam a movimentação dos inúmeros bordéis da cidade, das corridas de cavalo ou das casas de jogos, assuntos ainda muito pouco discutidos pela historiografia?<sup>63</sup> Isso para não falar dos casos de violência, corrupção e extorsão em que estiveram envolvidos. Afinal, é preciso dizer, “os bons mocinhos” também pecavam<sup>64</sup>.

Estamos falando, aliás, de uma cidade onde muitos problemas eram resolvidos à base da bala e as eleições eram definidas no cemitério. Naqueles “tempos imemoriais”, muitas coisas não passavam despercebida como geralmente se supõe. Acompanhando as provocações do “*Jornal Crítico, Humorístico e Noticioso*” de 1921, *O Garoto*, podemos ter conhecimento dos diferentes conflitos presentes na cidade, como o “prestígio do morto”. Segundo a publicação de autoria

---

<sup>62</sup> MARX, Karl apud OEHLER, Dolf. *Terrenos vulcânicos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004, p.91

<sup>63</sup> Sobre o caso e a relação com o machismo no caso lageano ver LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Poder político e mudança social: estudo sobre o poder político-oligárquico no município de Lages – SC*. Dissertação de Mestrado em Direito. 1977, p. 34. Uma exceção recente da historiografia sobre o tema é o trabalho apresentado por MUNIZ, Vanessa Aparecida. As relações de gênero entre coronéis, concubinas e suas esposas na década de 1950 (Lages – SC). XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos SNH-2015, 2015

<sup>64</sup> Expressão de Sara Nunes que analisa as tramas de um assassinato a partir dos rastros de um crime. NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Lages: Grafine, 2011. Sobre a atuação de algumas chefias políticas locais e violência ver MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004

anônima, as eleições deveriam passar a serem realizadas no dia 2 de novembro (dia de finados), uma vez que foi sempre lá, no cemitério que os Ramos, uma das principais famílias da facção política coronelística da região, “contaram com o maior número de eleitores”<sup>65</sup>. Uma crítica mordaz ao sistema eleitoral vigente à época e direcionada à, nada mais, nada menos, do que uma das principais famílias oligarcas do período.

Ainda no sentido de repensar essa cidade, é razoavelmente conhecido, por exemplo, ainda que propositalmente ignorada (pelos ressentimentos que causa) o caso da estadia do poeta paulista Paulo Setúbal em Lages. Boêmio e de família abastada, em busca de “clima melhor” por conta do surto de gripe espanhola em 1918, partiu para Lages onde já se encontrava seu irmão, um comerciante local estabelecido. Naquela cidade, “[...] pequena é certo, mas cidade graciosa, pitorescamente aninhada num espigão de morro, com gentes boas e acolhedoras”, viveu por dois anos, onde conheceu “de perto os usos daquelas paragens”<sup>66</sup>.

Setúbal atuou naquele município como advogado trabalhando, sobretudo, com inventários e outras burocracias, o que lhe garantiu um bom montante de dinheiro. No entanto, segundo seu livro de memórias, (ou melhor, de confissões), alega que o dinheiro “vinha e ia-se [...] Ia-se água abaixo, sem mãos a medir, para o jogo. Sim, meu amigo, para o

<sup>65</sup> Jornal *O Garoto*, “Jornal Crítico, Humorístico e Noticioso”. Lages, 20 de março de 1921. Este jornal começou com 100 exemplares e em agosto de 1921 chegou a imprimir 500 exemplares (28 de agosto de 1921). Em decorrência de suas provocativas publicações foi orientado a ser “menos mordaz nas críticas”, a pedido da diretoria do Clube 1 de Julho (clube associativo ligado à família Ramos e Castro). Suas críticas não foram direcionadas apenas aos Ramos, mas a boa parte da classe política lageana, bem como a outros poderes locais como o padre da Igreja Católica que era satirizado pela sua orientação sexual. Chegam a definir o prefeito – apelidado como “o substituto do papai” - como um homem “atrasado, incompetente, teimoso e birrento!”. Em resposta às publicações deste divertido periódico, o jornal *O Lageano* publicou o seguinte texto: “A nossa pacata população de quando em vez é assalta por verdadeiros pasquins feitos por desocupados, que aliados com depeitados incorrigíveis e sistemáticos, surgem sob a capa do anonimato, fingindo humorismo, ferir seus desafetos”. Informações conforme os textos publicados na primeira página do jornal em agosto de 1921, esclarecendo o assunto.

<sup>66</sup> SETÚBAL, Paulo. *Confiteor*. São Paulo: Saraiva, 1958, p.-144-147.

jogo. Porque em Lajes, é preciso que você o saiba, eu aprendi a jogar”<sup>67</sup>. E segundo o poeta, “as noitadas” não acabavam nas mesas de jogatinas, pois ainda eram “regadas a serventia da extensa zona de meretrizes, como Lages era popularmente conhecida “Rainha da Serra”:

E aquelas ardentes noites de jogatina, noites asperamente emocionais em que, num só lance, apostava eu, às vezes, o ganho inteiro de uma demanda, aquelas ardentes noites findavam sempre por patuscadas sórdidas em casebres de chinas abomináveis [...] na companhia nauseante daquelas mulherinhas de estrada, analfabetas, que vestiam uns amarfanhados vestidos de babado [...] onde andava o filho católico de uma velha católica. Não sei<sup>68</sup>

A despeito das confissões muito sugestivas daquele poeta e a qualificação nada lisonjeira das mulheres, as versões romantizadas do passado ainda são predominantes, principalmente porque acabam desempenhando uma dupla função: cristalizam uma nostalgia dos “bons tempos” – embora esses bons tempos não fossem verdadeiramente experimentado pelas pessoas que assim o referenciam – e, por outro lado, afastam o julgamento moral direcionado à classe dominante de Lages, o que confirma a tendência da classe de proprietários de fantasiar sobre suas atividades reais, já que são úteis, segundo Williams, para “promover comparações superficiais e impedir comparações reais”<sup>69</sup>.

São essas versões imaginadas de “Lages de antigamente” que também recuperam, através de um frequente saudosismo dos autores, a antiga imagem dos vastos campos que compõe a velha paisagem serrana, que, pouco a pouco, foi dominada e transformada pelo homem; ou melhor dizendo, por um tipo bastante específico de homens – já que curiosamente, na imagem criada pelo “tipo ideal da fazenda”, o papel das mulheres não é destacado e nem descrito por eles, o que gera, até hoje, uma imprecisão histórica absurda a respeito do papel destas na história.

---

<sup>67</sup> Ibid., p.147.

<sup>68</sup> SETÚBAL, Paulo. Op. Cit., p.148

<sup>69</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p.94

Essa foi uma interpretação bastante característica naquelas paragens, harmonizando e confundindo homem, natureza e paisagem, afinal, sempre houve uma separação [...] “entre os processos de exploração rural, que de certo modo se dissolvem na paisagem, e no registro dessa exploração nos tribunais, nos mercados financeiros, no poder político e nos gastos conspícuos da cidade”<sup>70</sup>. Não se trata aqui de querer investigar as origens desse amplo e recorrente processo de representação e idealização do mundo rural, o que certamente nos levaria até, pelo menos, à antiguidade clássica ou jardim do Éden<sup>71</sup>.

Mas é importante entender, no caso de Lages, como e porque algumas simplificações ganharam força ao longo do tempo e num período determinado se remodelaram – ignorando, escamoteando ou minimizando ininterruptamente a história e a participação de grupos sociais específicos no processo histórico de constituição dessa cidade. O caso de uma “gloriosa história da pecuária” e sua constante reprodução, tradicionalmente recuperada e revisitada em momentos convenientes, parece-me fundamental para compreender parte desse fenômeno.

A pecuária foi, seguramente, um dos temas predominantes na literatura local durante boa parte do século XX. E isso não parece por acaso. Indalécio Arruda, naquele seu texto de 1960, reservou mais da metade do seu livro para tratar de diferentes raças bovinas, dedicando um pequeno capítulo para cada tipo de boi que se criava em Lages, dissertando sobre suas características, o que quase leva o leitor, (como eu mesmo pude experimentar), a desconfiar de uma possível característica intrínseca dos bois como protagonistas históricos.

Na avaliação de Licurgo Costa “foi justamente no final do século XIX, que a pecuária lageana passou por uma grande prosperidade, em função do melhoramento genético, por meio da importação de reprodutores zebus, valorizando ainda mais o gado de corte”. É também para este autor que o município de Lages se configura como “centro dos mais importantes da pecuária no Sul do País”, já que “a cidade serrana se distinguiu sempre pela superior qualidade das carnes dos seus rebanhos”<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p.81

<sup>71</sup> Ibid., p.27

<sup>72</sup> COSTA, Licurgo. *Lages: comércio e desenvolvimento de uma cidade*. SENAC, s/d.



A noção de que a criação de gado em Lages “foi, é e será, ainda por muito tempo, a fonte principal da riqueza do município de Lages”, que citamos anteriormente, no entanto, não é nenhuma novidade dos anos 1960 ou 1980, ela vem sendo pacientemente construída e registrada por escrito, a partir de diferentes mecanismos apropriados pela classe dominante local para difundir, convenientemente, seus próprios interesses e negócios. O percurso desse tema merece ser recuperado, e é o que se tratará a seguir.

### **1.3. Um expediente a serviço da “pujança”**

A ideia da pujança da pecuária na história de Lages, apesar de desde os tempos mais longínquos ser um tema presente na administração das colônias brasileiras, foi elaborada e bastante difundida no final do século XIX, na ocasião em que o poder público municipal tinha a incumbência de informar a situação do município para outras esferas do governo. Dois relatórios preparados pela Câmara Municipal, em 1883 e 1887, a meu ver, são bons exemplos para elucidar o caso<sup>73</sup>.

A partir destes primeiros documentos administrativos podemos ter conhecimento parcial do que era produzido em Lages (alimentos, comércio e serviços), e também é a partir deles que podemos apreender certo tratamento muito particular e a distinção dada a diferentes classes sociais, principalmente no que diz respeito à relevância destinada ao setor pecuarista, em contraste, sobretudo, com os pequenos produtores.

Esta última camada social e sua produção sempre foram distinguidas como de “pouca importância” – ainda que seja possível identificar, lendo esses documentos ao revés, uma surpreendente

---

<sup>73</sup> Relatório para o Presidente da Província, em função do questionário enviado à Câmara Municipal de Lages, em 19 março de 1883. Esse questionário e as respostas foram originalmente publicados no jornal *O Lageano*, edições semanas de 21, 28 de julho e seguintes, em 1883. As edições deste, que foi o primeiro Jornal de Lages, podem ser encontradas no arquivo do Museu Thiago de Castro. O questionário e as respostas também foram parcialmente republicados em COSTA, Licurgo. Op. Cit., p.866-868; Relatório da Câmara Municipal ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 19 de abril de 1887. Reproduzido em COSTA, Licurgo. Op. Cit., p. 869

variedade de produtos e de atividades executadas na região, e que vão muito além da pecuária, conforme os próprios autores reconhecem quando informam, por exemplo, que na situação da lavoura “seus principais produtos são: milho, feijão, batata, trigo, erva-mate e fumo” e que essas são as culturas predominantes<sup>74</sup>.

É com esses relatórios que os pecuaristas enaltecem a produção da “grande criação” de gado vacum em relação à “pequena produção” que, segundo eles, limitava-se a “aves domésticas”, o que pode ser uma avaliação bastante limitada e imprecisa. Mesmo com uma grande variedade de produtos apresentados nesses relatórios, insiste-se que “a maior exportação é a de carne de gado vacum”<sup>75</sup>. Essa ênfase também foi repetida à exaustão nas três primeiras décadas do século XX, o que encobriu uma série de questões que ainda precisam ser analisadas, a meu ver, de forma mais detida.

Um dos casos está ligado à função do Mercado Público, sua função social e seu valor cultural. Eveline Andrade constatou que “[...] certamente tal problemática (o mercado público) merece mais pesquisa, dada a relevância da centralidade das relações comerciais no desenvolvimento urbano da cidade”<sup>76</sup>. É nesse tipo de espaço que podemos notar a excepcional contribuição das classes populares com uma imensa variedade de produtos oferecidos para suprir a demanda interna da cidade. Neste período, no final do século XIX, note-se que a população lageana estava em torno dos 15.000 habitantes (14.023 em 1883), dispersos num território muito amplo, sendo que dessa população, entre livres e escravos, 7.621 habitantes estavam na “paróquia da cidade”<sup>77</sup>.

É preciso lembrar que, em muitos casos, a perspectiva de liberdade e autonomia de escravos e brancos pobres livres andava junto com a possibilidade de extrair algum excedente de seu próprio trabalho.

---

<sup>74</sup> Respostas às questões 18 e 19 do Relatório para o Presidente da Província, em função do questionário enviado à Câmara Municipal de Lages, em 19 março de 1883

<sup>75</sup> COSTA, Licurgo. Op. Cit., p. 869

<sup>76</sup> ANDRADE, Eveline. *A cidade nos campos de cima da serra: experiências de urbanização e saúde em Lages – 1870 – 1910*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, p.68

<sup>77</sup> Jornal *O Lageano*, 21 de Julho de 1883

Dias de folga, sábados, domingos e feriados, poderiam ser dias dedicados ao cultivo em áreas não aproveitadas por parte dos escravos no período da escravidão e isso não foi pouco no âmbito do costume, uma vez que todas as expectativas poderiam ser depositadas nesses dias de produção e também nos dias de venda, sobretudo, nas feiras que eram realizadas aos sábados<sup>78</sup>.



**Figura 3:** a praça do mercado e o mercado público no canto superior direito, centro comercial mais importante da região, pelo menos, até a metade do século XX. Foi substituído por outro prédio, em outro local, em 1963. Acervo Museu Thiago de Castro.

Até meados do século XX, ainda era possível observar a importância desse mercado para as classes populares, tanto àqueles que moravam na cidade como no campo. Segundo Peluso Jr, referindo-se ao

---

<sup>78</sup> Sobre a importância do tema, no período da escravidão Cf. LIMA, H. Espada. Da escravidão à liberdade na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz G. VIDAL, Joseane Zimmermann. *História diversa: africano e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. p.197-223

movimento de veículos na cidade em 1940, a alteração dava-se, sobretudo aos sábados, por ocasião das feiras:

[...] e à chegada de caminhões e ônibus que fazem ligações intermunicipais ou interestaduais. Às feiras acodem vendedores de todos os pontos próximos à cidade chegados a cavalo ou em carroças. Até as 14 horas dos sábados, as ruas que dão acesso ao mercado apresentam grande movimento com ambas as espécies de transporte<sup>79</sup>

Em dias comuns, as linhas de transporte (as jardineiras) que faziam trajetos para áreas rurais mais distantes movimentavam, entre saídas e chegadas, cerca de 140 passageiros. A cavalo, diariamente o movimento girava em torno de 300 pessoas. Mas aos sábados, em função da feira, esse número poderia chegar a 1000 pessoas em 1940<sup>80</sup>. Composto por dois edifícios, abrigando armazéns e mercados de carne, o mercado público também recebia charque, aves e carne de porco trazida pelos lavradores. Na sua parte externa, havia também a exposição de produtos, “feita nas calçadas e em parte da rua, na frente de ambos os edifícios”<sup>81</sup>, a qual foi constantemente combatida por parte dos fiscais que eram pressionados por parte dos comerciantes locais.

Mesmo assim, mesmo o trabalho e a mobilização de muitas pessoas assegurando a demanda por alimentos no mercado, a supervalorização da pecuária, em contraposição às atividades supostamente inexpressivas, foi ato contínuo, como demonstram as informações do *Anuario de Santa Catharina, Estatística e informações* de 1900. Mesmo com uma grande variedade de produtos apresentados<sup>82</sup>,

---

<sup>79</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Op. Cit., p.144

<sup>80</sup> Idem

<sup>81</sup> Ibid., p.151

<sup>82</sup> “O ananaz, o abacaxy, a banana, a canna e a mandioca desenvolve-se perfeitamente nas margens dos rios Pelotas e Canôas, podendo a cultura da canna e mandioca fazer a fortuna dos laboriosos cultivadores, porque o assucar e a farinha são consumidos pelos quatro municípios da serra”. *Anuario de Santa Catharina, Estatística e informações*, 1900, p.16. Disponível no acervo digital de periódicos da Biblioteca Nacional.

a indústria pastoril era reforçada como “a principal riqueza de Lages”<sup>83</sup>. Não cabe aqui, certamente, desconsiderar o papel da pecuária para a economia local, principalmente quando associamo-la à cultura do trabalho de gerações inteiras de tropeiros e peões, a qual certamente foi significativa para a cidade.



**Figura 4:** “Sugestiva fotografia de uma banca de charque e toucinho, no interior do mesmo Mercado Velho, em 1936”. Foto reprodução de COSTA, Licurgo. p.872.

Mas uma das coisas que deve ser levada em consideração, ao analisar esse tipo de fonte que descrevem dados econômicos da cidade, é o indicativo deliberado e sutil dos autores quando prestam certas informações. Segundo os redatores do *Anuario*, os itens que ali constam foram “[...] ministradas pelos Srs. João J. Theodoro da Costa e Joaquim Costa que satisfizeram nosso pedido [...]”<sup>84</sup>. Não pode passar despercebido, com isso, que o teor da descrição contido nesses documentos é absolutamente semelhante a tantos outros relatórios do

---

<sup>83</sup> *Anuario de Santa Catharina, Estatística e informações*, 1900, p.16

<sup>84</sup> *Ibid.*, p.13

período, o que pode sugerir que tenham sido artigo do mesmo autor, João José Theodoro da Costa (cujo envolvimento político em Lages nesse período foi decisivo) ou, ao menos, que eles provenham de um mesmo grupo<sup>85</sup>. E o que isso pode significar?

Isso se torna bastante interessante principalmente se ressaltarmos a ligação de João da Costa com o setor da pecuária em Lages – ramo de atividades de sua família –, e sua posição social e política naquele contexto, porque considerando sua atuação dentro de uma ampla e orgânica rede de relações pessoais, temos então uma espécie de localização razoavelmente precisa do início de um determinado padrão de “interpretação interessada” de história, uma versão que foi solidificada, mobilizada politicamente e que se sustentou por quase todo o século XX. Não por acaso, desconsidera-se completamente aquela “pequena produção” de “pouca representação” na economia de Lages. Eis então um dos primeiros problemas a serem enfrentados e que precisa ser reconsiderado pelos pesquisadores.

Diante da ênfase materializada nos documentos em relação ao setor de maior expressão produtiva podemos ter motivos para manter suspeita, principalmente pelas desqualificações sociais implícitas que conduzem: a inaptidão do caboclo aos preceitos da “modernidade” e sua indisposição à produção lucrativa, e a associação do atraso da cidade com as classes populares só pode ser entendida na chave dos critérios

---

<sup>85</sup> João José Theodoro da Costa, filho de Laurentino José da Costa, “oficial da Guarda Nacional” e dono de uma das maiores fazendas do Estado, a “fazenda figueiredo” com 120.000 Hectares, era membro de uma das principais oligarquias de Santa Catarina, foi escrivão de órfãos da comarca de Lages e a partir de 1886 promotor público. Em 1885 deixou a direção da sociedade “Perseverança Lageana” e assumiu a frente da Sociedade Dramática Phenix Lageana. Maçom da Loja Luz Serrana, foi líder do Partido Conservador na região, ocupando o cargo de Secretário Geral do partido, com sede em Lages. Ainda em 1895 é “eleito” para a Constituinte, Presidente do Partido Republicano. Membro do Clube Republicano Federalista Marechal Deodoro em 1889, possuía a patente de “tenente da Guarda Nacional”, afilhado de João da Silva Ribeiro, fazendeiro abastado e chefe dos Conservadores desde 1875. Integrou o Partido conservador cuja bandeira era “ordem e progresso” e o qual se ocupava muito com a manutenção da ordem. COSTA, Licurgo. Op. Cit., p.1068 e 1229; e COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas*, 1901. Coleção Catariana: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

utilizados para a elite para definir o que era lucrativo e importante em termos de trabalho e produção. Essas considerações, afinal, se desenvolvem e passam a ficar mais rebuscadas com o passar dos anos, persistindo com um poder admirável como demonstraremos adiante.

Evidentemente, é muito difícil relativizar a força econômica advinda da pecuária, como já dito, especialmente na região sul do país, pois ela foi suficientemente importante para barganhar ou coagir governos a abrir estradas, investir em feiras e inúmeros melhoramentos ligados ao ramo. Também não parece nem um pouco razoável duvidar da forte vinculação entre o poder político institucional e os proprietários de grandes extensões de terras ligados à pecuária extensiva, que era uma atividade de alto retorno em termos de impostos para o Governo do Estado. A história dessas relações, inclusive em termos nacionais, já é bastante conhecida por nós, e Lages e Santa Catarina não fogem à regra<sup>86</sup>.

No entanto, há de se relativizar uma parte considerável das afirmações que foram generalizadas à respeito da história de Lages, mesmo que elas incorporem um grau elevado de autoridade e mesmo que elas sejam bastante atraentes. Esse cuidado é imprescindível. Se pensarmos no caso dos relatórios do final do século XIX (geralmente lidos como fontes primárias para historiadores), parece pouco provável que, com a sua elaboração – que comportava basicamente, pelo menos, duas funções fundamentais: a de arrecadar mais verbas de outras esferas governamentais e servir como uma espécie de vitrine do município – os autores perderiam a oportunidade de anunciar e defender seus próprios interesses.

Não era concebível para parte dos fazendeiros lageanos cederem lugar a setores que, não obstante a sua extensa produção, trabalho e

---

<sup>86</sup> Em termos mais gerais, ainda que numa perspectiva bastante datada, ver: PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008. Para Janaína Neves Maciel: “Levando em consideração exemplos de políticos lageanos e serranos ligados às atividades, em sua maioria, pecuárias, parece prudente afirmar que há na cidade, e na região, forte ligação entre a classe de políticos dirigentes e o cenário de pecuaristas da região”. *Terra, direito e poder: leis, trabalho e algumas relações de sociabilidades do meio rural de Lages-SC no início da Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015, p.51

outras formas de contribuições para a manutenção da cidade, eram vistos como impedimento do “desenvolvimento”. Afinal, o que para parte das classes populares poderia se constituir como elemento importante na manutenção de uma autonomia relativa e uma qualidade de vida razoável via autossustentabilidade, para o fazendeiro poderia significar impedimento para o aumento de seus lucros e exploração de trabalho.

Esse *modus operandi*, portanto, pode ser lido como uma dupla forma de exclusão já que, em muitos casos, estava acobertando a expropriação não só de força física, mas garantindo a escamoteação da própria história de uma ampla parcela da população das áreas rurais (mais tarde, integrantes das classes populares urbanas). Como notou Floriani: “a marginalidade dos grupos sociais que davam suporte a estas atividades pode ter contribuído para seu esquecimento pela história”<sup>87</sup>.

A eficácia em prol dos interesses dos pecuaristas (como insistir persuasivamente que a pecuária era o grande baluarte econômico da região) é surpreendente e pode ser identificada, por exemplo, com a criação de um Posto Zootécnico Federal em Lages, em 1912, ano que também coincide com o segundo mandato de Vidal Ramos (pecuarista lageano) como governador do Estado.

Esse órgão, entre outras coisas, auxiliou no melhoramento genético dos rebanhos de Lages, organizando pesquisas que envolviam a aclimação de diversas raças de bovinos, sobretudo europeias, o que colaborou diretamente para o controle de doenças, com a disposição de banheiros, balanças, equipamentos, cocheiras e silos. Além disso, este posto provia sementes para novas pastagens e, desde a sua fundação, forneceu aos criadores “mais de cem mil doses de vacina, tendo sido amparado neste serviço pela Inspetoria Veterinária de Florianópolis”<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> FLORIANI, Guilherme dos Santos. *História florestal e sociológica do uso do solo na região dos campos de Lages no século XX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias (Manejo do solo). Lages: UDESC, 2007, p.16

<sup>88</sup> “Santa Catarina e o seu governo. Uma visão panorâmica do seu surto econômico, das suas finanças, do seu ensino público. A exposição-feira de Lages”. Em: *Jornal ABC*, Rio de Janeiro 17 de Abril de 1920, p.19. Disponível na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Com a criação do Ministério da Agricultura, em 1911, vários postos zootécnicos foram criados no país: em Cinco Cruzes, Lages, Ponta Grossa, Pinheiro. Lages teria supostamente sido



E não demorou muito para que os pecuaristas, ao reconhecer as melhorias, demonstrassem profunda estima aos governos, estadual e federal, em suma, ao Estado. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, não são poucas as referências às melhorias obtidas e divulgadas nos jornais locais. No jornal *O Planalto* em 1924, por exemplo, foi ressaltado que:

A nossa pecuária tem tido grande desenvolvimento de alguns anos a esta parte. Sem depreciarmos o gado crioulo é, entretanto, certo que os rebanhos têm melhorado consideravelmente, dentro de poucos anos, quer quanto à produção da carne, quer quanto às aptidões lactíferas<sup>89</sup>

Esse tipo de reconhecimento e regozijo frente aos avanços e ganhos conquistados também pode ser encontrado circulando em âmbito nacional, como no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, quando o poder municipal assinala que:

A principal indústria é a pecuária que tem tomado grande desenvolvimento e está, presentemente, muito melhorada pela introdução de espécimes reprodutores das mais finas raças europeias, quer para a produção de carne, quer para a de leite<sup>90</sup>

Em todas essas publicações é categórico o relevo e a importância dados à criação do Posto Zootécnico Federal. E não faltaram motivos, desse modo, para que alguns anos mais tarde, em 1920, fosse criada a “União dos Criadores de Lages”. Embora Licurgo Costa nos informe que ela foi formada “sem pretensões políticas”,<sup>91</sup> não foi bem o que

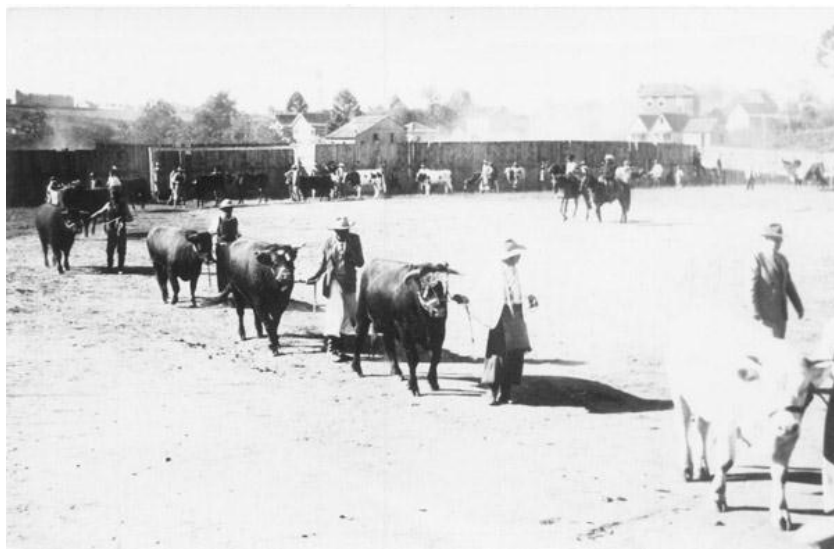
escolhida por influência de Vidal Ramos como governador. DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Associação Rural de Lages. 70 anos de História – fazendeiros e suas memórias*. Lages: Gráfica Coan, 2009, p.18

<sup>89</sup> Jornal *O Planalto*, 28 de Maio de 1924, p.1

<sup>90</sup> Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1931. p. 1095

<sup>91</sup> COSTA, Licurgo. Op. Cit., p.1493

algum dos presentes, na ocasião da primeira exposição e feira de gado em Lages daquele ano destacaram.



**Figura 5:** Exposição e feira agropecuária em Lages (s/d). Fonte: Associação Rural de Lages.

Em abril de 1920, na presença do governador do Estado, Hercílio Luz, de um representante do Ministério da Agricultura, de convidados, de outras autoridades e do prefeito da cidade (que aproveitou o ensejo para cobrar recursos para as estradas e mais incentivos à pecuária local), o deputado Caetano Costa, argumentou em discurso que “aquela festa de trabalho se realizava no momento era também uma festa eminentemente política, mas política no bom sentido do vocábulo”. Nesse mesmo sentido, Thiago de Castro complementou, ao agradecer a “proteção material dos recursos” procedente do governo estadual, que “essas são festas que não resumem a festejos, mas o cabedal melhor da nossa atividade, a síntese das nossas iniciativas na indústria pecuária, o produto do esforço pacientemente acumulado do trabalho coletivo”. E deixou claro, ao final, parte das aspirações dos pecuaristas: “imprimido as forças da natureza animal uma direção inteligente e melhoradora *sob os auspícios da União e do Estado*,

estabelecemos a nossa ordem econômica sobre a base de um trabalho de produção”<sup>92</sup>.

Em retrospectiva, é possível observar que, fortalecidos com a proclamação da República, as chefias locais ocuparam os mais diversos cargos na administração do Estado, dando sequência a privilégios políticos que remontam ao período da monarquia. Vidal Ramos Jr.<sup>93</sup>, por exemplo, em 1902 inaugurou uma fase importante, embora conturbada, no governo do Estado e contribuiu diretamente para o fortalecimento da classe dos pecuaristas de Lages.

A partir desses anos, entre as três primeiras décadas do século XX, esses podem ser entendidos como uma classe de “capitalistas agrários”<sup>94</sup> em formação, não só pela sua organização, mas pelos seus objetivos expressamente divulgados, os quais eram reivindicados e atendidos pelo poder público local, estadual e nacional, e também pela adoção e reformulação contínua de códigos e práticas sociais, quando integravam, por exemplo, clubes sociais, confrarias e entidades de classe – e como sugerem as fotos daquele tempo, em que aparecem posando de chapéu, cartolas, bengalas, fraques, terno e colarinho, roupas que eram própria de investidores e burgueses desse período, o que demarcava a posição destes na hierarquia social estabelecida e contrasta com a noção de fazendeiros rústicos ou interioranos tão divulgada anos mais tarde.

---

<sup>92</sup> Jornal *ABC*, Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1920. “Santa Catarina e o seu governo. Uma visão panorâmica do seu surto econômico, das suas finanças, do seu ensino público. A exposição-feira de Lages”. Grifo meu

<sup>93</sup> Sobre Vidal Ramos Jr. geralmente se faz certa confusão. O primeiro Vidal Ramos Jr., foi governador de Santa Catarina entre 1902-1906 e era filho de Vidal Ramos Sênior. O segundo Vidal Ramos Jr., o “Vidalzinho” foi prefeito de Lages entre 1941-1945 e era neto de Vidal Ramos Sênior e filho de Vidal Ramos Jr. Arquivos CPDOC, Vidal Ramos Jr. Verbetes Primeira República:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RAMOS,%20Vidal.pdf> Acesso em Jan. 2016

<sup>94</sup> Para Lígia Osório Silva “a excessiva ênfase” dada ao papel das cidades “no surgimento do capitalismo acabou levando muitas vezes à visão dos vários ‘capitalismos’ presentes ao longo da história, ou ao equívoco de sua identificação simplista com o impulso nato da ‘busca do lucro’”. SILVA, Lígia Osório. Introdução ao texto de WOOD, Ellen M. As origens agrárias do capitalismo. *Rev. Crítica Marxista*, UNICAMP, n.10. 2000, p.12-29



**Figura 6:** “Fotografia colhida na escadaria do Palácio da Superintendência em 1919, quando foi eleito presidente da Câmara Municipal o Dr. Walmor Ribeiro [...]”. Foto reprodução de Costa, Licurgo. p.1269.

Essa transformação também pode ser acompanhada quando pecuaristas passam a visar à obtenção de lucro a partir de uma noção bastante específica da organização dos seus “meios produtivos”, da concretude da noção de propriedade privada, sendo um universo que sintomaticamente se sintetiza na fazenda, mas também se desenvolve na cidade, pois se trata de um processo duplo. Como constatou Raymond Williams, “a exploração do homem e da natureza, que tem lugar no campo, é concretizada e concentrada na cidade”<sup>95</sup>.

Os favorecimentos do poder público municipal, nesse sentido, foram fundamentais. Como evidencia Janaína Neves Maciel, podemos encontrar muitos privilégios “destinados aos pecuaristas no município de Lages”, como a lei municipal n.114, de 1904, a qual “determinava que todas as terras de matos situadas às margens das fazendas de criação não fossem utilizadas para agricultura em um limite de seis

---

<sup>95</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit. p.85. No *Almanak Lammert: Anuario Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil*, ao tratar dos dados sobre a cidade de Lages, consta o nome de 32 fazendeiros em 1909, sendo 8 da família Ramos.

quilômetros”. Isso, segundo Maciel, “pactuava com os pecuaristas para o não cercamento de suas fazendas”<sup>96</sup>.

Desse modo, os objetivos alcançados por parte da elite regional e a própria modernização da pecuária, favoreceram seu acesso facilitado ao poder público. Em 1921 foi inaugurada a famosa criação da Charqueada Tito Bianchini, que conforme o jornal *O Planalto*:

[...] com 30 sócios, permitia o abate de oito reses, e a produção de sabões, extração das graxas e outros produtos. Contava com 10 operários, na mais rigorosa higiene. Possuía fonte muito abundante perto do posto, na beira rio da Ponte Grande, além de currais, pocilgas...<sup>97</sup>

Para Floriani, é nesse período que podemos situar o início da industrialização na serra catarinense<sup>98</sup> - o que nos faz repensar os critérios utilizados para definir um processo que supostamente só se iniciou com a intensificação da exploração da madeira. A estimativa para o primeiro ano de produção do empreendimento era de 2.500 cabeças, e no segundo ano de operações chegariam a 5.000. Embora a crise de 1929 tenha afetado os negócios dos fazendeiros, que desde muitas décadas estavam interessados nos rentáveis negócios para exportação de carne – atravessando-se, portanto, nas negociações que eram realizadas entre os principais centros e os estancieiros rio-grandenses e uruguaios na região sul –, algumas soluções foram buscadas, como os eventos realizados através do Turfe Lageano e da União dos Criadores<sup>99</sup>.

Anos mais tarde, já na década de 1940, com o mercado de carnes favorecido novamente por outra grande guerra mundial, o Posto Zootécnico passou a operar em outras frentes, por incentivos governamentais e por demanda dos próprios produtores locais: ampliou-se o investimento em tecnologias, passou-se a vender arames para cercas de melhor qualidade, além de produtos químicos e na disponibilização

---

<sup>96</sup> MACIEL, Janaina Neves. Op. Cit., p.49

<sup>97</sup> Jornal *O planalto*. Lages, 10 de dezembro de 1921. p.1

<sup>98</sup> FLORIANI, Guilherme dos Santos. Op. Cit.

<sup>99</sup> *Ibid.*, p.76

de novos reprodutores de “raça pura”. Em janeiro de 1940, a firma Urgel Camargo e Cia Ltda, fundou um grande curtume, próximo ao Rio Carahá, que “contava, então, com 30 empregados. Com o tempo, além das atividades como curtume instalou uma fábrica de calçados, com venda por atacado”<sup>100</sup>.

Também foi a partir das primeiras décadas do século XX que na descrição das propriedades rurais, nas escrituras públicas, passou a se ressaltar as potencialidades do desenvolvimento da pecuária, incorporando novos critérios para valorizar o preço das terras que eram negociadas, balizando o entendimento do que era uma “terra própria para boa pastagem”<sup>101</sup>. Somando-se a isso, os pecuaristas lageanos contaram por muitos anos com diferentes intervenções técnicas de profissionais. Esse movimento é intensificado desde a chegada, em 1912, do zootécnico belga, Dr. Vincent, o qual atuou em Lages por muitos anos. Em 1951, por exemplo, deu-se a visita passageira de Octávio Domingues, professor de Zootecnia, membro da Comissão Brasileira de Eugenia no governo de Getúlio Vargas, primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Zootecnia (1951-1968), que foi a Lages “observar e orientar os criadores lageanos nos métodos modernos de criação, levando muito em conta o meio local”<sup>102</sup>.

Para o que interessa aqui, é importante que se perceba que todas essas transformações também contribuíram para uma sofisticação no modo de escrever essa história. A partir da valorização da pecuária se direciona parte da memória coletiva, onde de modo abrangente, “[...] aparecem protagonizadas por um amplo coletivo social do qual fez parte a elite regional, agregando por isto um status social equivalente à história destas atividades econômicas”<sup>103</sup>.

Como destacou o historiador Raphael Samuel, referindo-se à memória:

---

<sup>100</sup> COSTA, Licurgo. Op. Cit. p.887

<sup>101</sup> FLORIANI, Guilherme dos Santos. Op. Cit., p.70/71

<sup>102</sup> ARRUDA Indalécio apud FLORIANI, Guilherme dos Santos. Op. Cit., p.79 Sobre Octavio Domingues, cf., STEFANO, Valdir. Octavio Domingues: concepções sobre miscigenação no contexto eugênico. Dossiê Darwinismo e filosofia. *Rev. Temas & Matizes*. N.15. 2009, p.42-54

<sup>103</sup> FLORIANI, Guilherme dos Santos. Op. Cit., 2007, p.16

longe de ser transmitida pelo modo intemporal da “tradição”, ela foi progressivamente alterada de geração em geração. Tem estampadas, as paixões dominantes em seu tempo. Ela porta a marca da experiência, por maiores mediações que esta tenha sofrido. Como a história, a memória é inerentemente revisionista e nunca é tão camaleônica como quando parece igual<sup>104</sup>

É a partir da identificação desses elementos que podemos compreender, apesar do caráter parcial explorado aqui, os desafios de discutir o processo histórico da cidade de um ponto de vista que vá além de um viés interpretativo consolidado de modo perspicaz por uma “via de mão única”, ligado à classe dos pecuaristas. Por muitos motivos esse padrão prevaleceu e está enraizado, ocupando um espaço que, conforme entendo, precisa ser urgentemente questionado, principalmente quando notamos que muitas relações sociais foram naturalizadas a partir dele.

Ainda que sejam difíceis de mapear e decifrar as diversas relações sociais daquele contexto, pela escassez das fontes ou outros motivos, é necessário haver um esforço coletivo para uma compreensão pormenorizada sobre diferentes interesses difusos que estavam em jogo, recuperando assim diferentes estratégias utilizadas pelas diferentes classes sociais<sup>105</sup>. É imprescindível ter uma noção nítida dos diferentes lugares que essas pessoas ocuparam socialmente, bem como a formação de suas variadas redes. Nesse sentido, talvez valha a pena fazer aqui um

---

<sup>104</sup> SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. *Projeto História*. São Paulo, n.14, fev. 1997, p.44

<sup>105</sup> Em relação ao tema com o recorte de classe, vale a pena adicionar que: “não são apenas as posições e trajetórias das classes e dos atores (divergentes ou não) que explicam a possibilidade de variação das disposições de conduta inerentes a cada classe; a própria experiência social de cada classe – e especialmente a das dominadas – é, [...], ambígua e dinâmica, na medida em que o sistema capitalista de classes é contraditório e cíclico. A ambiguidade introduzida na experiência das classes sociais pelas contradições do capitalismo, amplia os limites dos esquemas pré-reflexivos de percepção e das disposições de conduta que caracterizam o habitus de cada classe social. SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, ago. 2005

pequeno esforço para definir do que exatamente nos referimos quando falamos de uma classe dominante.

Em termos sociais podemos pensa-la de um modo geral, a partir de diferentes formas de manutenção de privilégios e prestígio que marcavam aquela hierarquia social local (onde cada um se localizava socialmente). Representada por um grupo social heterogêneo, ela pode ser distinguida a partir de alguns elementos: certamente patriarcal, onde a figura do pai era o cerne da casa, do arranjo familiar e responsável pelas principais decisões, deixando claro desde cedo a autoridade diante dos filhos, da mulher e dos empregados (agregados e demais serviçais). Um grupo que privilegiava o gênero masculino (embora houvesse exceções, muito raras, de mulheres que eram distinguidas como matriarcas influentes pelos contatos que possuía por sua origem familiar).

Com o tempo muitos fazendeiros passaram a valorizar o letramento, em muitos casos se estabelecia uma biblioteca particular nas fazendas ou nas casas sediadas no centro urbano onde ocorriam cursos primários e estudos clássicos; valorizavam igualmente jornais (incluindo publicações de outras regiões do país, como Rio de Janeiro e até mesmo jornais estrangeiros), associavam-se em torno de clubes recreativos e literários já no final do século XIX, ambiente onde preparavam seus símbolos e instituíam os valores culturais a serem compartilhados pelo grupo frequentador. Também preservavam aspectos do cotidiano e de educação informal para manutenção de sua autoridade, com comportamentos morais (distinção, decoro), que eram ensinados de pai para filho desde a infância, onde novamente a figura masculina deveria se destacar em relação às mulheres e pessoas de outras classes e etnias.

Esses valores cotidianos compartilhados também podem ser localizados nas relações sociais que eram desenvolvidas no espaço público (jogos de azar, apostas, disputas e negociações). Essas pessoas frequentemente mantinham contato direto com as forças militares da cidade, as quais os membros do corpo militar os reconheciam pela origem familiar. Essas afinidades também podem ser identificadas nas relações com o meio político, no qual muitos deles (embora nem todos) se envolviam e tinha ingresso formal facilitado ao poder público municipal, retendo informações privilegiadas da política regional e estadual sempre que necessário, porque geralmente tinham um ou mais membros da família que já atuavam nesse meio.



Esses sujeitos também mantinham um repertório determinado de comportamentos, entendidos como necessários frente à população pobre e principalmente a pequenos comerciantes, artesãos, agricultores, uma vez que poderiam precisar, em inúmeras situações, do apoio destes. Essas relações, em muitos casos, também eram marcadas por conflitos, gerando episódios que demonstravam como o poder não era absoluto e muitas vezes absolutamente frágil (assassinatos, roubos e ameaças dos empregados poderiam ser algumas ações limitadoras nesse sentido). Nos negócios, o repertório envolvia a frequente menção à propriedade de terras e a garantia de autoridade e controle para a organização dos meios de produção e da circulação de força de trabalho seja no meio rural ou no centro urbano<sup>106</sup>.

Num sentido geral, esses são elementos que podem orientar uma definição mais afinada de “classe dominante”, localizando suas relações encarnadas em pessoas e contexto precisos, conforme importante definição de E. P. Thompson, para quem a classe não era uma “estrutura”, tampouco uma “categoria”, mas algo que “ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas”, sendo um fenômeno que acontece “quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem do seus)”<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> Cf. COSTA, João José Theodoro da. Op. Cit., 2003. COSTA, Licurgo. Op. Cit., 1982. Sobre o tema, para outro lugar e período, mas que pode ser sugestivo, ver: KRAUSE, Thiago nascimento. A formação de uma classe dominante: a gentry escravista na América Inglesa Continental. *História Unisinos*, 17(1); p. 12-23, Janeiro/Abril 2013

<sup>107</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I, A árvore da liberdade. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.9-10. Licurgo Costa enumera muitos casos, alguns bastante anedóticos, sobre os conflitos dos fazendeiros em Lages no *Continente das Lagens*, ainda que o faça com bastante cuidado, visto que boa parte dos casos envolvia membros do clã dos seus antepassados. Cf. COSTA, Licurgo. Op. Cit., p.1086. No capítulo 22, *Vida Política*, Costa também faz menção a várias arengas políticas entre as famílias ditas “tradicionais” da cidade. Eveline Andrade também aponta interessantes sugestões para pensar os anos iniciais da República e o processo de urbanização em Lages. E ainda nesse sentido, há também sugestiva contribuição de Sara

Uma parte dos membros dessa classe, enfim, pecuaristas ou descendentes das famílias tradicionais, foram responsáveis pela concepção do viés narrativo que aqui destacamos. Outros pesquisadores já notaram que “a historiografia de Lages tem um viés da cultura ligada à pecuária”<sup>108</sup>. Mesmo que a memória individual ou coletiva seja também uma experiência vivida e assumida de diferentes formas pelas mais diversas classes sociais, e que ela esteja sujeita a deformações ou suscetível para diferentes utilizações e manipulações<sup>109</sup>, é importante destacar que ela também está suscetível a muitas revitalizações, rerepresentando continuamente sua natureza eminentemente política.

Em 2009, o jornalista Paulo Ramos Derengoski, por exemplo, ao trabalhar com as memórias dos fazendeiros, em função dos 70 anos da Associação Rural de Lages (criada em agosto de 1939, com 109 sócios, passando anos mais tarde, em 1966, à Sindicato Rural de Lages), evidencia esse processo quando busca recuperar as memórias repletas de ressignificações históricas.

Affonso Ribeiro, que foi presidente dessa associação (1956-1958), recorda em entrevista concedida ao autor, que os primeiros favorecimentos ao “desenvolvimento rural” ocorreram justamente com a criação daquele Posto Zootécnico, elogiando o trabalho desenvolvido pelo zootecnista belga, que “[...] foi feliz porque introduziu raças mais produtivas, consideradas nobres, assim como forrageiras também. E, sobretudo métodos de criação, defesa sanitária”<sup>110</sup>. A ideia de “desenvolvimento” aqui, em relação aos tempos passados, é fulcral.

Não encontraremos, no entanto, nenhuma menção àqueles que trabalharam para os grandes proprietários, suas condições de trabalho ou sobre o nível de exploração que garantiu o “desenvolvimento rural”. Permitir que essa versão “tranquilizadora” da história de Lages continue

Nunes, especialmente o capítulo 2 em: *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Lages: Grafine, 2011 e em MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004

<sup>108</sup> FLORIANI, Guilherme dos Santos. Op. Cit., 2007, p.15

<sup>109</sup> NORA, Pierre apud Prost, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.267

<sup>110</sup> DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Associação Rural de Lages. 70 anos de História – fazendeiros e suas memórias*. Lages: gráfica Coan, 2009, p.16

em vigor é continuar aceitando que o grosso da população merecia a condescendência dos fazendeiros, e talvez sua caridade, “como se fossem de alguma forma sustentados por ela, e não exatamente o contrário”<sup>111</sup>.

É também com essa entrevista que conhecemos uma parte do processo de aquisição de terras públicas para a criação de um parque de exposições na cidade. Segundo o entrevistado: “conseguimos os recursos da Secretaria de Agricultura, [...], junto às autoridades competentes, o Leoberto Leal (secretário), e assim nós fizemos o parque (de exposição)”<sup>112</sup>. A área total desse terreno, na época de sua aquisição, era de 90 mil m<sup>2</sup> e foi doada pelo Governo do Estado, em agosto de 1950. Até hoje é a principal sede, entre outras coisas, das feiras agropecuárias que ainda são organizadas pela Associação Rural de Lages. Esse parque de exposições também é anualmente alugado para o município realizar eventos locais, sendo que a maior festa realizada ali, assim como muito dos outros eventos – adivinhem –, é também uma daquelas grandes ocasiões onde muitas pessoas recordam que “[...] *tudo em Lages mostra a importância da indústria pastoril*”.

Talvez essas pessoas que valorizaram e ainda valorizam excessivamente o peso da pecuária na história de Lages, no sentido patronal, econômico e emotivo do termo, tivessem realmente “boa intenção”. Mas isso não deve significar que um historiador não deva atentar para suas premissas ou para seus critérios orientadores, tampouco deixar de mencionar que esses textos ainda possuem uma função ideológica. Isso não pode implicar em limites à problematização dessas interpretações, que muitas sequer possuem evidências que embasem suas afirmações, pois assim, estaríamos correndo o risco de

<sup>111</sup> Esse trecho foi parcialmente modificado para o contexto do trabalho. No original, E. P. Thompson refere-se aos conceitos de “fidalgos” e “pobres”, na introdução de seu texto, *Patrícios e plebeus*: “Quando a ‘os pobres’, esse termo inteiramente indiscriminado contém a sugestão de que o grosso da população trabalhadora merecia a condescendência da *gentry*, e talvez sua caridade (como se fossem de alguma forma sustentados por ela, e não exatamente o contrário). E o termo agrupa, numa mesma categoria criada pela *gentry*, miseráveis, pequenos fazendeiros, vigorosamente independentes, pequenos camponeses, criados da fazenda, artesões rurais e assim por diante”. THOMPSON, E. P. Op. Cit., p.26.

<sup>112</sup> DERENGOSKI, Paulo Ramos. Op. Cit. p.24

restringir excessivamente a história de uma cidade, entre outras coisas, à formação de um único grupo social, muitas vezes bastante reduzido numericamente (109 sócios) e que, apesar do poder econômico e político, quando pensadas a partir de outro viés, poderiam ser uma “aristocracia rural bovina e falida”<sup>113</sup>, lutando para defender seu patrimônio e disputando um lugar privilegiado na construção da memória coletiva da cidade - herança histórica das letras que pode ser identificada desde o século XIX e que acabou predominando como versão oficial histórica de Lages.

\*\*\*

---

<sup>113</sup> Segundo Raul José de Mattos Arruda Filho, assim como “gigolô de vaca”, essa foi uma das expressões consagradas no uso popular. Cf. ARRUDA FILHO, Raul. Op. Cit. p.42

## CAPÍTULO 2 – INVENTÁRIO DOS CONSENSOS SINUOSOS

Esclareceram-se apenas parcialmente os problemas originalmente levantados. Ao discutir no capítulo anterior as narrativas influenciadas por um anseio “ético civilista”, enfatizamos os temas consolidados como o da “fundação da cidade” ou a prosperidade da pecuária, os quais obscureceram parte significativa da história social de Lages.

Ficou constatada ainda uma espécie de desqualificação frequente e explícita, além do desprezo implícito, a modos de produção ligados a outras classes sociais (que geralmente estavam vinculados à lavoura ou pequena criação), padrão de interpretação que foi levado a cabo por parte dos escritores lageanos que de algum modo tinham envolvimento direto (financeiro, familiar, emocional) com os negócios da pecuária e, anos mais tarde, também com os negócios da madeira.

Ao ignorar as classes populares, principalmente caboclos, pequenos agricultores, peões, artesões e criadores que, entre tantas coisas, colaboravam diretamente com o comércio local – os quais cultivavam não só uma forma diferente de se relacionar economicamente, mas de manter laços afetivos, culturais e contatos sociais no núcleo urbano –, pode-se afirmar que a partir de documentos oficiais, as narrativas históricas expressavam valores culturais e práticas sociais associados ao modo de vida e a ideologia de proprietários rurais, pecuaristas e políticos lageanos.

Muito dessas obras compõem os discursos históricos da cidade de Lages e ainda são recuperadas em diversos círculos sociais, pois ainda servem de fonte para muitas outras pesquisas, além de serem lembradas em discursos cerimoniais que estimam “os valores de antigamente”, o que contribui para o reestabelecimento de balizas da fazenda para a formação de parte da memória coletiva e da defesa da “tradição”<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Como já dito, é difícil saber muito das razões para esse fenômeno da permanência. Alguns pontos, creio, foram esclarecidos. Mas há também, por exemplo, o papel das classes intermediárias (uma classe média urbana que também tem seus laços sociais com o meio rural idealizado e tende a referendar as perspectivas do grande fazendeiro, porque para eles representa, muitas vezes, um homem público de “sucesso”, um exemplo a ser seguido, principalmente se destacarmos o respeito dessas pessoas a figura do “patrão”. Um exemplo bastante claro desse segmento pode ser encontrado nos Centros de Tradição

Neste segundo capítulo, gostaria de discutir uma segunda parte do conteúdo do que intitulei de “inventário” e que diz respeito a trabalhos de outra categoria, produzidos em outro contexto, entre 1977 e 1990 e que nos remetem a outro tema fundamental das narrativas históricas de Lages, com interpretações elaboradas na segunda metade do século XX: o ciclo da madeira. Esses trabalhos também integram um rol comum de referências bibliográficas sobre a história de Lages e estão facilmente disponíveis para consulta. Eles foram selecionados basicamente do mesmo modo que os livros e textos analisados no capítulo anterior (a partir dos critérios como o uso recorrente enquanto referência bibliográfica e o seu “uso social”).

Todos foram produzidos por lageanos em âmbito acadêmico, especialmente em cursos de pós-graduação, o que, como veremos, acrescenta novos problemas para sua classificação e por isso o número reduzido para a discussão. Se no capítulo anterior, ao examinar as convenções narrativas a partir de critérios externos do solo onde estava “enraizada” demonstramos como distintos interesses econômicos e políticos influenciaram e pautaram aspectos da construção da narrativa histórica, nesta segunda parte do trabalho as generalizações passam a ser realizadas com um pouco mais de cautela.

O capítulo está dividido em duas partes. No primeiro tópico está arrolada uma série de perguntas direcionadas ao período do “ciclo da madeira”, as quais formulei nos últimos dois anos e gostaria de compartilhar. A partir dessas questões, acredito, podemos repensar a compreensão geral do processo de “industrialização” e “urbanização” de Lages, demonstrando que pode haver outras referências importantes, outros critérios e diversas escalas de análise para o tema, o que torna o assunto mais complexo. Esse primeiro tópico serve como um fio condutor das outras seções e lança desafios e provocações para a análise subsequente.

---

Gaúcha de Lages, emergentes após a década de 1940. Então, para fins analíticos, embora esse trabalho trate do conflito entre duas classes específicas, há outros segmentos presentes na estratificação social que certamente devem ser analisados com igual empenho, apesar das dificuldades de definição, porque exercem influência significativa no processo histórico e nos processos forjadores da memória coletiva.

Na segunda seção consta a análise e o debate de alguns trabalhos elaborados no meio acadêmico entre 1977-1991. São três dissertações que, conforme entendo, formam a base das principais referências para estudos de Lages nos anos posteriores, principalmente em trabalhos dedicados à história política e social. Esses textos também são integrantes do conjunto de obras sobre a história do município, os quais são constantemente utilizados como fonte, mas de modo diverso. Elas foram produzidas em áreas diferentes, uma no mestrado em Direito e outras duas em Educação. Compreendo que elas representaram avanços importantes e deslocamentos necessários em relação às interpretações trabalhadas no primeiro capítulo, porque ampliaram os temas e objetos, levantaram críticas indispensáveis a respeito do processo histórico, o que, de certa forma, também repercutiu na constituição - apesar do seu caráter mais restrito - de uma memória coletiva específica.

Contudo, elas também possuem problemáticas comuns que, a meu ver, precisam ser interrogadas e reexaminadas do ponto de vista da história enquanto disciplina. Com isso, enfim, avalia-se o conjunto do “inventário historiográfico” desenvolvido para este trabalho, o qual certamente poderá ser enriquecido, melhorado e criticado no futuro.

## **2.1. As diferentes escalas de um tema: o ciclo da madeira**

É um consenso: Lages, entre 1940 e 1960, passou por inúmeras transformações, tanto no meio urbano como no meio rural. Muito dessas mudanças foram destacadas nas pesquisas acadêmicas e geralmente foram associadas à industrialização, à urbanização e à modernização do espaço urbano. Entretanto é preciso notar que essas mesmas transformações integravam um processo muito mais amplo e podem ser analisadas em diferentes escalas, como um fenômeno mais extenso e que pode ser considerado em uma escala nacional, continental ou global, especialmente pós 1930 e 1945.

Conforme Perry Anderson, a estabilização do pós-guerra foi acompanhada pelo período de “mais rápido crescimento internacional na história do capitalismo”<sup>115</sup>. Para Otília Arantes, entre 1952 e 1972, a

---

<sup>115</sup> ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p.106

expansão do capitalismo em escala global teria produzido “uma imensa liberação de energias sociais”, um desatar de energias que conforme a autora, “foi o exato contemporâneo de um processo em que as últimas zonas remanescentes de pré-capitalismo, [...] foram invadidas, colonizadas, submetidas à forma-mercadoria, do Terceiro Mundo ao inconsciente bombardeado pela indústria cultural”<sup>116</sup>.

Ainda nessa chave do processo global pode-se questionar a respeito das migrações internas, ponto chave para o período do “ciclo da madeira”, frequentemente associado à chegada de contingentes humanos de municípios da serra gaúcha ou procedentes da área rural da região. Se ampliarmos a lupa para a análise, temos que:

[...] entre 1930 e 1950 mais de 6,8 milhões de pessoas tenham migrado para as grandes cidades do Brasil, representando 54% dos moradores das cidades com mais de 2.000 habitantes. Entre 1950 e 1980 o movimento foi ainda maior, “estima-se que 38 milhões de pessoas saíram do campo”. Ou seja, *em cinquenta anos, quase 45 milhões de pessoas se deslocaram rumo às grandes cidades*. Sem dúvida, isso transformou profundamente o perfil socioeconômico e cultural do país<sup>117</sup>

É nesse contexto que a taxa de crescimento do Brasil “urbano” atinge, segundo Matos, “níveis inusitados de 5,3% ao ano. Note-se que em 1950, apenas 36% da população brasileira residiam em áreas urbanas, em 1960 esse número chega a 45%.”<sup>118</sup>. Muitos autores, desde a década de 1970, frente aos problemas urbanos cada vez mais latentes, dedicaram-se ao fenômeno da migração no Brasil e explicitaram as

---

<sup>116</sup> ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998, p.168

<sup>117</sup> PEREIRA, Veronica Salles Pereira apud DUARTE, Adriano. Op. Cit. p.212. Grifo meu.

<sup>118</sup> MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. *Geografias*. Belo Horizonte, n.8. v.1. jan.jun. 2012, p.14



implicações e a generalização desse processo<sup>119</sup>. É espantoso saber que no mundo em geral:

a população vivendo em cidades com mais de 5 mil habitantes cresceu, entre 1850 e 1950, de 7% para 30%. Mais importante ainda: na primeira metade do século XX, a população morando em cidades de mais de 100 mil habitantes aumentou em 250%<sup>120</sup>

É oportuno mencionar, portanto, que entre 1940 e 1960, Lages não estava dissociada de uma realidade nacional mais ampla, em um contexto que foi marcado pela alta da inflação, salários baixos e deteriorados, custo de vida elevado e sem recomposição salarial. Segundo os dados apresentados por Nabil Bonduki que dizem respeito à evolução do índice de preços e da inflação no Brasil, entre 1900 a 1964, é possível aduzir que no período do “ciclo da madeira”, além do aumento vertiginoso dos preços, a inflação alcança picos alarmantes, como em 1943 (37,7%), diminuindo sensivelmente entre 1947-1949 (34% e 36%), aumentando novamente nos anos subsequentes até chegar a 86,9% em 1963<sup>121</sup>. Entre 1951 e 1955, o custo de vida no Brasil havia aumentado de “uma maneira assombrosa, alcançando a casa dos 100%”<sup>122</sup>.

Afinal, o que as particularidades locais, como a de Lages, revelam sobre um processo mais amplo? Será que elas foram estudadas em sua especificidade, de fato, ou acabaram sendo diluídas em

<sup>119</sup> Cf. BALAN, Jorge. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos CEBRAP*, v.5, p.5-79, jul/set. 1973; BRANDÃO, J.R.L. Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo, *Companhia Editora Nacional*, 1978

<sup>120</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p.451

<sup>121</sup> BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, p.221

<sup>122</sup> Segundo aparte de Osni de Medeiros Régis na Assembleia do Estado de Santa Catarina. *Ata da 51ª Sessão ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 3ª legislatura*, realizada em 1º de Julho de 1955

esquemas de interpretação dedicados a outras realidades como costumeiramente aconteceu no caso do Brasil, quando reduzidas ao caso de urbanização de São Paulo?

Como alertou Giovanni Levi, devemos “trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas” e por isso “devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, preservar o local - aqui entendido como uma situação específica. Esse é o grande problema da História”<sup>123</sup>. Como, portanto, em paralelo à expansão do capitalismo<sup>124</sup>, a intensificação da exploração da madeira e dos recursos naturais da região, o aumento demográfico (ainda que os números sejam bastante desconhecidos e possam ser completamente relativizados) contribuíram para aquelas transformações?

Foi justamente entre as décadas de 1940 e 1960 que muitas pessoas se deslocaram para Lages, sendo que boa parte passou a ter relações diretas ou indiretas com o circuito da extração da madeira – onde alguns (mas nem todos) se tornaram operários, outros administradores, gerentes de fábrica, funcionários de escritório ou motoristas, carregadores, serralheiros.

Essas pessoas também se encontravam dispersas em lugares e espaços muito distintos da cidade, como os bairros, pelas vizinhanças, bares, botequins, praças, fábricas, serrarias, mercados, postos de gasolina, madeireiras e possivelmente notavam que estavam em condições muito diferentes entre si e em relações cotidianas com outros grupos sociais.

Mas qual é a relação entre esse fenômeno local e o arranjo político e econômico construído a partir de 1930 e que assinala “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”<sup>125</sup> – período em que

---

<sup>123</sup> LEVI, Giovanni. Op. Cit., 2014

<sup>124</sup> Destaque para a tese de Francisco de Oliveira para quem “é evidente que a história e o processo da economia brasileira no pós anos 30 contêm alguma ‘especificidade particular’; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista”. OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013, p.61

<sup>125</sup> *Ibid.*, p.35

predominava “abundância no fornecimento de mão de obra que facilitava a superexploração com longas e extenuantes jornadas?”<sup>126</sup> O ciclo da extração da madeira, afinal, foi mais amplo, qual é então a particularidade de Lages?<sup>127</sup>

Nesta época, os números da exportação da madeira atingiram um índice considerável - o que contribuiu decisivamente para a arrecadação de impostos. A demanda por madeira da região se alterou significativamente nos anos 1950 - fortemente favorecida pelo contexto internacional, momento de reconstrução dos países beligerantes (o que implicou num aumento vertiginoso de madeira para exportação). Conforme Bastos: “Lages ocupou durante os anos de 1959-1970 a primeira posição na concentração estadual de indústrias de papel e papelão e nos derivados da madeira (CEAG, 1980, p. 187)”<sup>128</sup>.

<sup>126</sup> DUARTE, Adriano. Op. Cit. p.37

<sup>127</sup> Esse processo abrangeu outras cidades como, por exemplo, Chapecó, Concórdia, Joaçaba, Caçador, Campos Novos, Curitiba e Canoinhas, apenas para citar outras cidades catarinenses, sem contar as cidades do Paraná e outras do restante do país e da América Latina onde havia “matas de araucária. Cf. BRUNO, Ernani Silva. *História e paisagens do Brasil: Pinheirais e marinhas – Paraná e Santa Catarina*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1961, p.19. Nesse sentido ver também os projetos *As Florestas com Araucárias no Cone Sul e a alteração das paisagens; Araucária: Símbolo de uma Era - o Parque Nacional das Araucárias e a Estação Ecológica da Mata Preta*, ambos coordenados pela Prof.<sup>a</sup> Eunice Nodari, do Departamento de História da UFSC; FLORIANI, Guilherme dos. Op. Cit.; MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. Parque ecológico João José Theodoro da Costa Neto. Conservação da floresta em Lages. Anais do *IV Congresso Internacional de História*. Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/712.pdf>. Acesso em Jan. 2016. Além dos trabalhos de Jó Klanovicz Professor Adjunto do Departamento de História da UNICENTRO, em Guarapuava/PR.

<sup>128</sup> Em nota, o autor destaca que “em Santa Catarina, a madeira, os têxteis e o gênero alimentício, exibiram contribuição de 72% em 1949 e 66,4% em 1959 (CUNHA, 1992, p. 45). Mamigonian (1999, p. 2), realça que em “em 1940 a indústria de transformação de Santa Catarina havia representado 1,8% do valor de produção nacional (2,9% da população), enquanto o beneficiamento da madeira representava 14,8% da produção total em Santa Catarina, alcançando o teto de 20,8% em 1960”, período em que a região serrana chegou a responder por 12% do ICM arrecadado no Estado, sendo com isso a maior produtora de madeira de Santa Catarina”. BASTOS, Maycon Neykiel. *O município de Lages*

É correto afirmar que o mercado da madeira também contou com a consolidação dos ideais nacionais desenvolvimentistas dos anos JK, período em que “[...] difundia-se que todos os brasileiros deveriam contribuir para com o desenvolvimento da nação”<sup>129</sup>, sob o famoso slogan “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”. Boa parte das madeiras serradas de Lages foi destinada à construção de Brasília<sup>130</sup> e também para a construção civil de modo geral.

As principais agências bancárias do país também passaram a operar na região serrana, do mesmo modo que as principais agências de serviço social, como o SESI, o SESC e o SENAI<sup>131</sup>. Essas mudanças

*no cenário econômico industrial da região serrana de Santa Catarina.* Dissertação de mestrado em Geografia. Florianópolis, 2011, p. 67

<sup>129</sup> LOHN, Reinaldo L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p.49. De acordo com a *Enciclopédia brasileira dos municípios* de 1956, Lages tinha como fonte de riqueza, “a garantir-lhe um futuro sorridente”, a indústria madeireira, sendo 166 estabelecimentos industriais, 1, especialmente dedicados a madeira serrada e 2 a caixa de madeira desarmada. O número de veículos automotores também aumentou de forma significativa, ao passo que se desenvolviam as ruas e avenidas do espaço urbano - havia na cidade, em 1957, além de motos: automóveis (363); jipes (146); caminhões (824), sendo que “com a melhoria das condições viárias, os veículos motorizados tornaram-se um importante mecanismo de trabalho, que exigia novas qualificações aos trabalhadores, com habilidades de motorista e conhecimentos básicos de mecânica”. Cf. *Enciclopédia brasileira dos municípios*, Rio de Janeiro, 1956. p.238-240; Relatório da Inspeção Regional de Estatística municipal de Santa Catarina, 1957. p.243 e MARCON, Frank; ANDRADE, Eveline; VILLAGRAN, Carla J. *Engrenagens em movimento: cultura e sociedade no sul do país*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009, p.33

<sup>130</sup> COSTA, Licurgo. Op. Cit., 912

<sup>131</sup> QUINTEIRO, Jucirema. Op. Cit., p.103. Getúlio Vargas e os ministros da Educação e do Trabalho promulgaram o decreto-lei nº 4048, criando o SENAI, em 22 de janeiro de 1942, e Eurico Gaspar Dutra cria o SESI, em 1964. O SENAI foi criado para “qualificar trabalhadores” com o ensino técnico contribuindo com a implantação de um sistema de organização “racional da produção” nas fábricas, “treinados com mão de obra ordeiras”, enquanto que o SESI surge da necessidade de promover o lazer possuindo como lema promover a “paz social”. ZAPPAROLI, Irene Domenes; ZAPPAROLI, Ferdinando

implicaram, de modo geral, diretamente na especialização em serviços do setor terciário oferecidos no município. Os dados estatísticos, em 1941, apontam que no perímetro urbano, Lages contava com 145 edifícios ligados ao comércio - a Casas Pernambucanas (1934), Comercial Araldi (1940), Curtume Gurgel e Camargo (1940), Moinho Cruzeiro (1946), Lages S/A (1951) e Lojas A Barateira (1954), entre outros<sup>132</sup>. Um contraste visível com o número de indústrias na mesma área, que segundo Peluso Jr. eram apenas duas.

<b>Estabelecimentos por edifício</b>	<b>Número</b>
Indústrias	2
Oficinas	20
Clubes	1
Comércio	145
Vagos	60
Ensino Público	9
Depósito	1
Hospitais	4
Casas de caridade	1
Fábrica	1
<b>Total</b>	<b>244</b>

**Tabela 1** - elaborada a partir dos dados coletados por Peluso Jr., acompanhado pelo agente de estatística Sr. Gerson de Andrade, no levantamento de 84 quarteirões da cidade de Lages, 1942. In: PELUSO, JR., Victor Antônio. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. Florianópolis: Edufsc, 1991, p.100-11

No campo cultural, chama à atenção o surgimento, num espaço de dez anos, de três grandes e luxuosas salas de cinema, o Cine Teatro Carlos Gomes, de 1938, o Cine Teatro Marajoara, de 1947 e Cine

---

Vinicius Domenes. Classe trabalhadora no Brasil sob a luz da teoria de Bárbara Weinstein. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

<sup>132</sup> COSTA, Licurgo apud BASTOS, Maycon Neykiel. Op. Cit., p. 68

Tamoio, de 1948<sup>133</sup>, além da ascensão das bandas de Jazz Band, uma novidade para a época, como a banda Aracy, de 1932, Jazz Band do Fúlvio, de 1935<sup>134</sup> e da adoção de um novo padrão estético arquitetônico, o arte decô, que foi adotado por frações da classe proprietária urbana e incentivado por políticos e empresários com vínculos sociais em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, como Mario Augusto de Sousa.

Mas essas mudanças realmente têm a ver com o dinheiro acumulado na exploração da madeira e podem ser apenas entendidas como “reflexo” dos investimentos privados e dos interesses “modernos” em embelezar a cidade na época “de grande movimentação financeira na cidade”<sup>135</sup>? Ou corresponderam ao fomento de um estilo arquitetônico adotado por uma política federal que estimulava esse tipo específico de arquitetura para a construção de prédios públicos e que ainda hoje pode ser observado no Hospital (1944), Fórum (1956), Parque de exposição (1948), Mercado Público e no prédio dos Correios, além de algumas casas e outros prédios residenciais, o que estimulava a especulação imobiliária?<sup>136</sup>

Em 1940, é preciso dizer, parte considerável da população ainda usava “a lamparina de querosene e a vela de gordura de gado”<sup>137</sup>. Durante décadas muitas indústrias na região serrana resolveram precária e isoladamente seus problemas para suprir necessidades ligadas à força motriz e as necessidades de operação de seus maquinários rudimentares. Serrarias e engenhos ainda eram movidos por tração animal ou hidráulica - situação que “impunha limitações fortes a cada uma das

---

<sup>133</sup> Cf. LAVOURA, César. *O poder simbólico das artes: teatro e cinema nos tempos da Princesa Serrana*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2013, p.155

<sup>134</sup> Ibid., p.66.

<sup>135</sup> PEIXER, Zilma; VARELA, Iáscara Almeida; BORNHAUSEN, Eliana Zimmermann. Lages: caminhos do moderno. In: ISHIDA, Americo et al. *Memórias, ausências e presenças do art déco em Lages*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p.32

<sup>136</sup> PERALTA, Francisco José. *A arquitetura art-déco no governo Vargas: a construção de uma identidade nacional*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2005

<sup>137</sup> PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Op. Cit., p.98

empresas, caracterizadas pela precariedade dos serviços oferecidos”<sup>138</sup>. A condição mudou parcialmente a partir da criação da Companhia Catarinense de Força e Luz S.A. (COSEL) em 1944, a qual, apesar dos esforços, constantemente apresentava falhas e não chegava a atingir a extensa área rural do município, sendo restrita ao perímetro urbano.

Em 1952, estudantes manifestaram-se percorrendo o centro da cidade com velas acesas durante a noite em função dos recorrentes incidentes no fornecimento de energia. O episódio foi lembrado, anos mais tarde, em uma discussão entre os deputados estaduais Osni de Medeiros Régis e o udenista Laerte Ramos Viera na Assembleia Legislativa do Estado:

- Laerte Vieira: Quando V. Exa. Era prefeito na cidade de Lages, e V. Exa. Sabe como Lages sofreu e vem sofrendo na parte de energia elétrica, V. Exa. Nunca tomou as providências que deveria tomar, alegando que a questão da luz estava afeta ao Governo Federal.

---

<sup>138</sup> Nas duas primeiras décadas do século XX, a cidade contava apenas com uma pequena usina hidrelétrica no perímetro urbano, de propriedade do Sr. José Suiter, responsável pela distribuição de eletricidade para sua oficina mecânica, para algumas residências e o Teatro Municipal de Lages, onde também funcionava um cinema. Esse foi um dos empreendimentos pioneiros na produção de energia elétrica da região: “a pequena usina estava localizada à margem esquerda do rio Carahá, próximo à sede do município, o que facilitava a extensão de uma linha elétrica até o centro da cidade”. Esta usina funcionava com duas turbinas de fabricação alemã, com pouco rendimento em consequência da fraca queda d’água que sofria variações derivadas da vazante do rio nas diferentes épocas do ano. Desde então, pequenos investimentos incrementaram o processo de serragem do pinheiro e algumas serrarias passaram a ser movidas a vapor. Frederico Guilherme Busch recebeu concessão para o fornecimento de “Força e Luz” em Lages em 1925. A empresa passou a ser propriedade de Domingos B. Valente (comerciante ávido de Santo Amaro de Imperatriz/Palhoça e bastante conhecido nos círculos de Lages) em 1938. Esses empreendimentos eram caracterizados pelo baixo desempenho na capacidade de geração de energia. Cf. SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José. *Memórias do setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

- Osni Régis: Não desejava mais tocar mais neste assunto, mas quero dizer o seguinte: V. Exa. Sabe que, quando ocorreu o incidente na cidade de Lages, e que faltou a luz, muitos amigos de V. Exa., forneciam dinheiro aos estudantes para que estes comprassem velas e formassem passeatas na frente do prédio da Força e Luz.<sup>139</sup>

O problema ainda em 1956 não havia sido resolvido. Em agosto daquele ano, Osni de Medeiros Régis reconheceu que “realmente [...] durante muitos anos, este foi o maior problema de Lages”. Situação que foi parcialmente alterada com a instalação de uma nova turbina, mediante empréstimos realizados pela Companhia Força e Luz<sup>140</sup>.

Ao longo da primeira metade do século XX, além das extenuantes jornadas de trabalho de muitos homens e mulheres no processo produtivo, parte das pequenas indústrias de Lages contou, portanto, apenas com o uso de maquinários sucateados e obsoletos (geralmente de procedência alemã e inglesa), o que de certa forma contribuiu para o barateamento na produção das mercadorias, sobretudo, a madeira serrada ou prensada.

Apesar dessas alterações pontuais, essas serrarias ficaram longe de produzir em larga escala, o que só foi possível no final dos anos 1950, quando multinacionais realizam investimentos pesados no ramo do papel e da celulose e a partir dos anos 1960, quando a CELESC passou a operar a distribuição de energia, momento em que a região testemunhou a intensificação da destruição das suas reservas de araucária, o que implicou não só em um problema ambiental, mas também social: o pinhão ainda era base alimentar para muitas pessoas que viviam da lavoura.

---

<sup>139</sup> Ata da 24ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão legislativa extraordinária, da 3ª legislatura, 12 de abril de 1955. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.

<sup>140</sup> Ata da 70ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 3ª legislatura, realizada em 17 de Agosto de 1956. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.



É importante mencionar que essas empresas vão atuar diretamente na produção para exportação<sup>141</sup>. Em vista disso, podemos questionar, qual foi à relação entre essas transformações e o processo de extração da madeira? Foram resultantes das mudanças operadas somente na base produtiva econômica ou também podem ser vistas como transformações na esfera cultural?

Nesse período, muitos bairros, a partir do processo de ocupação e loteamentos, passaram a tomar forma e crescer vigorosamente, principalmente a partir de 1940 (Centenário, Santa Helena, Vila Nova, São Luiz, Curva da Morte, Várzea, Penha, Guarujá, Triângulo, Lomba Seca e Passo Fundo<sup>142</sup>). Esse crescimento estava ligado a uma intensa rede de práticas que iam desde a mais pura especulação (compra de pequenos lotes por vários membros da mesma família para revenda) até a ocupação, geralmente ajustada oralmente, com negociantes locais ou pessoas que alegavam titularidade da área mediante coerções nem sempre cordiais<sup>143</sup>.

Além disso, foi notória a alteração na composição social com a chegada de novos migrantes. Dentre outros, chegaram à cidade, descendentes de italianos, alemães e sírio-libaneses. Surgiram, com efeito, postos de gasolina, borracharias, fábricas de reboques e carrocerias, lojas de autopeças e acessórios e oficinas mecânicas. A vida política da cidade, de certa forma continuamente agitada, além da reorganização partidária após o fim do Estado Novo em 1945, principalmente entre 1947 e 1958, observou a formação de novos partidos políticos, o que alterou as disputas pelos pleitos municipais e estaduais, além do aumento expressivo no número de eleitores<sup>144</sup>.

---

<sup>141</sup> Cf. BLAKE, David H.; DRISCOLL, Robert E. The social and economic impacts of transnational corporations: case studies of the U.S. Paper Industry in Brazil. New York: Fund for Multinational Management for Education, 1976;

<sup>142</sup> MARTENDAL, José Ari Celso. Op. Cit. 1980, p.48

<sup>143</sup> Uma olhada rápida no jornal Correio Lageano de jan. a abril de 1943 demonstra bem esse processo.

<sup>144</sup> Se em 1947, as eleições para prefeito e para câmara de vereadores contaram apenas 10.547 votos da população e eram disputadas apenas pelos dois partidos da oligarquia catarinense - o Partido Social Democrata (PSD) e pela União Democrática Nacional (UDN) - em 1958 vão ser cinco partidos políticos disputando o pleito: PSD, UDN, PTB, PDC (Partido Democrata Cristão) e o PL (Partido Libertador), em que pese a predominância em todas as eleições do

É comumente aceito, enfim, que todas essas transformações foram derivadas ou propiciadas pelo processo da “industrialização” da madeira<sup>145</sup>. Entretanto, gostaria de enfatizar que quanto mais as transformações de Lages são interpretadas a partir desse viés, ou seja, a partir dos referenciais de “industrialização” (como base econômica) ou “modernização” (como reflexo) num sentido clássico e genérico; ou embasadas em determinados paradigmas e esquemas teóricos fechados (como o marxismo ortodoxo), essas noções tendem a ficar cada vez mais esvaziadas e o processo histórico cada vez menos compreendido.

Essas interpretações, em relação a alguns aspectos, são bastante infrutíferas. Seguindo tais premissas, como destacou Ronald Raminelli sobre o caso da urbanização/modernização, corremos o grande risco de recairmos em armadilhas teóricas, “repetindo os mesmos resultados obtidos por historiadores preocupados com outras realidades”<sup>146</sup>.

Nos últimos anos parece haver uma relativização (bastante apropriada, diga-se de passagem) desses termos em relação ao processo

---

PSD. Nessa eleição, 26.102 pessoas votaram, sendo que esse aumento no número de eleitores acabou não só legitimou os políticos estabelecidos, mas reduziu as chances de coação da população, pois provavelmente também criou um novo espaço para a negociação, para o consenso, o que politicamente significa novas exigências e outra relação com o “preço” do voto. Cf. Câmara Municipal de Lages. *Memórias do legislativo lageano*. Governo do Estado de Santa Catarina. 2008, p.16. O surgimento do PTB na cidade e a relação com os operários ainda aguardam estudos para melhor detalhar sua ascensão na região.

<sup>145</sup> A título de exemplo, MARTENDAL, José Ari Celso. Op. Cit., 1980; COSTA, L. Op. Cit., 1982; PEIXER, Zilma Isabel. Op. Cit., 2002; GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. MARCON, Frank; ANDRADE, Eveline; VILLAGRAN, Carla J. Op. Cit., 2009; MIRANDA, Silmara Luciane. *Lages 1940: discursos e remodelações urbanas*. Dissertação de mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2001, LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit., 1977; MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região de Lages*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990. ANDRADE, Edinara Terezinha. *A experiência popular no município de Lages (gestão 1977-82): transição a um clientelismo de massas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1994.

<sup>146</sup> RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 296

de Lages. Débora Hoff e Flávio Simioni, por exemplo, sublinham que o processo de industrialização na região serrana foi diferente de outras áreas de Santa Catarina e que pode ser caracterizada somente a partir de “algumas empresas específicas e esparsas e de baixo grau de agregação de valor à matéria-prima processada (...)”, sendo um exemplo de uma “industrialização tardia”<sup>147</sup>. Inclusive, há autores que, embora não se desfaçam do esquema em que as transformações decorrem da “base econômica”, já negam a noção de industrialização, como Teixeira, que preferiu definir, ao estudar a arquitetura arte decô de Lages, o processo simplesmente como “economia extrativista estabelecida a partir do corte da araucária” e não como industrialização<sup>148</sup>.

Ainda assim, como lembrou E. P. Thompson “[...] é suspeita a tentativa de fornecer modelos simples para um processo único, supostamente neutro, tecnologicamente determinado, conhecido como ‘industrialização’”<sup>149</sup>. Deste modo, com o reexame de algumas pesquisas que se dedicaram ao tema, entre 1977 e 1990, bem como dos critérios utilizados nessas análises, podemos colaborar propondo interpretações menos vinculadas a esquemas que, tendo uma estrutura interna já pré-estabelecida, fechada, geralmente evolutiva-linear e teleológica, apenas adequaram os fenômenos ocorridos em Lages em uma lógica acabada, em um modelo de explicação onde geralmente se observa que:

[...] o movimento só pode ocorrer dentro do campo fechado do sistema ou estrutura; isto é, por mais complexos e mutuamente recíprocos que sejam os movimentos das peças, esse movimento

---

<sup>147</sup> HOFF, Débora Nayar; SIMIONI, Flávio José. *O setor de base florestal na serra catarinense*. Lages: Editora Uniplac, 2004, p.28

<sup>148</sup> TEIXEIRA, Luiz Eduardo Fontoura. *Interiores Art Déco: uma aproximação*. In: ISHIDA, Américo et al. *Memórias, ausências e presenças do art déco em Lages*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p.53.

<sup>149</sup> THOMPSON, E. P. *Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*. In: *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.288.

está encerrado dentro dos limites gerais e determinações da estrutura pré-dada<sup>150</sup>.

Enfim, as questões envolvendo as transformações do período do “ciclo da madeira” suscitam excelente debate e poderiam se estender por muitas páginas. Infelizmente, não possuímos condições de resolvê-las no espaço deste trabalho. Mas dentro daquilo que apresentamos – lembrando o caráter “experimental” dessa proposta - resta avaliar como os autores selecionados para a segunda parte deste trabalho trataram o assunto e, com isso, sugerir como podemos pensar alternativas para “ir além das ‘inevitáveis’ forças da urbanização, da mercantilização e da industrialização como os responsáveis por toda a transformação”<sup>151</sup>.

## **2.2. A produção acadêmica (1977-1990): profissionalização, especialização e engajamento**

Com a constituição e profissionalização de um campo específico para o desenvolvimento das pesquisas universitárias, a partir da década de 1970, surgiram novas interpretações sobre a história de Lages. Além de ser um período marcado pelas oposições entre historiadores “científicos e românticos, diletantes e profissionais, novos e velhos”<sup>152</sup>, a profissionalização acadêmica também promoveu contornos mais nítidos de pesquisa, principalmente a partir da criação dos cursos de pós-graduação, como o mestrado em História da UFSC que iniciou suas atividades em 1975<sup>153</sup>. Essas informações são importantes para demarcar as diferenças em relação às produções dos períodos anteriores, uma vez que é investida de maior legitimidade via instituição universitária.

Esse processo também foi reforçado pela presença de novos pesquisadores nos arquivos públicos. No entanto, essa

---

<sup>150</sup> THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.97

<sup>151</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio F. da (org.). *Nova História em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.340

<sup>152</sup> GONÇALVES, Janice. Op. Cit. p.52

<sup>153</sup> *Ibid.*, p.108

profissionalização também implicou na redução do alcance público desses trabalhos, uma vez que suas credenciais os direcionavam muito mais para a uma reprodução e leitura em ambiente acadêmico, do que para o processo de reelaboração da memória coletiva e debate político em Lages.

Ao contrário das produções dos períodos anteriores das quais foi possível extrair alguns eixos comuns, como o “empenho cívico” e a definição da história de Lages como a “pujante história da pecuária”, a lógica dos trabalhos realizados a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 correspondeu a concepções de história, objetivos e análises muito distintas entre si, o que torna muito mais complexa sua classificação.

Isso fica claro, sobretudo, quando observamos a influência dos currículos dos cursos de pós-graduação que estavam se organizando (Sociologia Política, Educação, História) no final dos anos 1960; áreas, interesses, tendências e referências bibliográficas mais amplas e mais bem definidas, além de outras exigências, como a avaliação dos trabalhos pelos pares e critérios mais refinados, próprios do campo da história, da sociologia ou da ciência política, ou seja, um quadro intelectual distinto em relação àquele que encontramos no IHGSC ou daqueles presentes nas obras dos escritores lageanos.

Por isso, é difícil agrupar as pesquisas selecionadas em torno de um único viés, intervenção que certamente correria o risco de ser desonesta com as inúmeras leituras possíveis e as contribuições que ali estão contidas. Reforço, portanto, a importância e a necessidade de leitura íntegra desses textos, para uma melhor apreciação dos problemas que apontamos aqui.

Para a análise que desenvolvemos, o primeiro passo adotado foi, para organizá-los numa sequência minimamente coerente, arranjá-los em termos cronológicos – o que não tem a ver com nenhuma espécie de hierarquia baseada em um progresso linear onde os “antigos” são debilitados e os mais “recentes são sofisticados”, embora isso pareça ser evidente em alguns casos. Nesse sentido, há de se analisar caso a caso, onde a depender da problemática proposta há recuos ou avanços consideráveis, sendo que cada um guarda particularidades importantes.

Em termos de investigação, entretanto, entendo que dentre esses trabalhos um dos fatores comuns foi a continuidade de interpretações históricas desacompanhadas de um devido trabalho empírico, o que

legitimou antigas e precárias convenções e que hoje podem ser reavaliadas dentro do campo da história<sup>154</sup>. Desse modo, endossamos a concepção de que “embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações na evidência”, pois é “isto que constitui o tribunal de recursos disciplinar”<sup>155</sup>. Ou seja, não basta fazer uma afirmação, mas deve o autor apresentar suas premissas e suas fontes, não tomando estas últimas como verdades, mas como vestígios de um determinado contexto referente à uma ação social (Ginzburg dizia que as fontes não são janelas escancaradas para a realidade, como acreditavam os positivistas, nem muros que obstruem nossa visão, como acreditaram os céticos, mas são “espelhos deformantes”<sup>156</sup>). Como assinalou Déa Fenelon: “nenhuma teoria pode ser pensada como capaz de dispensar a investigação empírica sobre a realidade, ou correremos o risco de construir castelos na areia”<sup>157</sup>.

Enfatizo que a seleção dos trabalhos analisados neste segundo capítulo de mesmo modo ao anterior, está sujeito às problematizações inerentes ao recorte restrito, parcial e seletivo. No entanto, advogando em causa própria, ressalto que o conjunto apresenta *problemas comuns* e são eles que podem nos ajudar a repensar os consensos estabelecidos a respeito da história de Lages a partir da segunda metade do século XX e os quais, muitas vezes, possuem pouca ou nenhuma legitimidade do ponto de vista historiográfico, apesar de fazerem sentido politicamente em determinado contexto.

A problemática levantada aqui, portanto, diz respeito à identificação de determinados métodos de análise utilizados em um

---

<sup>154</sup> Sobre as transformações do campo historiográfico, entre outros, cf.: PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; REIS, José Carlos. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012; DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

<sup>155</sup> THOMPSON, E. P. Op. Cit., 1981, p.50

<sup>156</sup> GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.44

<sup>157</sup> FENELON, Dea. O historiador e a cultura Popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, 1992, p.44

contexto de profissionalização acadêmica a partir do final dos anos 1970. Alguns deles, sobre a orientação de determinadas teorias e abordagens e em diálogo com uma bibliografia mais ampla representaram, naquele momento, avanços significativos. No entanto, ao interpretar as transformações da cidade ocorridas entre 1940 e 1960, e ao responderem a determinadas questões mais complexas daquele contexto histórico, parte desses trabalhos adotaram modelos ou esquemas que merecem nossa reflexão crítica hoje, principalmente pelos limites que ali estão presentes.

A ideia geral é discuti-los criticamente, pensando, sobretudo, em problematizar o processo de urbanização de Lages para além da compreensão habitual que a compreende como um mero reflexo da industrialização da madeira, o que, entre outras coisas, auxiliou a legitimar falsas teses sobre o perfil das classes populares, geralmente adjetivadas com termos depreciativos.

Ao discutir sobre as questões sociais do período, muito desses trabalhos frequentemente definiram as classes populares – entre eles, caboclos, pobres, peões, trabalhadores, entre outros –, como submissos, dominados e passivos, noções que, conforme conclusões mais recentes na historiografia social do trabalho podem ser inteiramente refutadas e consideradas bastante limitadas para a análise histórica<sup>158</sup>.

Evidentemente que isso não quer dizer que não é mais necessário enfatizar as limitações às quais muitas pessoas estiveram submetidas ou que precisamos deixar de denunciar o nível de exploração que tiveram de enfrentar ao longo dos anos. Trata-se de perceber, no entanto, que “estaremos sendo extraordinariamente injustos com eles se aceitarmos a visão ortodoxa de que eles eram pessoas

---

<sup>158</sup> Entre tantos outros: NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.403-435. FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p.363-402.

derrotadas e ignorantes”<sup>159</sup> (para não mencionar o fato de que essas pessoas certamente não concordariam nenhum um pouco com o modo que foram representadas em trabalhos acadêmicos). Esse procedimento de desqualificação, a meu ver, também reproduziu falsas hierarquias entre campo/cidade, urbano/rural, caboclo/operário, centro/periferia, entre outros, demonstrando-se falho e insatisfatório.

### 2.2.1 – Poder político e mudança social (1977)

Carlos Alberto Silveira Lenzi, filho de família tradicional lageana, escreveu um dos primeiros trabalhos sobre Lages (defendido em setembro de 1977) nos quadros de pós-graduação, enquanto estudante do curso de mestrado em Direito na Universidade Federal de Santa Catarina - curso no qual havia se graduado como bacharel em 1961<sup>160</sup>. Lenzi foi orientado pelo advogado e professor Osni de Medeiros Régis, que havia sido prefeito de Lages no pleito de 1951-1954 pelo PSD<sup>161</sup>, detalhe que gostaria de recuperar mais a frente.

O autor assinala no seu trabalho “*Poder político e mudança social: estudo sobre o poder político-oligárquico no município de Lages – SC*”, que seu objetivo geral era buscar “constatar a mudança social

<sup>159</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p.316.

<sup>160</sup> Mais tarde Lenzi viria a ser presidente da OAB de Santa Catarina (1983-1985), membro da Academia Catarinense de Letras e do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, chegando ao cargo de Desembargador. Sua banca foi formada pelo historiador Walter Piazza e pelo professor de direito Alcides Abreu, que havia participado num período anterior do Governo de Celso Ramos e foi responsável, entre outras coisas, pela criação de instituições públicas como o BESC, CELESC e a UDESC.

<sup>161</sup> Osni de Medeiros Régis publicou, em 1955, a obra *Classe social e Poder*. Trata-se de um trabalho teórico bastante denso e erudito sobre a estratificação social na sociedade brasileira, tendo como referência bibliográfica um conjunto muito amplo de obras, que vai do pensamento francês, à sociologia inglesa e russa, além dos clássicos como Marx, Engels, Durkheim. O autor dedica atenção ao conceito de classe, trabalhada, segundo o próprio autor, no sentido da antropologia social. Há diversas citações de publicações do seu tempo que mais tarde seriam consagradas como as obras de Georges Gurvitch e Maurice Halbwachs. Cf. REGIS, Osni de Medeiros. *Classe social e poder* [1955]. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). Op. Cit., p.60-125



ocorrida que afetou as relações do sistema de poder; sabendo-se das causas dessa mudança, e de possíveis redefinições coronelísticas-oligárquicas”<sup>162</sup>. A dissertação, que é dividida em seis capítulos, trata de questões políticas locais, estaduais e nacionais, e ao contrário da maior parte das obras analisadas no capítulo anterior apresenta fontes (jornais e anais do congresso), conceitos (coronelismo; estamento político, por exemplo) e indica suas referências bibliográficas.

Isso possivelmente o qualifica como um dos primeiros trabalhos dedicados à Lages com critérios definidos, partindo de um referencial teórico específico (de matriz weberiana), esforçando-se para saber se a área estudada, ou seja, Lages e o poder oligárquico, atende “aos componentes que Weber coloca, ao demonstrar os seus tipos ideais”, aportado, sobretudo, na “dominação estamental”, a qual pode se acrescentar “a forma oligárquica”<sup>163</sup>.

No rol de obras que lhe orientam, entre outros, constam, em termos de historiografia, desde historiadores políticos franceses; intérpretes brasileiros como Oliveira Vianna; historiadores catarinenses de primeira geração como Oswaldo Cabral e Walter Piazza; além das obras que foram aqui discutidas de Vidal Ramos Jr., Walter Dachs, Otacílio Costa, Indalécio Arruda e Licurgo Costa (este último não havia lançado sua principal obra, mas concede entrevista ao autor).

A interpretação do processo político de Lages apresentada no trabalho de Lenzi foi pautada, sobretudo, por conceitos clássicos do pensamento social brasileiro como “coronelismo”, “mandonismo” e “estamento político”. Segundo o autor:

---

<sup>162</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit., p.10

<sup>163</sup> Com exceção de outros dois trabalhos “*Lages, a rainha da serra*” realizado pelo geógrafo Victor Antônio Peluso Jr. que também foi elaborado a partir de critérios acadêmicos. Segundo o autor foi uma “interpretação geográfica dessa cidade serrana no ano de 1940”, empregando “a moderna metodologia geográfica daquela época, apoiando-nos, sobretudo, nos grandes mestres Pierre Deffontaines e Pierre Mombeig, que influenciaram o desenvolvimento da Geografia no Brasil”. In: PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Op. Cit., p.154. O trabalho foi Publicado originalmente nos anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, realizado no Rio de Janeiro, em 1944. PIAZZA, Walter F. *A área arqueológica dos Campos de Lages*. Belém: Museu Paraense, 1969. LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit., p.15

Para as abordagens sobre o processo político valeu-se, neste trabalho, principalmente dos ensinamentos de Maria Isaura Pereira de Queiroz (Mandonismo locais da vida política brasileira e outros ensaios), Vitor Nunes Leal (Coronelismo, Enxada e Voto), Raimundo Faoro (Os donos do poder) e Maria Auxiliadora Ferraz de Sá (Dos novos aos velhos coronéis), entre outros<sup>164</sup>

Ao incluir uma questão política local no quadro nacional, Lenzi tenta demonstrar como a mudança social alterou o quadro político de Lages, associando a “urbanização, a industrialização e a decadência das fazendas”, aliados a outros “fatores secundários” como determinantes para a ruptura do domínio oligárquico no município<sup>165</sup>. Essas mudanças, cujas causas já eram sabidas como enfatizou o próprio autor, incluem também a ampliação dos meios de comunicação (estradas rodoviárias), a migração de novos elementos na década de 1940 (italianos e alemães) e a instalação do 2ª Batalhão Rodoviário no município<sup>166</sup>.

No que interessa para a discussão aqui proposta, sobre o “ciclo da madeira”, é significativo que o autor ao longo do seu trabalho tenha tratado o tema como um resultado do processo de migração e valorização do pinheiro araucária. Ao termo “industrialização” ou “indústria madeireira”, o autor acrescenta na maior parte das vezes, adjetivos como “pequena”, “incipiente”, sendo mais recorrente a qualificação do processo simplesmente como “exploração da madeira”.

Não obstante, Lenzi destaca o êxodo rural, a migração e a divisão das fazendas como elementos determinantes para desmantelamento do poder oligárquico em Lages. O “despovoamento do campo” implicaria em “urbanização” e “ocupação da mão de obra na indústria do papel, da madeira e frigorífica”<sup>167</sup>. A divisão das fazendas, por sua vez, “pela sucessão e instalação de serrarias, em pequeno e médio portes, fizeram com que desaparecessem as grandes propriedades, deixando de ser expressiva a população rural como valor eleitoral”. Segundo Lenzi:

<sup>164</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit., p.12

<sup>165</sup> Ibid., p.117

<sup>166</sup> Ibid., p.109; 136

<sup>167</sup> Ibid., p.121

A vinda para Lages de descendentes de italianos e alemães, para explorar a indústria extrativa da madeira, deslocou em parte o centro de interesse do fazendeiro, que viu na valorização do pinheiro e o surgimento das serrarias, uma diversificação da produção econômica do município<sup>168</sup>

Bastante significativo o fato de que, nessa perspectiva, somente com a vinda de migrantes de descendência italiana e alemã, ocorreram as transformações no processo de extração da madeira. Em contraste, ao referir-se a população lageana, de “tradição arraigada”, Lenzi escreveu que, a partir de “comprovação histórica”, ela tem como característica ser condicionada por “atitudes de aceitação *passiva* dos fatos, “podendo-se admitir que a terra é o fator condicionante deste comportamento, pois através das matas e das pastagens o homem lageano busca recursos para sua sobrevivência e subsistência”<sup>169</sup>.

A base cultural dessa população, conforme o autor era sedimentada em uma “sociedade de tipo patriarcal”, economicamente sustentada pelo extrativismo e pela criação de animais e pela exploração da madeira. Segundo Lenzi: “o chamado lageano tradicional, cuja ancestralidade é oriunda da vida das fazendas [...]”, era definido pela atitude *passiva*, “com reflexos na sociedade, na política e na economia”<sup>170</sup>. O oligarca, ao contrário, é definido como o sujeito de “atributos pessoais de liderança ou de personalidade marcante, (dotes de oratória, capacidade organizacional, etc.)”, mas sempre ligado à “estrutura”, exercendo, por isto, a dominação política da área onde atua<sup>171</sup>.

Quando rapidamente menciona a questão da participação popular na política, Lenzi, de forma sugestiva, alude que o operariado como “classe influente no processo político brasileiro” só podia ser entendido entre o período 1945/1964, período em que “ele foi possivelmente organizado, e mais tarde, *deturpadamente e*

---

<sup>168</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit., p.12, p.136

<sup>169</sup> Ibid., p.76, grifo meu

<sup>170</sup> Ibid., p.76

<sup>171</sup> Ibid., p.90.

*demagogicamente explorado*, principalmente nos grandes centros industriais do país”<sup>172</sup>. Naquele contexto, em que escreveu o autor, no final dos anos 1970, esse excerto parece remeter, ainda que implicitamente, ao tema do populismo.

Escrever sobre o populismo no Brasil, como assinalou Angela de Castro e Gomes “será sempre um risco”<sup>173</sup>. O conceito possui uma longa trajetória e foi objeto de longas e ásperas discussões. Desse modo, não teríamos condições nem espaço para explorar o assunto a contento<sup>174</sup>. Mas em função do nosso recorte, é importante destacar que, em muitos casos, o populismo - do mesmo modo que Lenzi parece sugerir - foi caracterizado como um sistema de controle político baseado na manipulação carismática, um processo dominado por “líderes demagógicos” no qual as “massas”, o “operariado” ou o “povo” caberia exclusivamente o papel de iludidos como massa de manobra. São dessas versões, conforme Gomes, que surgem as concepções equivocadas de que, afinal, “o povo não sabe votar” ou em versão mais otimista, “ainda não aprendeu a votar”, além de outras alusões incoerentes e sem fundamentação na realidade<sup>175</sup>.

Foi comum a muitos autores brasileiros buscarem explicações para o fenômeno da ascensão das classes populares nas decisões políticas recorrendo à noção de populismo. Essa possibilidade de ascensão geralmente foi associada, e de forma muito simplista, ao fenômeno da fragmentação do poder oligárquico (uma das preocupações centrais de Lenzi). Ou seja, supostamente só seria possível pensar em

<sup>172</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit., p.112, grifo meu

<sup>173</sup> GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo* (London), Niterói - RJ, v. 1, n.2, p.31

<sup>174</sup> Cf. FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. *Anos 90* (UFRGS. Impreso), v. 17, p. 171-193, 2010; DUARTE, Adriano Luiz. Op. Cit., 2002; FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. NEGRO, A. L.. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP)*, Campinas, v. 20/21, p. 9-37, 2004

<sup>175</sup> GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo* (London), Niterói - RJ, v. 1, n.2, p.32

novos agentes (geralmente subalternos) influenciando as decisões políticas através do voto, a partir de um suposto “vácuo de poder” e não através das conquistas das lutas políticas travadas pelas classes populares<sup>176</sup>.

Principalmente em termos de América Latina (Brasil, Argentina, México, Bolívia, Equador<sup>177</sup>), muitos autores, a partir da década de 1950, destacaram as controvérsias e características do populismo, não raro associando o fenômeno a industrialização, a urbanização e o nacionalismo<sup>178</sup>. Como afirmou Duarte:

As discussões sociológicas dos anos 50 centradas no tema da *modernização* forneceram as senhas para a construção e consolidação do *conceito de populismo* e continuam a orientar a sua aplicação. Se nos anos 50 a ideia de modernização contrapunha cidade X campo, nos anos 60 e 70 era usada para tematizar a formação da classe trabalhadora e nos anos 80 orientava as discussões sobre a mobilidade social. Em todos esses momentos o conceito de populismo continuou sendo usado como a chave explicativa para a nossa ‘modernização incompleta’<sup>179</sup>

Creio que uma das orientações que reside em Lenzi, nesse sentido, pode ser localizada justamente nessa acepção de modernização

<sup>176</sup> Esse argumento pode ser encontrado, por exemplo, em Weffort, para quem “essa emergência se torna possível no momento de crise aguda do sistema liberal-oligárquico que explode com a crise de 1929, e propicia uma ruptura de hegemonia política oligárquica”. WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.70

<sup>177</sup> De forma geral, denominam-se populistas os governos de Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954) e o de João Goulart (1961-1964) no Brasil, o de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina, o de Lázaro Cárdenas (1934-1940) no México, o de Victor Paz Estensoro (1952-1956/1960-1964) e Hernán Siles Zuazo (1956-1960) na Bolívia, o de José Maria Velasco Ibarra (1934-1935/1944-1947/1952-1956/1961 e 1968-1972) no Equador [...]. PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.9

<sup>178</sup> IANNI, Octavio. Apud PRADO, Maria Lígia. Op. Cit., 1981

<sup>179</sup> DUARTE, Adriano. Op. Cit. p.198

formulada nos anos 1950 (talvez influenciado pelas próprias leituras de seu orientador), tendo em vista que a dicotomia campo/cidade está bastante presente no seu texto. Essa parece ser uma chave explicativa importante para compreender seu trabalho – e por consequência sua influência posterior – já que foi a associação entre o rural como o lugar de inércia, lócus da base política oligárquica, e a cidade como lugar moderno da nova base da decisão política o que permitiu suas conclusões. Apesar disso, ao final do trabalho, o autor lança uma questão interessante porque acaba por concluir que a “mudança social ocorrida deslocou o lócus do poder político da oligarquia para agremiações e movimentos de cunho popular”.

Nesse sentido, podemos pensar que mais importante do que compreender o declínio da oligarquia, naquele momento, como alude o autor, o seu objetivo era tentar explicar como o MDB, nos pleitos de 1972 e 1976, conquistou a prefeitura de Lages, aumentou o número de vereadores e elegeu representantes na Assembleia Legislativa. Esse processo, segundo a interpretação de Lenzi, só teria ocorrido porque formaram-se novas lideranças “oriundas da divisão do estamento oligárquico e o aparecimento do processo de industrialização e a consequente urbanização”.

Se essa compreensão, por um lado, desqualifica nitidamente a capacidade das classes populares de tomar suas próprias decisões (já que não foram elas que influíram no processo de mudança política sem o desmantelamento da base oligárquica), de outro, relativiza as características daquela população definidas como “tradicional” e “passiva”, uma vez que, apesar de tudo, sugere que as mudanças precisaram ser determinadas através do voto popular (mesmo com as restrições políticas colocadas pelo regime militar após 1964).

Desse modo é preciso compreender que, principalmente após 1945, quando as disputas eleitorais no Brasil passaram por mudanças consideráveis, “votar é uma via de mão dupla, uma troca, em que o eleitor dá o que tem: o voto, e o candidato retribui com aquilo que o eleitor necessita e pede: o favor”<sup>180</sup>. Conforme Duarte:

Essa maneira de se relacionar com o voto não é nem equivocada, nem alienada: ao contrário, ela

---

<sup>180</sup> DUARTE, Adriano. Op. Cit., p.191

*supõe uma clara noção de direitos.* Por isso, é preciso relativizar a ideia de que nesta relação de troca do favor pelo voto não haja implícita uma noção de cidadania e representação. Em primeiro lugar, porque ao dar a voz ao povo opera-se um duplo reconhecimento de um lado, há o cidadão que pode dizer o que pensa e o que sente; de outro, há a relação política no qual se reconhece esse direito de dizer e expressar uma vontade<sup>181</sup>

É sugestivo que para Lenzi, parte das mudanças ocorridas na política local poderia ser localizada a partir da convenção do PSD lageano em 1950, na qual ficou indicado como candidato o professor Osni de Medeiro Régis (seu orientador), vitorioso no pleito para a administração de 1951-1954<sup>182</sup>. Régis, além de ser casado com a filha do médico lageano Carmosino Camargo, de longa data acompanhava politicamente a trajetória dos irmãos Nereu e Vidal Ramos Jr<sup>183</sup>. Segundo Lenzi, sua eleição (por haver nascido fora de Lages) “demonstra aspecto de mudança”<sup>184</sup>.

Causa estranheza – além do fato ignorado sobre o papel estratégico da indicação de Régis na disputa como aliado político dos Ramos - que não exista qualquer menção de Lenzi a respeito da divisão dos votos entre PSD e Partido Trabalhista Brasileiro em Lages,

<sup>181</sup> DUARTE, Adriano. Op. Cit. p.191/192, grifo nosso

<sup>182</sup> Osni de Medeiros Régis nasceu em Florianópolis em 1917. Foi advogado e professor, iniciando sua carreira profissional no Departamento Estadual de Estatística. Em 1942 foi nomeado pelo interventor Nereu Ramos, Diretor do Instituto de Educação de Lages. Na década de 1950, pelo Partido Social Democrático (PSD), foi eleito prefeito de Lages. Em 1955 retorna à Florianópolis, eleito deputado estadual pelo mesmo partido. Em 1961 assumiu a Secretaria de Viação e Obras Públicas, passando à Secretaria da Educação em 1962, na qual ficou apenas seis meses, até ser eleito Deputado Federal. Em âmbito acadêmico escreveu, entre outras coisas, os livros *Classe social e poder* (1955) e *Aspectos demográficos do trabalho* (1960). Régis faleceu em Florianópolis, em 1991. Cf. WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.

<sup>183</sup> AXT, Gunter. Introdução: nota biográfica e trajetória política. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.) Op. Cit., p.29

<sup>184</sup> LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit. p.109.

sendo que era este último que nos bairros periféricos “angariava os votos dos operários em sua grande maioria”<sup>185</sup>. Talvez o caso fosse negligenciado porque a sua compreensão sobre o fenômeno da participação popular na política consistia justamente na avaliação do “populismo” como um sistema necessariamente negativo, onde havia apenas “manipuladores” e “manipulados”, deixando de lado que havia possibilidades concretas em aberto para o embate de ideias, em um processo no qual muitas pessoas comuns já estavam envolvidas, para além das relações de dominação e persuasão. Com o tempo, essas pessoas passaram a se envolver e criar suas próprias perspectivas e cuidar de suas referências políticas, entendendo o que poderiam perder ou ganhar com uma eleição.

O enfoque geral do trabalho de Lenzi residiu, enfim, na relação das mudanças sociais destacadas e apesar da metodologia ser extremamente teleológica e idealista (pois sabia desde o início onde iria chegar) - antítese, portanto, da “lógica histórica”, esse foi um dos primeiros trabalhos organizados segundo os critérios estabelecidos dentro do ambiente universitário no final dos anos 1970. Ele também teve como corolário, além de outros resultados, denunciar a extrema concentração de terras na região apresentando um quadro interessante sobre a estrutura da propriedade de terras em Lages, citando dados de 1967, o que é bastante significativo, apesar de não tecer grandes críticas sobre o assunto.

Seu trabalho pode ser compreendido, como apontamos, a partir da dicotomia, implícita, entre campo/cidade e, sobretudo, na primazia dada a um processo de modernização (que explicaria os fenômenos estudados), o que compromete boa parte da análise e posteriormente reverbera em outros trabalhos. Como observou Latour, quando aparecem as palavras: “modernos”, “modernização e “modernidade, define-se, por contraste “um passado arcaico e estável”: “moderno, portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos”<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. Op. Cit., p.70

<sup>186</sup> LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu de Souza. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.



### 2.2.2. Trabalho- educação: de caboclo-peão e caboclo-roceiro a operário (1980)

Outro trabalho acadêmico relevante sobre Lages e produzido na transição dos anos 1970 para 1980 foi *Processos produtivos e trabalho- educação: a incorporação do caboclo catarinense na Indústria Madeireira*. Essa dissertação de mestrado em educação, de autoria de José Ari Celso Martendal, ao contrário de Lenzi e dos demais trabalhos selecionados para esse inventário (todos realizados na UFSC), foi preparada e publicada pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (RJ), em um contexto de alta especialização e de ampliação do debate intelectual sobre o meio rural brasileiro, especialmente relacionado ao tema-objeto do “mundo camponês” e influenciado por um quadro teórico de referencial marxista<sup>187</sup>.

Apesar dos riscos de evocar a trajetória de vida do autor para definir algumas implicações da pesquisa, gostaria de focalizar, antes de

---

<sup>187</sup> A responsável pela orientação do trabalho, Maria Julieta Costa Calazans, possuía uma extensa carreira acadêmica, trajetória que vale a pena ser detalhada. Formada em serviço social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1959), a professora tinha inúmeras especializações, boa parte delas diversas em universidades estrangeiras (Berkeley, Tennessee, 1966; México, 1968; Paris, 1969) além de especialização em Política Internacional do Trabalho (1963) e Planejamento Agrícola em Israel pelo Governo de Israel (1963). O doutorado de Calazans foi orientado pelo sociólogo francês Henri Desroche – que era vinculado à “sociologia da esperança”, uma espécie de associação entre sociologia religiosa, cristianismo e marxismo. Desroche também era ligado ao CNRS (*Centre National de la Recherche Scientifique*) e especialista em cooperativismo, história de comunidades, associativismo, socialismo e utopias do séc. XIX. Sua tese *O sindicato camponês como instrumento institucional de participação – o caso do Nordeste no Brasil* foi publicada em 1970, no curso de Ciências Econômicas e Sociais da escola prática de altos estudos de Sorbonne. Sua trajetória indica um alto grau de profissionalização e uma ampliação das discussões que eram realizadas sobre o meio rural camponês no Brasil, o que é sugestivo para pensar, de algum modo, nos resultados obtidos pelo trabalho de Martendal. Cf. RODRIGUES, R.P.. Cristianismo Profético: Esperança e Utopia em Helder Camara, Henri Desroche e na JMJ do Papa Francisco no Brasil. Estudos de Religião, v. 27, p. 249-269, 2013.

tratar especificamente dos aspectos que nos interessam, um dado biográfico que julgo importante para compreendermos a contribuição de Martendal no conjunto de estudos sobre Lages daquele período, procedimento que pode ser lido como uma tentativa de notar a relação entre as “condições de produção” do trabalho e a experiência de vida do autor.

No campo profissional, Martendal além de ter tido formação sacerdotal católica e atuado como professor universitário, também realizava assessoria para a bancada de vereadores do MDB, no qual era responsável em auxiliar nas análises das questões discutidas pela Câmara. Mas sua atuação foi além, pois Ari também participou de inúmeras atividades realizadas pela “Equipe Dirceu Carneiro (1977-1982)”, tema que será retomado na próxima seção, e de forma mais intensa das atividades vinculadas às secretárias de Educação e Cultura, Turismo e Esporte<sup>188</sup>.

Aquele foi um processo de intervenção preocupado com os artesões locais e consistiu em uma tentativa de incentivar e valorizar a cultura regional. Essas propostas envolviam tanto o meio rural (com as mostras e os núcleos rurais), quanto o meio urbano por meio da “ação cultural” que promovia atividades como o da “arte nos bairros”, um programa destinado “a mobilizar as populações de bairro através de promoções artísticas e artesanais – produzidas no próprio bairro”<sup>189</sup>.

Esses projetos, a meu ver, simbolizaram um avanço importante no que se refere à tentativa de estimular, com trabalhos pedagógicos e artísticos, a efetiva participação popular nas decisões políticas administrativas da cidade, tendo, inclusive, alcançado certa visibilidade

---

<sup>188</sup> Cf. CALAZANS, Maria Julieta C. et. Al. Op. Cit., 1983. ALVES, Márcio Moreira. Op. Cit., 1980. SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004. QUINTEIRO, Jucirema. Op. Cit., 1991. GARCIA, Fabiano. Op. Cit., 2013

<sup>189</sup> O projeto político da administração Dirceu Carneiro vai se caracterizar exatamente pela atuação na periferia urbana da cidade e no meio rural. Os projetos especiais vão se constituir “em mecanismos de suporte de uma nova tentativa de administração pública para o município de Lages”. CALAZANS, Maria Julieta C. et. Al. Op. Cit., p.26

nacional e internacional<sup>190</sup>. A partir dessas informações podemos interpretar o trabalho de Ari Martendal como um impulso fundamental que marca a transição, uma passagem importante, ainda que com muitos limites, a uma forma nova e original de interpretar a história da cidade, onde as inquietações intelectuais do meio acadêmico se encontraram com preocupações políticas ligadas aos problemas sociais concretos da realidade estudada<sup>191</sup>.

Para além de “compreender” as mudanças, tal como Lenzi, Martendal investiu fôlego na tentativa de intervir intelectualmente engajando-se na busca por alternativas que pudessem orientar a superação dos problemas que estudava. Essas alternativas estavam ligadas, entre outras coisas, ao papel central da educação, entendida como um meio de “emancipação libertadora”<sup>192</sup>. Mas não a educação entendida como o processo formal (letramento, escolarização), – e aqui notamos a importância e a função da orientação – mas o próprio trabalho, num sentido amplo, como um fator educativo.

Conforme Martendal, a partir dessa percepção, buscava-se mecanismos que pudessem possibilitar ao migrante caboclo (agora na condição de operário e marginalizado), “o desenvolvimento de suas potencialidades educacionais, via trabalho, permitindo assim a conquista do seu lugar na sociedade, como um participante capaz de se expressar na ação política”<sup>193</sup>. Desse modo, no que diz respeito ao conjunto de estudos sobre Lages, estava selado pela primeira vez o caminho de uma proposta de investigação que unia engajamento e pesquisa acadêmica – mas, note-se, um engajamento político que tinha como premissa a

---

<sup>190</sup> Cf. FERREIRA, Ana Luiza S. Lages: um jeito de governar. *Revista Pólis*. Instituto de Estudos, formação e assessoria em políticas sociais, São Paulo, 1991

<sup>191</sup> A Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, criada na década de 1970 abrigava os cursos de Pedagogia, Letras e Ciências Sociais. Nos falta maiores informações sobre o assunto e seriam bem-vindas para esclarecer os vínculos de alguns jovens com a militância política desenvolvida nos anos posteriores e que participaram da gestão de Dirceu Carneiro.

<sup>192</sup> Os seguintes referenciais são citados no trabalho para a questão: BARREIRO, Júlio. *Educación popular y proceso de concientización*. Buenos aires, Siglo XXI, 1974.; SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez, 1980.

<sup>193</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.27

associação entre um espaço específico (*mundo do trabalho*) e uma noção de direitos (*cidadania*).

É significativo constatar que para a pesquisa o autor utilizou fontes diversas, entre legislação, documentos oficiais, material bibliográfico, das quais uma se revela como inovação importante em relação às outras pesquisas acadêmicas: o acompanhamento e a observação direta de um processo de treinamento de operários em uma madeireira. Embora o professor Ari não revele maiores detalhes, advertindo apenas que o procedimento não foi “orientado por nenhum pressuposto teórico”<sup>194</sup>, essa observação participativa garantiu para que se pudesse “verificar de perto e sob ângulos diversos o contexto de trabalho e as relações decorrentes nos quais o trabalhador está envolvo”<sup>195</sup>.

Todavia, o procedimento foi descrito por um viés funcionalista, provavelmente reorientado por leituras subsequentes à observação, quando buscou “[...] um quadro referencial, que desse suporte teórico e que, conseqüentemente, propiciasse unidade e sistematização da discussão e de seus resultados”<sup>196</sup>. Ainda assim, em termos de definição conceitual, interpretação e debate, o trabalho de Martendal inaugurou um campo de investigação muito significativo, ao ter como tema-objeto a população cabocla da região serrana, os quais, desde então, passaram a ser analisados como indivíduos dotados de história e cultura, e pela primeira vez não foram associados ao tema do Contestado<sup>197</sup>.

Ao notar que “não há nenhum estudo que tente caracterizar o tipo humano do caboclo da região serrana de Santa Catarina”, Martendal preocupou-se em descrever hábitos e costumes (alimentação, condições de habitação, vida social, linguajar; vestimentas) daquela “parte da população que constituía a criadagem, os peões, a força braçal, que era

---

<sup>194</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.4

<sup>195</sup> Ibid., p.5

<sup>196</sup> Ibid., p.6

<sup>197</sup> Nesse sentido, já haviam sido publicados em *âmbito acadêmico* os seguintes trabalhos: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerra Sainte au Brésil: Lê Mouvement messianique du “Contestado”*. Tese de doutorado. São Paulo: USP/FFCL, 1957; MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

formada pelo cruzamento das três raças, ou resultante, não raro, do processo de bastardia: o caboclo serrano”<sup>198</sup>.

Nesse sentido, sua maior contribuição, sem sombra de dúvidas, diz respeito à formulação dos conceitos de “caboclo peão” (aquele que vivia do trabalho desempenhado nas fazendas de criação de gado) e o “caboclo roceiro” (aquele que vivia do cultivo de suas terras). Apesar de haver limites sérios nesta classificação, porque restritos à ocupação (ou aos modos de produção) – ignorando assimetrias fundamentais da população cabocla ou outras afinidades igualmente importantes em termos de pertencimento de grupo, generalizando diferentes culturas - ambos os conceitos vão ser recorrentemente utilizados e seguem como referência para inúmeros trabalhos acadêmicos.

Diante da inexistência de outros estudos, o autor recorreu à fonte literária (Aujor Ávila da Luz, Guido Wilmar Sassi e Edézio Nery Caon) e a partir de determinados excertos descreveu aspectos daquele “tipo humano”. Apesar do caráter inaugural e extremamente louvável, uma leitura possível das descrições realizadas por Martendal é que, em alguns aspectos, o autor recaiu no mito romântico do camponês e do meio rural como um ambiente bucólico:

[...] acostumado à simples necessidade de subsistir, o caboclo roceiro, em seu habitat, era avesso ao expansionismo econômico e ao progresso. Conformado com sua realidade, permanecia em seu “destino” de sobrevivência, realizando as tarefas absolutamente necessárias<sup>199</sup>

Esse viés talvez tenha sido comprometido pelo empréstimo de alguns apontamentos específicos presentes naquelas fontes literárias, o que influenciava em sua descrição, como quando aponta: “o que se pode dizer é que apresenta uma compleição bastante resistente, afeita às rudezes do clima, geralmente frio, da região e ao trabalho bruto que exerce”<sup>200</sup>. O médico Aujor Ávila da Luz, por exemplo, em boa parte de sua obra (1952) atribuiu a “predisposição psicossocial” dos caboclos

---

<sup>198</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.33.

<sup>199</sup> Ibid., p.37

<sup>200</sup> Ibid., p.36

para crenças místicas (afinal, eram “fanáticos”), associando-os não raro a um perfil rude e violento. Edézio Nery Caon, por sua vez, descreveu o homem caboclo como um indivíduo de “grande robustez física, necessária para as lides rudes com o gado, o que lhe infunde bravura espontânea e uma varonilidade espartana”<sup>201</sup>.

Como foi dito, o mérito de ter discutido pioneiramente faz do trabalho de Martendal uma referência importante e significativa naquele contexto e o seu respeito pelo tema e objeto não pode ser de forma alguma desconsiderado. Mas ao ter reunido um conjunto de características e qualificá-las em termos de “hábitos e costumes” associando campo/caboclo com “conformidade”, delimitando um modo de vida ligado à rudez ou bravura, o autor deixou entreaberta as margens para dicotomias onde o rural e os caboclos configuraram-se como elementos telúricos arcaicos vinculados ao “passado”, não escapando de generalizações próximas a “tipos ideais” de Weber, utilizados por Lenzi.

O desafio de analisar minuciosamente o trabalho de Martendal decorre do que o próprio autor definiu como “um certo desequilíbrio onde se beneficia aspectos teóricos em detrimento do objeto de estudo”<sup>202</sup>, o que pode ser evidenciado no alto grau de abstração empreendido para analisar o “processo de alienação” daquela população que passou a operar o maquinário nas serrarias<sup>203</sup>. Entremeio à densa discussão teórica sobre a educação, economia e a profunda reflexão do arcabouço conceitual marxista (trabalho, marginalidade, exército industrial de reserva, valor de uso/valor de troca e exploração, etc.)<sup>204</sup>,

<sup>201</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.34

<sup>202</sup> Ibid., nota 25, p.86

<sup>203</sup> Conforme Martendal, confrontando o que denomina de “contradições identificadas na realidade”, a qual foi compreendida metodologicamente “dentro de um processo que partisse do empírico, do senso comum”, mediatizado por “análise e reflexão” até ascender ao concreto. MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.4

<sup>204</sup> Além de *O capital* de Marx, o autor utiliza como referências bibliográficas: SODRÉ, Nelson Werneck. Fundamentos da economia marxista. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1968. GIANNOTTI, José Arthur. O ardil do trabalho. In: Seleções CEBRAP 2: exercícios de filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1975. HARNECKER, Marta. Os conceitos elementais do materialismo histórico. Santiago do Chile, 1973. SINGER, Paulo. *Economia política do trabalho*. São Paulo: HUCITEC, 1977, entre outros.

pode-se dizer que o esforço do autor foi de analisar as mudanças nas relações de produção e o processo de educação (o que se ganha, o que se perde na transição do caboclo para a condição de “operário”).

*Grosso modo*, as considerações de Martendal podem ser sintetizadas da seguinte maneira: i) o antigo domínio dos meios de produção (a terra) era fonte de conhecimento para os caboclos, a partir de sua experiência de vida e trabalho, fonte de criatividade e autonomia na adaptação de instrumentos para o seu meio. Mas quando: ii) “enquadrados no processo de produção capitalista (a indústria da madeira) perdem aquelas qualidades enquanto conhecimento, sendo reduzidos à operações monótonas e repetitivas (o *homem-máquina*), pautadas na velocidade das máquinas, o que leva à estagnação de sua criatividade. Note-se que as perdas ocorridas nessa transição, segundo o autor, não ocorreram de qualquer modo: “de uma condição anterior de maior criatividade frente às necessidades e frente aos obstáculos da natureza, se postou *passivamente* frente a outras necessidades e obstáculos do novo ambiente”<sup>205</sup>.

Ao contrário de Lenzi, que se limitou associar a migração ao “esvaziamento do campo”, Martendal avançou na descrição dos fatores de expulsão presentes no meio rural, baseado, especialmente, em Paul Singer<sup>206</sup> (fatores de mudança; fatores de estagnação). A partir disso o autor formula a famosa sentença que viria a ser repetida por tantos outros pesquisadores: “a cidade-polo da região, por sua vez, despreparada para absorver os contingentes liberados, migrantes por fatores de mudança, assistiu ao crescimento significativo de sua população marginal”<sup>207</sup>.

É também de Singer de que na investigação de Martendal o campo é definido como “o lugar onde se dá a atividade primária” e a cidade, que é sede de poder da classe dominante é o lugar da “sociedade de classes”, o que hoje, como sabemos, são definições muito estreitas e escorregadias<sup>208</sup>. Dessa relação, entre campo e cidade, surgiram os

<sup>205</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., nota 25, p.81. Grifo nosso.

<sup>206</sup> SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: editora Brasiliense, 1978.

<sup>207</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.10. Eu mesmo a utilizei na minha monografia.

<sup>208</sup> VEIGA, José Eli da. Op. Cit., 2002.

elementos de atração para o meio urbano. Conforme Martendal, as “vantagens” (o autor coloca entre aspas) oferecidas aos caboclos, como “salário pago em dinheiro, moradia nova e em vilas, além de outros favores”, foram estímulos importantes para o processo de migração, porque além de ser uma “novidade” era “fator de prestígio”.

Disso decorreu, nas palavras de José Ari, um processo de aceleração do “abandono dos trabalhos tradicionais” que contribuiu para “o engajamento do caboclo como ‘operário’”. Esse processo teria se estendido até 1970, momento em que a matéria prima se esgota (madeira) e o contingente de trabalhadores é liberado, derivando daí o “inchaço urbano” de Lages e a formação da “população marginal”. Neste caso, é preciso reforçar que se trata da avaliação de alguém que acompanhou pessoalmente as reconfigurações da cidade de Lages entre 1960 e 1970, testemunhando de perto os níveis de pobreza presentes nas periferias da cidade. Martendal, além disso, estava inserido num contexto de discussão intelectual específico, engajado em projetos desenvolvidos pela administração municipal e em contato direto com discussões teóricas próprias do meio acadêmico do seu tempo.

Mas a despeito da perplexidade e do engajamento, é preciso ponderar algumas premissas que embasam o trabalho de Martendal. Em primeiro lugar parecer haver um estranho esquematismo, de causa e efeito na associação entre industrialização e urbanização. Esse procedimento, atualmente, vem sendo objeto de críticas por estudos do meio urbano<sup>209</sup>, principalmente porque não esclarece a importância do papel da urbanização no próprio engendramento da “industrialização”, ou seja, como um processo agenciador de mudanças, efetivado por pessoas reais, ora limitando, ora favorecendo transformações dos meios de produção, e não como mero reflexo de mudanças estruturais e econômicas.

Como asseverou Jacques Revel, que não se pode mais, hoje, explicar a industrialização ou a urbanização, ou ainda a mobilidade

---

<sup>209</sup>Segundo Charles Monteiro “não há uma relação de determinação necessária entre o desenvolvimento urbano e as cronologias econômicas. O que deveria ser repensado nas pesquisas sobre urbanização no Brasil”. MONTEIRO, Charles. Op. Cit. , p.103. Ver também: BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.23.



geográfica ou social como “fenômenos englobantes que imporiam sua lógica própria aos comportamentos dos indivíduos e dos grupos, é provavelmente uma afirmação que não choca mais ninguém”<sup>210</sup>.

O esboço da compreensão geral do autor sobre esse processo pode ser identificado na seguinte síntese:

Em suma, [...] (a) o ciclo da madeira transformou a economia da região serrana de Santa Catarina e da cidade de Lages, gerou um novo dimensionamento político, alterou a estrutura social e, pela sua irracionalidade, criou uma situação de impasse sócio econômico; (b) a cidade de Lages, por ser o centro urbano de maior importância regional, viu aumentada sua população de forma surpreendente [...] (c) o surto de industrialização da madeira na região arrancou os caboclos de seu habitat, através de procedimentos sutis, e jogou-se como marginalizados para as periferias da cidade de Lages<sup>211</sup>

O problema dessa estruturação (que não é necessariamente falsa, mas favorece um tipo de interpretação demasiado simplista), diz respeito a total inobservância do papel desempenhado justamente por aqueles que enfrentaram as pressões econômicas, sociais e culturais exercidas no deslocamento em direção à cidade no processo de urbanização.

Não temos, hoje, nenhum motivo que anos autorize a formular, a priori, hipóteses que compreendam que as pessoas que migraram do campo para cidade como seres conformados e submissos, apesar das inúmeras limitações pelas quais provavelmente passaram. Conforme Paulo Fontes:

Não há dúvidas sobre a importância desse quadro socioeconômico como pano de fundo do processo

---

<sup>210</sup> REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.10.

<sup>211</sup> MARTENDAL, Ari. Op. Cit., p.51

migratório e do desenvolvimento capitalista brasileiro. Entretanto, a supervalorização dos fatores econômicos acaba por perder de vista o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo<sup>212</sup>

A noção de que “o surto de industrialização da madeira na região arrancou os caboclos de seu habitat, através de procedimentos sutis, e jogou-se como marginalizados para as periferias da cidade” reduz a experiência de muitas pessoas à condição de “vítimas” de um processo inexorável. É certo que houve constrangimentos e privações de toda ordem e as pressões não devem ser desconsideradas, pelo contrário, devem ser analisadas em cada caso concreto, não apenas no sentido individual, mas a partir de situações específicas que, no conjunto, possam revelar um resultado comum de grupo ou de classe.

Admitir o tema do ponto de vista da “passividade”, além disso, pode ser apenas um modo muito parcial da compreensão do fenômeno, porque se ignora e subestima as diversas estratégias inseridas em arranjos elaborados para a realização da mudança de um lugar para outro. Afinal, migrantes não são apenas “reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas”<sup>213</sup>.

Enfim, a análise de Martendal parece sugerir que naquele momento havia um mundo e uma cultura em vias de extinção e que se tratava de um processo incontornável: a absorção da população rural à condição de operário ou de marginalizado (ou ambos). Certamente muitas alterações aconteceram – tanto no espaço urbano como no rural –, mas tal absorção não eliminou necessariamente “um mundo anterior”. Tal qual como notou E. P. Thompson, “o processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vida estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível”, mas é preciso aceitar que “[...] de qualquer forma, é indiscutível que as lembranças do meio rural se incorporaram à cultura da classe operária urbana através de inúmeras experiências pessoais”<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> FONTES, Paulo. Op. Cit., 2004, p.371

<sup>213</sup> Ibid., p.372

<sup>214</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I, *A árvore da liberdade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p.29 e p.63/64

Alguns autores têm identificado atualmente que apesar da intensificação da migração no sentido campo-cidade, tal fenômeno não implicou em uma associação direta à formação de “massa assalariada”, ao contrário, muitas daquelas pessoas encontraram como meio de sobrevivência atividades ligadas à economia informal, inclusive, reinserindo práticas de subsistência no contexto urbano, muitas das quais influenciadas por atividades diretamente ligadas ao campo<sup>215</sup>.

Em 1950, Antônio Candido ao estudar a “civilização caipira”, constatou, a partir do processo de desorganização econômica dos pequenos proprietários rurais no interior do estado de São Paulo, que havia, apesar das “regressões”, uma conservação relativa de traços culturais. Ou seja, é possível admitir a existência de preservação de hábitos neste processo de adaptação<sup>216</sup>. A transição rural/urbano, inclusive, pode contar com diferentes reações frente aos traços introduzidos por novas situações – aceitação total, rejeição total ou aceitação parcial. Conforme Candido:

Entre os que emigram, o ajustamento à situação urbana, dadas certas condições econômicas mínimas, é quase sempre mais fácil do que se poderia parecer, e se deve ao fato de, mesmo no ritmo atual de incorporação rápida, o afastamento cultural entre os agrupamentos rurais e os centros urbanos ser menos abruptos do que supomos. Com efeito há uma série de gradações [...]<sup>217</sup>.

Anos mais tarde, Maria Isaura Pereira de Queiroz, retomou a análise de Candido e percorreu regiões semelhantes à estudada em *Parceiros do Rio Bonito*, demonstrando que, apesar de muitas variações

---

<sup>215</sup> DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. *Série: Texto para discussão*. n.1025, Brasília: IPEA, 2004

<sup>216</sup> CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p.252-255

<sup>217</sup> *Ibid.*, p.249

de uma região para outra, aspectos do mundo rural ligado à subsistência e ao mundo caipira não haviam necessariamente se extinguido<sup>218</sup>.

Talvez recuperar essa “tradição esquecida”<sup>219</sup> da sociologia ajude os historiadores a entender melhor os fenômenos ocorridos nesse período do “ciclo da madeira”, desmontando teses como a do isolamento, da anomia, passividade, revelando que “não se trata de gente isolada, mas pelo contrário, de gente que se movimenta em sua vida cotidiana, conhecendo outros ambientes e outras configurações sociais diferentes da sua”<sup>220</sup>.

Em relação à migração, é preciso lembrar que muitas famílias no interior do planalto serrano já conviviam com a sazonalidade e mudanças frequentes em épocas de colheita ou para realizar trabalhos em outras áreas no interior, o que relativiza o grau dos impactos de sua adaptação a um novo contexto “urbano”, que em muitos casos, não era tão “urbano” como se supõe. Conforme Queiroz, referindo-se a população rural no interior de São Paulo:

Economicamente, a vida do sitiante formava um todo com a economia regional – inclusive a economia urbana, para a qual era indispensável. Socialmente, a vida do sitiante fez parte integrante da vida na região, ritmada pelos trabalhos rurais e pela periodicidade das festas religiosas<sup>221</sup>

Longe de passividade, podemos apreender a migração como um momento fundamental para a vida dos envolvidos, preparado e pensado da maneira mais razoável possível. Por isso é necessário enfatizar a *agência* dos migrantes nesse processo, porque ela remete “para a valorização de sua experiência e memória”<sup>222</sup>. Afinal, deve haver para a possibilidade de migrar, uma rede social formada, articulada, que efetiva

<sup>218</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973

<sup>219</sup> JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antônio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/FAPESP, 2002

<sup>220</sup> JACKSON, Luiz Carlos. Op. Cit., p.99

<sup>221</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit., p.112

<sup>222</sup> FONTES, Paulo. Op. Cit., 2004, p.372

a sua possibilidade, bem como uma mediação na hora de buscar lugares para dormir, morar e trabalhar, sendo que a família e as relações sociais na comunidade de origem, neste caso, tiveram importância central<sup>223</sup>.

Essas articulações, no caso de Lages, ainda não foram devidamente estudadas<sup>224</sup>. Creio que são elementos importantes porque podem revelar, sobretudo, as redes e as novas formas de sociabilidades criadas após 1940, e que ainda são desconhecidas. De certa forma, esse processo visto a partir da ótica de quem migrou, pode ser tão intenso e significativo enquanto elemento de transformação social da região quanto às mudanças dos “modos de produção”, embora esses dois fenômenos fizessem parte de um mesmo processo e respondessem a um conjunto de transformações sociais, culturais e econômicas.

Ademais, podemos definir esses elementos que resistem ou se transformam em uma nova ordem social, tanto no caso “caipira” como no caso “caboclo”, como “elementos culturais residuais” (sem qualquer tom pejorativo ou diminutivo), já que não fazem parte nem de uma ordem dominante, nem de uma cultura emergente. Segundo Williams, esses elementos são efetivamente “formados no passado, mas ainda [estão] ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente”. Esses elementos, geralmente, estão presentes em “[...] áreas da experiência, aspiração e realização humanas que a cultura dominante negligencia, subvaloriza, opõe, reprime ou nem mesmo pode reconhecer”<sup>225</sup>.

Entre outras coisas, temos as maiores razões para insistir hoje, que se os caboclos não comungavam determinados parâmetros presentes no contexto urbano e no novo ambiente de trabalho, tidos aparentemente como “modernos” e “inevitáveis”, isso não implicou, necessariamente, em apatia, passividade ou que abrissem mão de sua criatividade e

<sup>223</sup> Ibid., p.373

<sup>224</sup> Com exceção dos estudos realizados por LOCKS, Geraldo Augusto. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito - SC* / Florianópolis, 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. \_\_\_\_\_. *Grupos de família: “o modo de ser CEB” em Lages, SC*. Tese de doutorado em Antropologia Social (UFSC). Florianópolis, 2008

<sup>225</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979, p.125-127

dignidade. No chão das serrarias e nas ruas do bairro onde passaram a viver, além da “reinvenção criativa”, ou seja, da prática de novas formas de sociabilidade que aliviavam as péssimas condições de trabalho e de vida, como as brincadeiras e as zombarias<sup>226</sup>, essas pessoas, muito provavelmente, geralmente criavam condições para suportar as relações cotidianas, além de desenvolver ou preservar seus próprios critérios para julgar uma situação como injusta, covarde, injustificável, impraticável ou reprovável.

É admissível supor que, estrategicamente, em alguns casos, como tem demonstrado a historiografia recente, era extremamente razoável optar por uma aparente “conformidade” ou “submissão”, acatando ordens e aceitando determinadas situações que possivelmente considerava injusta, dentro das serrarias ou madeireiras. Isso de modo algum impedia que, quando achassem necessário, pudessem exigir aumentos ou ir embora do emprego, sem avisar ninguém, retornando ao lugar de origem ou indo buscar novos horizontes de vida, moradia e trabalho. Em alguns casos, inclusive, podiam recorrer a ameaças, truques, roubos, sabotagens e, em último caso, à violência<sup>227</sup>.

Enfim, esses são apenas alguns dentre tantos modos de encarar a questão hoje. Essas possibilidades nos ajudam a problematizar algumas afirmações predominantes, muitas delas nem sempre coerentes e empiricamente verificáveis. Resta lembrar, enfim, que o trabalho de Martendal analisado aqui estava inserido em um contexto de “muitas perguntas”, como sublinhou Ferreira Gullar em 1979<sup>228</sup>. Em 1980, data da publicação do trabalho, enfrentava-se outras urgências políticas e também se buscava alternativas com foco muito diversos: a redemocratização do país, alternativas para os descompassos do

---

<sup>226</sup> LOPES, José Sérgio Leite apud FONTES, Paulo. Op. Cit., p.380

<sup>227</sup> JESUS, Samir Ribeiro de. *Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1991. TOMPOROSKI, A. A. *"O polvo e seus tentáculos": A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940*. Tese de doutorado em História (UFSC), Florianópolis, 2013

<sup>228</sup> GULLAR, Ferreira. Depoimento em: GASPARI, Elio. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano. p.169

subdesenvolvimento, caminhos para justiça social, outra opção ao modelo hegemônico de industrialização capitalista e a superação dos problemas urbanos.

Como assinalou Maria Célia Paoli, aquele era um período em que a questão política residia em entender e propor caminhos para a democracia no Brasil – “questão sempre atormentada pelo desencontro entre as reivindicações da ação coletiva e o *realismo* em política, tendo como pano de fundo os amargos pesadelos da ditadura”<sup>229</sup>. Nesse sentido, apesar dos problemas colocados, as contribuições e o mérito de Martendal por ter se inserido intelectual e politicamente naquele contexto, são indiscutíveis.



**Figura 7** Bastidores da gravação do documentário *Lages, a força do povo* (1982), dirigido pela cineasta carioca Tetê Moraes. Na foto, o técnico de som Fernando Goulart, o artesão caboclo Zeca diabo e Ari Martendal. Fonte: Acervo Instituto Dirceu Carneiro

---

<sup>229</sup> PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*. v.3 n.7. São Paulo Set./Dez. 1989, p.40

### 2.2.3. Engajamento, práxis e militância educadora - (1990)

“*A luz vem de Lages*”, assim o sociólogo Maurício Tragtenberg intitulou o prefácio do livro que foi um dos principais responsáveis pela divulgação da chamada “experiência de Lages” (1977-1982)<sup>230</sup> no começo dos anos 1980, tão defendida e estimulada por alguns, já que o “povo estava administrando o município”<sup>231</sup> e tão condenada por outros, a exemplo de Jorge Bornhausen, governador biônico que à frente da ARENA em Santa Catarina e por meio da imprensa, propôs o combate ao que denominou de “republiquetas marxistas”<sup>232</sup>.

<sup>230</sup> ALVES, Márcio Moreira. Op. Cit., 1980. Segundo Elizabeth Silva: “Márcio Moreira Alves deixa transparecer em seu livro, um grande entusiasmo pela experiência, depositando grande esperança no trabalho desenvolvido em Lages”. SILVA, Elizabeth Farias da. Op. Cit., p.21. Com a publicação do livro de Márcio Moreira Alves, Lages passa a ter uma relativa projeção nacional e integra debates importantes sobre a abertura política no país. Os indícios deste alcance podem ser localizados em vários jornais e revistas de circulação nacional como a *Revista Isto É*, em agosto de 1980 dedicando três páginas ao tema e na imprensa, com os jornais *Jornal do Brasil* e *Folha de S. Paulo*, que em 1981, por exemplo, dedica uma semana consecutiva de matérias sobre os projetos desenvolvidos pela prefeitura em Lages, além de ser tema constante na coluna “*A Folha e as respostas da sociedade à crise*”, em artigos assinados por Maurício Tragtenberg e pelas jornalistas Helô Caponi e Denise Natale.

<sup>231</sup> Conforme expressão utilizada em matéria veiculada no jornal da referida administração *Lages: a força do povo, 2 anos de administração*, Fevereiro de 1979.

<sup>232</sup> “[...] não podemos deixar prosperar republiquetas marxistas que nada trazem para o progresso catarinense, fundadas em demagogias não caras à tradição cristã de nossa gente... não podemos deixar prosperar a ideologia marxista”. Depoimento de Jorge Bornhausen ao *Jornal de Santa Catarina*, 10 de Junho de 1978. Em resposta a Bornhausen, o prefeito de Lages responde ao “Senhor Candidato Indicado”, que a administração se desenvolvia a partir dos “ensinamentos das encíclicas papais, dos ensinamentos evangélicos, dos programas partidários, que deve Vossa Senhoria pesquisar e conferir”. Além disso, ressalta que “ideologia marxista é o esquema que oligarquias corruptas sempre usaram para proteger suas imoralidades, suas injustiças contra o povo, seu desrespeito à gente humilde”. Carta resposta do prefeito de Lages as acusações de Jorge Bornhausen, 15 de Junho de 1978. Anexo em: QUINTEIRO, Jucirema. Op. Cit., 1991. p.236-238



O suposto sucesso da “democracia participativa” e os avanços que ocorriam em Lages chegou a influenciar o secretário geral do PMDB, em 1981, Pedro Simon, a declarar que a administração de Lages seria o “modelo do partido” dali em diante<sup>233</sup>. A administração que ficou conhecida pelo slogan, “*Lages, a Força do Povo*” foi uma das primeiras experiências políticas em âmbito municipal no contexto de abertura política, além dos municípios de Boa Esperança/ES e Piracicaba/SP, a executar aquilo que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, intitulou de “ação municipalista”<sup>234</sup>.



**Figura 8** Placa que ficava localizada na entrada do município, na BR-116, em 1980. Fonte: ALVES, Marcio Moreira. *A força do povo: democracia participativa em Lages.*

À frente da administração lageana, estava o então arquiteto de 33 anos Dirceu Carneiro<sup>235</sup>, que venceu o pleito local com a maioria dos

<sup>233</sup> Jornal *Folha de S. Paulo*, 19 de Janeiro de 1981

<sup>234</sup> Esse programa foi o resultado direto do primeiro seminário que reuniu candidatas a prefeito, vice-prefeito e vereadores pelo partido de oposição. O encontro realizado em Porto Alegre, em agosto de 1976, sob a coordenação do Diretório Regional do MDB, pelo Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) e pela fundação Pedroso Horta, teve como proposta final o documento intitulado “*O MDB e a Ação Municipalista*”. Cf. QUINTEIRO, Jucirema. Op. Cit., 1991. p.129-133

<sup>235</sup> Para saber mais sobre sua trajetória política e biografia, cf. Câmara dos Deputados: *Deputados brasileiros*. Repertório (1983-1987); PIAZZA, W.F. *Dicionário político catarinense*; SENADO. *Dados biográficos* (1987, 1996); e a seção Verbetes no arquivo do CPDOC.

votos, em 1976, ultrapassando o número de votos de todos os outros três candidatos arenistas juntos, o que demonstrou que a agenda política de seu partido e sua campanha tiveram apoio popular e estavam em consonância com demandas específicas daquele momento. Para o seu mandato, Dirceu Carneiro reuniu um grupo de jovens que depois de formado, na época, ficou conhecido como a “*Equipe Dirceu Carneiro*”<sup>236</sup>. Os critérios para a formação deste grupo eram basicamente definidos pela vontade política, algum preparo técnico, o alinhamento com as novas teses do MDB e “criatividade”, independente da área de atuação<sup>237</sup>. Segundo Carneiro:

Houve preferencia absoluta por pessoas de Lages, pessoal novo com média de faixa etária em torno de trinta e um anos, pessoas de preferência com ideias novas, com um trabalho sem vício, todos partidários, de militância política conhecida. Também eram profissionais conhecidos<sup>238</sup>

---

<sup>236</sup> Dentre os membros da “Equipe Dirceu Carneiro”: Mario Figueiredo (Sec. de Agricultura); Antonio Munarim (Sec. Cultura, Turismo e Esporte); Cosme Polese (Sec. de Meio Ambiente e Planejamento); Manoel Nunes da Silva Neto (Sec. de educação); pelos assessores Satomi Iura (assessor econômico); Ari Frozza (Assessor agricultura); Maria Shirley Donato (Assessora de Gabinete); Ilson Chaves (comunicação social); Sérgio Sartori (Meio Ambiente); Celso Melegari (Assessor Jurídico e procurador do município); pelos diretores de departamento: Walmor Nini Beltrame (Diretor do Departamento de Cultura); Antonio Carlos Vieira (esporte); Julio Lorezato (turismo); Sonia Beltrame (Chefe de promoções culturais); Lori Silveira (Chefe de Patrimônio), Paulo de Tarso (Chefe de Gabinete); Pedro Gasparin, substituído por Rogério Córdova (Chefe de divisão); Jucirema Quinteiro (seção da sec. educação responsável pela relação com Associação de Pais e Mestres e Associação de Moradores, escola/comunidade); Magali de Carli (bibliotecária subordinada a Sec. de educação); Ricardo Offini, Nereu Goss e Lucio Inácio (jornalistas subordinados ao setor de Comunicação Social). O vice-prefeito era o médico Celso Anderson de Souza que também ocupou o cargo de Secretário da Saúde.

<sup>237</sup> Palestra proferida por Manuel Nunes da Silva Neto, no Encontro dos Professores, promovida pelo Sindicato dos Professores Estaduais de Lages, 26 de Maio de 2010.

<sup>238</sup> Depoimento de Dirceu Carneiro em SILVA, Elizabeth Farias da. Op. Cit. 1985, p.96.

Sua composição, que era bastante heterogênea, representava de certa forma a complexa composição do partido, que não contava com um projeto inicial pronto e acabado, mas contava com algumas ideias, que de algum modo “possibilitavam uma crítica de estrutura social, política e econômica e que apareciam nos primeiros discursos da equipe de administração municipal e que vieram a ser embriões de diretrizes de trabalho”<sup>239</sup>. Desse modo, a “equipe”, baseada naquele documento de 1976, ficou responsável pela criação, entre outras coisas, de doze “projetos especiais”<sup>240</sup>.

Entre os “projetos especiais” desenvolvidos podem ser destacados o de Associação de Moradores de Bairros e Núcleos agrícolas, que incentivava a mobilização dos moradores, no meio urbano, e agricultores, no meio rural, para se organizarem e exigirem o atendimento de suas demandas, além do Projeto de Hortas Comunitárias; o Projeto Lageano de Habitação; Saúde Comunitária; Ação Cultural; Mostras do Campo; Escola do Povo e Popularização do Teatro e Artes nos bairros. Segundo Lori Silveira: “esses projetos especiais podem ser definidos como propostas alternativas de organização popular, [...] com a finalidade, ainda de melhorar as condições de vida tanto da população urbana periférica, quanto da população rural”<sup>241</sup>.

No entanto, mesmo com toda projeção política nacional alcançada pela novidade dos seus projetos e com todas as expectativas formadas no clima de abertura política, momento histórico raro, segundo Sidney Chalhoub, “desses em que a crença no futuro vira experiência

---

<sup>239</sup> CALANZS, Maria Julieta Costa et al., Op. Cit., 1983, p.19. Antônio Munarim avalia que “Tratava-se de uma equipe de trabalho heterogênea. Cheia de contradições e interesses divergentes, onde poucos tinham clareza política suficiente para entender o que estariam enfrentando ao assumir aquele governo”. Op. Cit., 1990, 160

<sup>240</sup> O esboço inicial desse programa, em Lages, foi elaborado pelo assessor econômico da administração de Dirceu Carneiro, o japonês naturalizado brasileiro, Satomi Iura. Como anteprojeto, este documento de natureza tributária havia sido terminado e proposto em dezembro de 1977 e pode ser encontrado em anexo no livro de Márcio Moreira Alves.

<sup>241</sup> SILVEIRA, Lori Terezinha da. Op. Cit., 2004.

coletiva”<sup>242</sup>, a administração que havia tornado Lages um ponto de parada obrigatória para caravanas de “turistas ideológicos”<sup>243</sup> (a “Nova Jerusalém” como denominou em tom jocoso Mauricio Tragtenberg<sup>244</sup>) teve que encarar o seu fim, pois foi vencida nas urnas em 1982 e muito das associações envolvidas na construção política da gestão foram desarticuladas<sup>245</sup>.

Naquele ano, Carlos Estevam Martins perguntaria em artigo da *Folha de S. Paulo*: “como se explica a vitória do PDS justamente no município em que o PMDB colocou em prática os ideais da democracia participativa?”. A inesperada vitória do PDS, beneficiado pelo sistema de sublegendas (que somava o número de votos destinados ao partido para o candidato com maior votação) e a pequena diferença de votos (1.830) foi motivo de muitas controvérsias. Para alguns, inclusive, a eleição foi tida como fraudulenta, a exemplo do que supostamente ocorreu em nível estadual<sup>246</sup>.

<sup>242</sup> CHALHOUB, Sidney. Prefácio. In: *Lar, trabalho e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001

<sup>243</sup> SILVA, Elizabeth Farias da. Op. Cit. 1985, p.2

<sup>244</sup> Em evento na PUC/SP, o sociólogo advertiu: “você estão vendo Lajes como uma Nova Jerusalém”, “mas Lajes é um esforço ainda”. Matéria *A força do povo cresce em Lajes*, Helô Caponi, *Jornal Folha de S. Paulo*, 13 de junho de 1981

<sup>245</sup> Uma série de fatores comprometeu a sequência dos trabalhos que eram desenvolvidos desde a primeira vitória da oposição local, em 1972. Entre esses fatores podem ser elencados, entre outros, as consequências práticas da dissolução do MDB, com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, e o desgaste decorrente do prolongamento inesperado da gestão em mais dois anos, com a emenda constitucional nº 14/1980 que equiparava as eleições de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores com as de deputados, prorrogando, portanto, a eleição que era para ocorrer em 1980 para 1982. Cf. SILVA, Elizabeth Farias da. *Op. Cit.* 1985

<sup>246</sup> Aguiar, em seu estudo sobre as eleições para governador de 1982 em Santa Catarina apontou que as elites também não pouparam esforços para tentar vencer os pleitos municipais, segundo ele: “entendemos como nossa hipótese central, o fato de que a ação “coordenada” dos setores da elite dominante estadual foi responsável pela derrota das oposições nas eleições de 1982”. AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina* –

Contudo, o fato é que essa derrota teve como uma das consequências diretas o fim daquela afamada gestão e a dissolução da “Equipe Dirceu Carneiro”, bem como dos seus projetos. Com a derrota, muitos membros da equipe partiram em busca de outras atividades, dando continuidade aos trabalhos que vinham desenvolvendo, cujo acúmulo se deu sobremaneira durante a administração de 1977-1982. A maioria dos membros enveredou, anos mais tarde, para o funcionalismo público, tornando-se parte do quadro docente em âmbito universitário e outros seguiram o caminho dos bastidores da política partidária estadual.

Um deles, o ex-secretário de Cultura, Turismo e Esporte, em conjunto com padres progressistas da Diocese de Lages e antigos amigos que se inspiravam nas ideias políticas do italiano Antonio Gramsci e na chamada Igreja Popular, encarregou-se na organização de um coletivo de educação popular: o Centro Vianei de Educação Popular. Esse ex-secretário e integrante do Vianei, Antônio Munarim, também foi o autor da dissertação que analisaremos a seguir.

“Desvendar tramas de dominação de um povo e explicitar caminhos de suas lutas de libertação”. Desse modo o autor introduziu sua dissertação de mestrado em educação, *A práxis dos movimentos sociais na região de Lages*, e anunciou o tom geral combativo do seu trabalho. Ao contrário de Lenzi, que praticamente se desculpou por tratar do tema da “oligarquia” em 1977<sup>247</sup>, Munarim, em 1990, expressou sua posição política e não fez cerimônias ao denunciar politicamente os efeitos do poder oligárquico e autoritário consolidado na região de Lages, onde o poder público municipal, segundo o autor, foi ocupado alternadamente por duas famílias que co-dividiram o poder desde a programação da República até 1973<sup>248</sup>.

Filho de lavradores de Bom Retiro, município vizinho de Lages, graduado em Ciências Sociais em 1976, Munarim definiu sua intervenção (enquanto autor) como “mediador de transformação”. Desse modo entendia que a figura do intelectual/educador, a partir da práxis

*táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Dissertação de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991, p.33.

<sup>247</sup>“Deseja-se salientar, por último, que a expressão oligarquia – ou oligarca – é aquela compreendida no sentido político do termo, e não é de caráter pejorativo”. LENZI, Carlos Alberto Silveira. Op. Cit. p.13

<sup>248</sup>MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.50

(revolucionária), era capaz de fazer “mediações entre teoria e atividade prática transformadora”. Ou seja, sua compreensão de mundo estava inteiramente atrelada a preceitos gramscianos, assunto que retomaremos a seguir.

Sua dissertação, de mesmo modo que Ari Martendal em 1980, foi orientada por Maria Julieta Calazans, professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que desde a experiência do MDB em Lages (1977-1982), passou a acompanhar, apoiar e prestar consultorias para antigos membros da Equipe Dirceu Carneiro que estavam, a partir de 1983, envolvidos com o Centro Vianei de Educação Popular, o que nos permite perceber o fortalecimento de uma extensa rede com objetivos comuns que extrapolou os limites municipais.

Pela centralidade que ocupou este Centro na trajetória do autor (assim como também foi a sua experiência enquanto secretário municipal) e para compreensão geral do seu trabalho, cumpre apontar alguns detalhes que podem nos auxiliar a entender o contexto em que a sua pesquisa foi elaborada.

Segundo Sérgio Sartori o Centro Vianei construiu-se como entidade:

[...] com o objetivo de estimular a organização das maiorias populares dispersas e apoiar, no campo político e técnico, os movimentos sociais emergentes. Isto no sentido de fortalecê-los no trabalho de construção da democracia e de suas próprias autonomias, como sujeitos históricos coletivos e específicos<sup>249</sup>

Foi no campo popular, portanto, que a atuação da ONG se destacou, configurando-se, anos mais tarde, como referência na formação política e assessoria técnica ao meio rural na região serrana. Um dos objetivos do Centro Vianei, conforme texto publicado no jornal comemorativo de dez anos do coletivo, era dar apoio e fortalecer as “várias mobilizações populares que necessitavam de fôlego e assessoria” na região.

---

<sup>249</sup> Jornal Pixurum. *Vianei: dez anos*. Lages. n.39. Ano 5. dez. 1993, p.5

Formado por intelectuais recém-saídos da experiência política municipal “A Força do Povo” e profissionais de diversas áreas (dentre elas, agronomia, sociologia, história, teologia, informática, comunicação, pedagogia, e administração), o grupo constituiu-se, apoiados pela Diocese de Lages, como um coletivo engajado na busca por uma sociedade “mais democrática, na perspectiva da igualdade, liberdade, diversidade e participação”, em busca de um “novo projeto de sociedade”<sup>250</sup>.

Nesse sentido, contribuiu, entre outras coisas, com a organização do Movimento Atingidos por Barragens (1984), do Movimento das Mulheres Camponesas (1985)<sup>251</sup>, atuando, sobretudo, junto aos pequenos agricultores da região, dos quais a maioria eram caboclos. Conforme as “concepções e diretrizes do Vianeí, 1987/1988”, as suas ações estavam centradas em dois princípios, um de natureza política e outro técnico:

o princípio político (sócio-pedagógico) de estímulo e de assessoria à organização da sociedade civil (campo de ação política de entidades como sindicatos, partidos, associações civis) e o princípio técnico, de buscar alternativa para a pequena produção rural, considerando as questões econômicas, sociais, culturais e ecológicas como meios de melhoria da qualidade de vida do caboclo serrano<sup>252</sup>

Segundo Munarim, o Centro Vianeí, na sua prática, desempenhava um papel de “intelectual coletivo”, que trabalhava “conjugando o trabalho teórico e as atividades de educação e organização de segmentos das classes populares, no sentido de contribuir para que a práxis destas classes se torne criadora,

---

<sup>250</sup> SILVA, Carlos Eduardo Moreira da. Da revolução aos resultados. In: Semana Científica, 1999, São Miguel do Oeste. *Anais de produção científica*. Chapecó: grifos, 1999.

<sup>251</sup> Jornal Pixurum. *Vianeí: dez anos*. Lages. n.39. Ano 5. dez. 1993, p.3.

<sup>252</sup> Concepções e Diretrizes do Vianeí –1987/1988. In: SILVA, Carlos Eduardo Moreira da. Op. Cit., 1999

revolucionária e reflexiva”<sup>253</sup>. Nesse sentido, um dos seus objetivos era, segundo o autor, “formar dirigentes das organizações populares através” da “práxis social transformadora”, cuja ação residia, entre outras coisas, em assessoria aos movimentos sociais.

Um dos estímulos centrais para a elaboração da sua dissertação, portanto, estava diretamente vinculado a essa trajetória de militância e engajamento após administração Dirceu Carneiro. Como esclarece Munarim: o estudo deveu-se ao fato de que a região serrana foi, desde 1980, palco do surgimento de organizações e movimentos sociais de cunho popular e classista, num “momento em que o grito de guerra e liberdade desse povo começa a ecoar nos campos da serra” (ou seja, desde a segunda vitória do MDB, passando pela formação do Centro Vianeí até a organização de setores populares em âmbito regional)<sup>254</sup>.

Não foi sem razão que Munarim, por consequência disso, dividiu sua dissertação, em quatro capítulos, a saber: o primeiro dedicado à análise dos “Antecedentes históricos” de Lages, o segundo intitulado “Momentos expressivos historicamente produzidos”, o terceiro “Região Serrana se consolida (1983-1989)”; e por fim, “Centro Vianeí de Educação Popular: proposta e prática”. Conforme o recorte temático que utilizamos para nossa análise, dar-se-á enfoque privilegiado ao primeiro e segundo capítulo, cujos problemas que suscitam, somados as críticas já realizadas aos trabalhos anteriores, são de primeira ordem, principalmente pela síntese que nos permite realizar.

Foi nesses dois capítulos que Munarim discutiu dois contextos históricos distintos: um que prevalece até 1970, no qual analisa o processo econômico e político de Lages ocorrido num período de longa duração (desde a fundação). A leitura foi orientada, fundamentalmente a partir de referenciais teóricos marxistas, via Gramsci, de sociólogos brasileiros (com destaque para Octávio Ianni) e dos conceitos clássicos de mandonismo e coronelismo, entre outros<sup>255</sup>. Esses processos

---

<sup>253</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.5

<sup>254</sup> Ibid., p.1

<sup>255</sup> Octavio Ianni, depois de Gramsci e de interpretes do pensamento gramsciano, certamente foi o autor mais influente no trabalho de Munarim. Do sociólogo, cita as obras produzidas entre 1973 e 1985: Populismo e as classes subalternas; Estado e planejamento econômico no Brasil;



políticos, segundo o autor, formaram “as relações sociais e políticas dominantes na região”, o que será discutido a seguir.

Um segundo contexto analisado por Munarim vai do que foi interpretado como fase do “populismo”, iniciado em 1972 à tecnoburocracia e a formação de “novos movimentos sociais”, na década de 1980. A partir desse recorte o professor assinala a centralidade da Igreja Católica, em conjunto com o Vianei “entendido como intelectual coletivo na luta por projeto histórico de hegemonia popular” e principal “agente/intelectual (coletivo) da práxis social em questão”<sup>256</sup>.

Pelo nosso recorte temático, discutido desde o primeiro capítulo, e pela sequência da discussão que estamos apresentando nessa segunda parte, tratarei de duas questões principais, em relação aos dois capítulos supracitados. Uma dessas questões está ligada ao modo de estruturação da interpretação histórica elaborada por Munarim, do qual enfatizaremos apenas alguns aspectos, sendo necessária – como já insistimos na introdução – uma leitura íntegra da obra para melhor avaliar aquilo que, pelos limites da investigação aqui proposta, ficou de lado. A outra questão diz respeito ao principal sujeito evidenciado no seu trabalho e cujas preocupações centrais da proposta se destinavam - as classes populares e os caboclos da região serrana.

Fazendo um paralelo com as outras duas dissertações anteriores, pode-se dizer que: se o objetivo de Lenzi residiu na “compreensão dos fenômenos” e Ari Martendal discutiu as “contradições identificadas na realidade”, apontando os efeitos do processo de industrialização com enfoque para a inserção do caboclo no processo produtivo da madeira, engajando-se em uma interpretação do processo histórico e oferecendo possibilidades para a “libertação emancipadora” via trabalho-educação, foi com Munarim que originalmente surgiu o tom mais marcante de denúncia sobre um processo de dominação/subjugação econômica e política das classes populares. Na convicção política do autor, portanto, reside claramente a sua base e fôlego para a elaboração da pesquisa.

Assim, a meu ver, sua dissertação formaliza e marca um contexto intelectual e político específico de Lages, no qual houve uma

---

a ditadura do grande capital; origens agrárias do Estado brasileiro; o ciclo da revolução burguesa; )1973-1985

<sup>256</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.13

maturação teórica importante de uma parcela da geração daqueles jovens, desde a gestão do MDB, e que tinham contato frequente com o meio acadêmico e outros movimentos de esquerda. Segundo Jucirema Quinteiro, os integrantes desse grupo (equipe DC) pertenciam à classe média rural, eram recém-saídos da universidade, e embora não tivessem participado da política tradicional de Lages, haviam se envolvido ativamente de forma ou de outra, no movimento estudantil dos anos 60<sup>257</sup>.

Esse novo arsenal colaborou para o reexame crítico de muitos problemas sociais do município, os quais passaram a ser compreendidos dentro de um contexto mais amplo, o que mais tarde pode ser identificado na “Carta de Princípios do Vianei”: era preciso “*pensar global e agir local*”<sup>258</sup>. Contudo, isso não evitou que essa renovação no modo de interpretar a história também não implicasse em novos problemas, com interpretações demasiado genéricas e, em alguns casos, bastante imprecisas.

Em termos metodológicos, Munarim, como já destacamos, valeu-se da tradição marxista, sobretudo, inspirada em Gramsci e, contraditoriamente (porque estranho à Gramsci e mais próximo de Louis Althusser), na adesão ao esquema “base/superestrutura” para avaliar o processo histórico, político e econômico da região de Lages, com destaque para seu objetivo militante de base: a necessidade de “construção do bloco histórico – a revolução como processo de construção de hegemonia”. Munarim assinala que, ao contrário dos trabalhos que “não revelam essência dos fenômenos e não conduz à construção dos fatos históricos”, em sua dissertação o intento foi buscar o caminho (citando Adam Schaff) que aponte para “verdade objetiva no sentido de uma marcha infinita para a verdade absoluta”<sup>259</sup>.

Essa perspectiva de buscar a “verdade absoluta”, como sabemos hoje, é bastante polêmica e considerada vulgar por muitos historiadores e historiadoras em termos de método histórico. Para essa avaliação crítica comum, foi preciso muita atenção, desde o século XIX, quanto ao rigor metodológico dos historiadores em relação ao tratamento de suas fontes e na verificação conceito/evidência. Como sublinhou Prost: “a

---

<sup>257</sup> QUINTEIRO, Jucirema. Op. Cit., p.138

<sup>258</sup> SILVA, Carlos Eduardo Moreira da. Op. Cit.,1999

<sup>259</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.11

história afirma o que é verdadeiro; no entanto, suas verdades não são absolutas [...] as verdades da história são relativas e parciais”<sup>260</sup>.

Para o trabalho, de toda forma, valeu-se de diversas fontes, como manuscritos, diários produzidos pelo próprio autor nas atividades do instituto Vianeí, fontes secundárias, e assim por diante. Ressalta, ainda, referindo-se à bibliografia que ampara o trabalho, que muitos desses documentos foram escritos por profissionais (talvez uma alusão direta à Licurgo Costa e à Ari Martendal) refletindo uma “ótica antagonica a nossa visão de mundo; daí todo um trabalho de leitura e adequação desses documentos, passando por críticas, de forma a atender nossas pretensões”<sup>261</sup>.

Ao iniciar a análise dos “antecedentes históricos” de Lages, Munarim sublinha que se tratava “tão somente de contextualizar a Região Serrana e evidenciar elementos da sua História no que julgamos essencial para melhor encaminhar a discussão da problemática restrita ao período de 1983 a 1989”. Ou seja, a sua análise histórica tem um caráter claro: ao recorrer à análise do passado, de modo retrospectivo, busca-se identificar as origens dos problemas do presente para legitimar e auxiliar, assim, sua intervenção política no futuro. Desse modo, no primeiro capítulo o autor aborda, de modo geral, a “estrutura agrária”, ligada a propriedade de terras e a atividade “pecuária extensiva”; delimitando o recorte desde a “fundação da vila”; passando pela discussão da Lei de Terras, em 1850; o que originou a “base” para discutir a “política dos coronéis” até 1972<sup>262</sup>.

A partir dessa conjunção “terra-gado-poder”, concluiu entre outras coisas, que “onde a pecuária extensiva é presente, os segmentos

---

<sup>260</sup> Prost, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.257. O que também não que dizer, por outro lado, que não haja possibilidade de verdade histórica no sentido defendido por muitos autores ligados à perspectiva pós-moderna. Para uma discussão mais abrangente do tema, cf. GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GINZBURG, Carlo. Op. Cit., 2002.

<sup>261</sup> *Ibid.*, p.18.

<sup>262</sup> “Só identificamos como data-símbolo da morte do coronelismo na região o ano de 1972 (novembro) quando é eleito à prefeitura de Lages o primeiro e legítimo representante do populismo”. MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.56

populares em geral são mais *submissos*<sup>263</sup>. Munarim assinalou em paralelo a isso, a identificação, na Região Serrana, da “existência óbvia de um bloco de poder hegemônico muito bem articulado do ponto-de-vista econômico, político e militar durante todo o período de duração da Primeira Republica. Um bloco orgânico”<sup>264</sup>. Desse modo, a problematização parte da “base” econômica (propriedade rural/pecuária) que reflete na “superestrutura” (a política dos coronéis).

Nesse sentido, surgem as relações sociais que “de um lado e de outro se caracteriza também pelas relações dos coronéis com a sua base social local, a população rural”<sup>265</sup>. Essa população rural, conforme o autor, na Região Serrana de Santa Catarina, era “formada por um contingente de trabalhadores *explorados*: uma "classe econômica em si", que, enquanto trabalhador rural pode ser subdividida em duas categorias”<sup>266</sup>. As categorias utilizadas no texto são aquelas criadas por Martendal (caboclo-peão/ caboclo roceiro), adicionando ainda uma terceira, criada por Munarim, a de “caboclo-trabalhador” - um agregado que mora na fazenda, cultiva agricultura de subsistência, cujo excedente é comercializado pelo fazendeiro<sup>267</sup>. A nosso ver, Munarim reproduz aquele conteúdo que é, em parte, romantizado em Martendal via fonte literária (Aujor Luz e Edézio Nery Caon).

Dessas relações dos coronéis com o contingente de “explorados”, depura-se “o exercício do poder autocrático e discricionário dos coronéis na relação com a população rural” que, apesar de tudo, não era uma via de mão única. Afinal, “o poder de que o coronel dispunha advinha também do *reconhecimento* de que cada população local tinha a sua autoridade”<sup>268</sup>. Aqui, o autor abriu uma alternativa interessante ao declarar que não se tratava de uma relação de mão única (superando, portanto, o trabalho de Lenzi). No entanto, ao tratar dessas relações na chave do compadrio, mandonismo e do paternalismo, ofereceu mais problemas do que soluções, principalmente

---

<sup>263</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.17. Grifo meu

<sup>264</sup> Ibid., p.25

<sup>265</sup> Ibid., p.26

<sup>266</sup> Idem

<sup>267</sup> Ibid., p.29

<sup>268</sup> Ibid., p.26

ao ressaltar o poder “autocrático”, ou seja, “absoluto e inquestionável” dos coronéis.

Como frisou E. P. Thompson em *Patrícios e Plebeus*, a respeito do paternalismo, “é uma descrição de relações sociais vistas de cima”, o que não o invalida, mas tende a ser uma descrição “demasiada persuasiva”, porque pode se reduzir a história à visão “de uma sociedade de uma só classe”<sup>269</sup>. Por isso o conceito é um termo “descritivo frouxo. [...] tende a apresentar um modelo de ordem social visto de cima. [...] confunde o real e o ideal”, mas isso, conforme o historiador inglês, não significa que o termo deva ser abandonado.

O que precisa ser feito, ao contrário, é compreender que essas relações estavam longe de ser “relação calorosa, familiar, face a face”, mas sim uma “ensaiada técnica de domínio”<sup>270</sup>. Ou seja, pode haver nessas relações uma “teatralidade”, onde há uma noção concreta de estratégias que podem manejar cada um de acordo com suas necessidades e expectativas. Em Lages, não há estudos nesse sentido, mas certamente seriam proveitosos do ponto de vista das classes populares e de seu possível repertório sociocultural e político.

Em sentido análogo às críticas tecidas ao conceito de paternalismo, podemos repensar as relações de compadrio em Lages. Se entendidas simplesmente como “forma de suavizar as diferenças sociais e econômicas e de legitimar a autoridade do coronel. [...]” e como uma relação resumida a “receber e transmitir homenagens”, “forma requintada de exercício de dominação”<sup>271</sup>, tal qual Munarim, a meu ver, perde-se de vista o conteúdo dessas relações e o seu caráter processual, visto “de baixo”. Afinal, parece pouco sensato supor que as relações paternalistas favoreciam sempre o “lado de cima” ou que os ganhos dos “de baixo” se resumiam apenas em alguma proteção imediata (militar, financeira, reconhecimento via batismo dos filhos dos empregados).

Parte dessas relações era, evidentemente, de dominação, disso não há dúvidas. Tampouco pode se negar o poder contido nas mãos de uma “classe dominante”. Mas ao ignorar a ação daqueles que foram

<sup>269</sup> Temos claro que o autor refere-se a outro contexto (século XVIII) e a outro lugar (Inglaterra) mas ainda assim suas premissas são bastante pertinentes para o caso analisado em Lages. THOMPSON, E. P. Op. Cit., p. 29-30

<sup>270</sup> Ibid., p. 32

<sup>271</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.28

“dominados” e os termos de sua própria *experiência*<sup>272</sup>, limitamos o processo histórico a atuação e aos códigos de uma só classe (os “de cima”), que, ao fim e ao cabo, são determinados em definições muito próximas aos “tipos ideais”.

*Exploração e dominação*, afinal, não são apenas conceitos políticos econômicos, são também fatos vividos, sentidos, por aqueles que os “experimentam”<sup>273</sup>. Quando confrontado pelas fontes e por outras perguntas, além disso, boa parte dessas noções no seu sentido clássico (incluindo o coronelismo) podem perder seu poder heurístico, como foi tradicionalmente aceito, uma vez que não esclarecem muitas outras questões, como os conflitos de classes, o que também implica no desconhecimento da história e da cultura das classes “subalternas”.

Não foi raro, afinal, em determinadas situações, sujeitos considerados “submissos” extrapolarem as fronteiras do lugar estabelecido para os “dominados”, mesmo tratando-se de uma sociedade violentamente estruturada por relações de compadrio, coronelismo e paternalismo<sup>274</sup>. Muitos limites poderiam ser renegociados e questionados a partir de uma suposta “submissão”, que poderia ser “real” tanto quanto “fingida”. Além disso, os subalternos também poderiam encontrar saídas, caso necessitassem, em alternativas mais excedidas, como a violência física, o que desmonta a ideia de uma

<sup>272</sup> “Thompson irá argumentar que o conceito de experiência histórica serviria para que os historiadores percebessem que não é possível pensar determinada classe social separada da outra, ou propor graus de importância e autenticidade entre elas. O processo de autoformação acontece efetivamente a partir das experiências históricas conquistadas e apreendidas por homens e mulheres concretas”. MELO JUNIOR, João Alfredo Costa de Campos. O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Sobre a relação de E. P. Thompson e sua influência no campo da história cf. MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Razão e Utopia: Thompson e a História*. Tese (Doutorado em História Social) – Curso de História Social, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.

<sup>273</sup> KAYE, Harvey apud FERREIRAS, Noberto. Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson. *Rev. Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3: Maringá, 309-322, 1999, p.311.

<sup>274</sup> Cf. MARCON, Frank. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

sociedade equilibrada em torno do “pai” dominante e do “filho” obediente. Talvez, as relações não fossem tão cordiais assim e reduzir tais ações à “contingenciais” seria menosprezar as formas criadas por aquelas pessoas para enfrentar sua condição “determinada”.

Podemos sugerir uma situação em que esse caso pode ser repensado em Lages. Em junho de 1917, por exemplo, um peão de fazenda chamado Hermenegildo L. Alves, que “recebia ordenado e alimentação do seu patrão”, foi acusado, conforme a sentença publicada no jornal *O Planalto*, de ser um “profissional temível”. E o mais interessante: “os seus repetidos atos contra a propriedade”, não foram praticados apenas contra um patrão, mas sim dois: o Sr. Firmino Branco e o Sr. Carlos Vidal Ramos, em crimes “praticados em tempo e lugar diferentes” - o que, insiste o redator do jornal, “reclamam o mais severo castigo”<sup>275</sup>.

Em vistas disso, apesar de a região ser realmente marcada pelas relações de dominação, os limites dessas relações eram, em muitos casos, maleáveis, transponíveis e provavelmente poderiam ser excedidos de diferentes formas ou remodelados constantemente. Naquela sociedade, além de tudo, também foi possível desafiar os senhores e patrões, ameaçá-los e roubá-los, a despeito das sanções e penalidades posteriores.

E o que isso implica? Que para manter, minimamente, uma relação de compadrio, como as citadas por Munarim, por determinado tempo era necessário que patrões e senhores também cedessem, a fim de evitar situações como as de Hermenegildo. Embora faltem melhores estudos sobre o tema, apostaria que se pensada de outra forma a “teatralidade” das relações de dominação, como o paternalismo e o coronelismo em Lages, conheceríamos outra lógica por detrás de

---

<sup>275</sup> Ainda mesmo que a pobreza extrema justificasse o roubo, não teria o acusado Hermenegildo Alves em seu favor aquela estrambótica justificativa “socialista”, dada a sua condição de peão da fazenda, com ordenado e alimentação. Hermenegildo L. Alves é, sim, um profissional temível. Os seus repetidos atos contra a propriedade, praticado nesta cidade, reclamam o mais severo castigo [...] a mais robusta e mais solida prova, quer em relação ao roubo feito contra o Sr. Firmino branco, quer quanto ao roubo praticado contra o Sr. Carlos Vidal Ramos, crimes estes praticados em tempo e lugar diferentes. *Jornal O planalto*, 7 de Junho de 1917.

situações, muito mais complexas e semelhantemente interessantes ao daquele “profissional temível”. Como assinalou E. P. Thompson:

Jamais houve época em que dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no desenvolvimento histórico. Mas, em nossa história sem ruptura, temos um movimento no qual a pressão vinda de baixo é contida no alto, absorvida, o que conduz a uma modificação da estrutura, seguida por uma nova pressão de baixo<sup>276</sup>

Essa é a chave dialética que geralmente falta para as análises históricas de Lages. Em muitos casos, o que acaba se despreendendo do trabalho de Munarim é uma interpretação que sugere uma classe subalterna em “estase”, ou seja, paralisada, sem capacidade para agir em quaisquer circunstâncias porque não tem “consciência para si” – e mesmo que esses se agitem dentro da “estrutura” estabelecida, até então não alcançaram “as transformações estruturais” exigidas pelo autor (a revolução?). Por isso, também, a demarcação histórica e política a respeito da emergência política dos subalternos, efetuada pelo autor, se dá a partir de 1977, perdendo de vista o acúmulo histórico, bem como os recuos, gerados nos anos anteriores.

Quando Munarim destaca que, depois de 160 anos, referindo-se as “classes dominantes” e os subalternos, na década de 1930 chegou-se a “uma situação bem definida quanto as classes fundamentais e suas relações”<sup>277</sup>, não é de todo uma formulação equivocada, aliás, ela é bastante elucidativa. Mas o que não fica claro foi como, nesse tempo todo, essas relações foram “claramente definidas”, para além da chave “terra, gado e poder” ou para além da “estrutura econômica”. Ou seja, como ambas as classes agenciaram-se e se constituíram a partir de suas relações antagonicas e a partir de seu próprio *fazer-se* (na verdade sobre

<sup>276</sup> THOMPSON. E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). *E. P. Thompson. A sua peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012, p.209.

<sup>277</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.40



os fazendeiros já sabemos alguma coisa até aqui). Ou reformulando a pergunta: como os “subalternos” “experenciaram” esse processo?

Trata-se, enfim, de tentar pensar uma trajetória de longos conflitos, repleta de mutações que, pelo menos até o trabalho de Munarim, foi comumente interpretada apenas do ponto de vista dos “dominantes”, situação esta que exige novos questionamentos, principalmente pelas generalizações que decorreram a partir de sua dissertação.

Com a generalização desse processo nos moldes de interpretação de Munarim, frustra-se também as chances de investigar o que tantas pessoas perderam ou ganharam naqueles 160 anos, seja na posição de “dominados” ou como “dominantes”. Ao tratar as “mudanças” a partir do ponto de vista restritamente “estrutural”, dissipamos a historicidade da formação de classe, os ganhos e perdas de sua longa trajetória, seus conflitos, rearranjos e consensos criados ao longo do século XIX e XX.

Para apreender tais significados históricos e políticos, hoje, em termos de processo e “estrutura”, uma das melhores possibilidades apresentadas para a análise do processo histórico foi a formulação dos conceitos de “*experiência*” e “*agência*” estabelecidas por E. P. Thompson, os quais, quando utilizados pela historiografia brasileira nos últimos trinta anos demonstraram resultados bastante significativos, especialmente nos campos da história da escravidão e da história social do trabalho<sup>278</sup>.

Nesse sentido, para E. P. Thompson:

Homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos - “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas

---

<sup>278</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson no Brasil. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2012, p.205-253

nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez sobre sua situação determinada<sup>279</sup>

Munarim, em relação à definição de classe, seguiu a acepção de Gruppi, para quem as relações de classe são constituídas, entre outras coisas, de: “classes dominantes, elites dirigentes preparadas; e as classes dominadas, subalternas, (que) participam de uma concepção do mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes”<sup>280</sup>. Desse modo, o autor não encontra na sua pesquisa “a emergência e a organização de qualquer ação social consciente no sentido de transformações estruturais”, justamente porque a definição de “organização”, “consciência” e “mudança” são previamente decididas (os subalternos comungam a concepção do mundo que lhes é imposta). Esse tipo de análise nos parece ser altamente questionável.

Justamente por isso que devemos, ao analisar a dissertação “à contra pelo”, explorar suas ambiguidades. Ao tratar do tema do Contestado, por exemplo, o autor situa o movimento como uma “exceção”, tendo em vista que foi obra de caboclos roceiros de Curitibanos, os quais tinham mais autonomia do que peões de fazenda. Estes últimos “longe de ser um homem livre, é um homem limitado, confinado, tolhido nas suas potencialidades humanas”, numa relação que perdurou, segundo o autor, durante toda Primeira República<sup>281</sup>.

Apesar de reconhecer a importância do movimento para a “estratégia” dos movimentos sociais do seu tempo (em 1990) e destacá-lo como “de suma importância”, ao refletir sobre o alcance político do episódio, o autor concluiu: “não chegou o Movimento do Contestado, na leitura que dele fazemos, a provocar uma crise na ideologia dominante”<sup>282</sup>. Ou seja, os limites serão sempre “estruturais”: uma força que coage de forma onipresente e submete os “sem consciência” a posição de dominados que, por sua vez, são incapazes de abalar a “ideologia dominante”.

---

<sup>279</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.85

<sup>280</sup> Gruppi apud MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.41

<sup>281</sup> *ibid.*, p.32

<sup>282</sup> *Ibid.*, p.43

Mas de repente – e aqui começam as ambiguidades - surge uma consideração paradoxal da parte do autor de que, apesar de dominados, os caboclos também se mostravam “valentes e destemidos, guerreiro nos conflitos de que fez parte - no Contestado foi um bravo”<sup>283</sup>.

Mas, afinal, a partir de que critérios o autor chega a essas conclusões? O que Munarim não encontrou, afinal? É preciso perceber, que ele buscava na história de Lages as “grandes lutas operárias e as grandes lutas camponesas de âmbito nacional que marcaram outras regiões do país”<sup>284</sup>. Desse modo, podemos nos questionar: a ausência das “grandes lutas” ocorridas em outras partes do Brasil e do mundo invalida a história das classes populares de Lages? Significa que deva ser diminuída a pecha de derrotados, passivos, amorfos? São questões, afinal, que a perspectiva adotada por Munarim pode provocar.

Quando passa a discutir as mudanças políticas ocorridas em Lages Munarim cede mais terreno para as “mudanças estruturais” em detrimento das relações sociais históricas. Conforme o autor: “parece-nos evidente, de qualquer maneira, que a alteração da estrutura agrária é condição importante para a decomposição do “coronelismo”<sup>285</sup>. No entanto, ao referir-se aos períodos anteriores, ressalta: “naquele mesmo período a pecuária continua sendo o sustentáculo básico da economia”<sup>286</sup>. Não seria essa, novamente, aquela história de Lages e das classes populares fechada nas redomas da pujante história bovina e posteriormente reduzida às forças supostamente neutras da extração da madeira?

Continuando nas “estruturas”, Munarim sugeriu que as mudanças só ocorreram, “ainda que lentamente”, a partir de 1940, quando chega na região “o elemento que corporificou a integração da economia regional a economia nacional homogeneizada, e que vai mostrar mais tarde, no seus significado real, que foi a grande correia de transferência de valor” – ou seja, o ciclo de extração da madeira<sup>287</sup>.

---

<sup>283</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.53

<sup>284</sup> Idem

<sup>285</sup> Ibid., p.57

<sup>286</sup> Ibid., p.69

<sup>287</sup> Ibid., p.76

Segundo Munarim, foi nesse período que ocorreu um “processo de proletarização de grandes contingentes de trabalhadores do campo”. Mas esse processo não ocorreu de qualquer forma: ele ocorreu sem que houvessem “condições materiais e culturais de se evitar a *animalidade social* no interior dessa classe de novos proletários”<sup>288</sup>. É a partir daí (1930) que se cria, citando Francisco de Oliveira, “uma economia nacional regionalmente localizada”<sup>289</sup>. Menciona-se, assim, como “fator de mudança” decorrente, entre outras coisas, a alteração demográfica e o êxodo rural.

A partir disso, ao contrário das interpretações até então correntes, Antônio Munarim faz uma observação que foi bastante inovadora para a época: o autor destaca que o campo continua a ser o habitat, o espaço de maior influência cultural e social para o trabalhador naquele período, o que outras pesquisas não tinham registrado. Portanto, “a simples mudança da condição de roceiro ou peão para operário não significa a criação de um proletariado no *sentido clássico*”<sup>290</sup>. Esse caminho, infelizmente ainda não foi devidamente explorado por outros pesquisadores, o que certamente qualificaria a interpretação sobre o processo de urbanização e formação de classe operária de Lages.

De mesmo modo que Ari Martendal, Munarim entendeu que as “vantagens” de trabalhar nas serrarias foram os propulsores, os motivos suficientes para a saída do caboclo-peão das fazendas. Se seguirmos essa tentadora interpretação, ao contrário de investigarmos essa transição sobre o ponto de vista daqueles que migraram, continuamos a tratar o tema em termos *sui generis* e altamente comprometidos: “*a força geradora da evasão da roça e da fazenda*” (referindo-se aos salários).

De mesmo modo que compreendeu aqueles 160 anos de relações de “dominação” e subjugação, Munarim estende os seus termos para o meio urbano:

Caberia observar outras formas de dominação social, que vão contribuir, justamente, para a produção de uma classe popular urbana de

---

<sup>288</sup> Ibid., p.77

<sup>289</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.85

<sup>290</sup> Ibid., p.98. Grifo meu

*acentuada submissão*. Uma classe urbana (subalterna) *dócil*; isto é, sem conflito com os donos de terra e gratos aos novos patrões, os madeireiros, que lhe oferecem trabalho e melhores condições de vida. E, ainda mais, estas classes populares (subalternas) começam nesse período a sofrer a sua organização sindical<sup>291</sup>

Mesmo com os inúmeros potenciais envolvidos na sindicalização em relação às condições de representação de classe dos anos anteriores (identificação de interesses comuns de classe, litígios levados à instância judicial, melhor definição de pautas coletivas) e a abertura de novas possibilidades de ação, os subalternos, conforme Munarim, não conquistaram direitos, elas “sofrem” com a organização sindical. No torvelinho da história, desse modo, coube ao caboclo – segundo depreendemos da análise - consentir e agitar-se nas demandas da “estrutura econômica”, ora como peão “obediente”, ora como operário “submisso” que atendia aos chamados dos apitos das serrarias, desenganados “dentro da estrutura”.

Poderíamos avançar nessa interpretação, e concluir então, que esses homens e mulheres apenas nutriram, naquele período, vãs esperanças de ganhar salários, comprar um terreno, melhorar suas condições de vida, saúde, moradia, constituir família, estudar, assistir jogos de futebol, ter lazer, porque suas ilusões, afinal, não abalaram “a ideologia dominante”?

Ora, esse parece ser um modo muito antiquado de interpretar a história das classes populares. São afirmações persuasivas como essa que deveriam nos causar incômodo<sup>292</sup>. De outro modo, como lembra Raymond Williams: [...] Se não nos sentirmos ofendidos por essa mistificação profundamente convencional em seu sentido mais estrito, então qual é o significado de solidariedade?<sup>293</sup>

<sup>291</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.99

<sup>292</sup> Evidentemente que Munarim não disse isso, mas é preciso forçar a barra para incomodar os copistas inveterados que ainda assimilam tais premissas com citações e citações. O tom adotado, é preciso dizer, em boa parte do texto é de ironia. Um recurso que julgo minimamente adequado em função dos, nem tão pouco inofensivos, “conceitos teóricos” destinados às classes populares.

<sup>293</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., 2013, p.310

Com o fim das reservas de madeira, para o autor, e seguindo Martendal, forma-se “na cidade uma população de espoliados urbanos”. Mas que apesar de espoliados, foram, como felizmente nos lembra: “sujeitos históricos que, no plano político, darão o golpe de misericórdia no coronelismo”<sup>294</sup>. Mas ainda não serão, para a agonia do nosso autor, os seres com “consciência para si” - eles serão apenas a “base para um governo populista”, porque (e lá vamos nós para a estrutura novamente) o que ocorreu, em verdade, foi “uma pressão econômica de caráter estrutural sobre uma população de características ao mesmo tempo, rurais e urbanas”<sup>295</sup>.

Esse processo, desaguou, então em “uma massa humana, *amorfa* e disponível a orientações de cunho carismático, que ira engrossar as fileiras daquele contingente anterior de migrantes que saíram das serrarias”<sup>296</sup>. Creio já ter sido parcialmente esclarecidas, ao tratar do trabalho de Lenzi, as críticas em relação a esse tipo de interpretação que vincula “populismo” a um sistema necessariamente ruim e desvaloriza o potencial político do voto.

Munarim aponta que foram as relações de expropriação, exploração e espoliação “sofridas por todos os segmentos populares”, o caldo de cultura “onde se gerou e se desenvolveu uma nova visão de mundo no interior da grande maioria da população - classe econômica subalterna”<sup>297</sup> (portanto, não é só mudança na “estrutura”) . Seria interessante se soubéssemos maiores detalhes dessa “nova visão de mundo no interior da grande maioria da população”, o que ainda desconhecemos.

Segundo o autor, serviram de instrumentos para a formalização do populismo em Lages o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), num primeiro momento, e posteriormente o MDB, que “foram os partidos

<sup>294</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.101

<sup>295</sup> Segundo o autor: Explica-se: a principal população migratória não era propriamente uma população rural, como registram os censos oficiais, pois viviam em Vilas – no meio rural, sim, - e as suas relações de trabalho eram na serraria eram de caráter mais ou menos urbano-industrial. Ou seja, aquela população já era urbana o suficiente quanto às relações de produção. MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.106

<sup>296</sup> Ibid., p.109

<sup>297</sup> Ibid., p.119

políticos usados como instrumentos pelos populistas”<sup>298</sup>. Essa explicação não nos deixa brechas para identificar conquistas, lutas e avanços no período, apesar de toda mudança ocorrida no cenário eleitoral e partidário no país e, desse modo, precisa ser reexaminada. Será que as definições procedem? Como a “massa humana, amorfa e disponível” dialogou e negociou nesse período com as “orientações de cunho carismático”?

Não devemos ter dúvidas que por longos anos, as classes populares foram usurpadas e provavelmente foram, de algum modo, tapeadas no processo político. Mas para utilizar uma expressão de Thompson: “eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social e nós, não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência”<sup>299</sup>. Nesse caso, em Lages, quais eram as aspirações da “massa humana, amorfa e disponível”? Votaram na UDN ou eram partidários do Vidalzinho e o PSD? Por que? São questões que continuam em aberto.

Enfim, na perspectiva de Munarim, a meu ver, prevaleceu em demasia a sobrevalorização do perfil dos caboclos como “submissos”, servis, conformados, porque sua investigação buscava legitimar a atuação do Centro Vianei de Educação Popular em 1990. Por isso, ao identificar fenômenos associativos anteriores (sindicatos; partidos), acusa e entende os como “pelegos” e denuncia o “poder carismático” – afinal, os caboclos “sofreram de sindicalização”. Com isso, a existência de espaços de “participação popular”, depois da crise do coronelismo, não eram conquistas dos “subalternos”, “um resultado da luta de classe”, porque para Munarim:

É certo que não se pode ser tão rigoroso e desprezar de todo este componente. De todo modo, entendemos que o "espaço de participação popular" é mais o resultado das contradições da história da região do que 'resultado de qualquer ação volitiva das classes subalternas, pois a região sofre as consequências de sua inserção no cenário nacional<sup>300</sup>

---

<sup>298</sup> Ibid., p.121

<sup>299</sup> THOMPSON, E. P. Op. Cit., p.13

<sup>300</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.122

Ou seja, justamente quando as classes populares passaram a expressar-se politicamente nas eleições com maior peso, na análise do autor foram apenas submetidas às forças “externas”, às “contradições da história da região”. Caso contrário, Antônio Munarim teria que reconhecer que não foi somente com o MDB, em 1972-1982, nem com o Centro Vianei, que as classes subalternas passaram a emitir “o grito de guerra e liberdade” nos campos da serra.

E por isso, por não reconhecer esses conflitos anteriores, não notou que “classe subalterna” também construiu a si mesma. Note-se, a premissa do autor, antecipadamente é:

Partimos do suposto que a postura submissa, e até passiva, dos trabalhadores – ou das classes populares em geral – da região serrana em seu conjunto é a expressão histórica das relações dos poderes políticos e econômicos que se interagem dialética e organicamente em processos de dominação política e expropriação econômica a que sempre estiveram expostos, acabando por constituir-se em classes subalternas<sup>301</sup>

Enfim, são muitas as variáveis que merecem melhor apreciação crítica, das quais não temos espaço para justa apreciação. Outras contribuições, no Brasil, já foram bastante eficazes para perceber que, embora as pessoas se encontrem em uma “estrutura já determinada”, a constituição histórica das classes também depende da “experiência das condições dadas”:

O que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam. É na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se então coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais<sup>302</sup>

---

<sup>301</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., p.53

<sup>302</sup> SADER, Eder. Apud MATTOS, Marcelo Badaró. Op. Cit. 208/209



Reduzir a trajetória das classes populares e trabalhadoras como “dominadas” e anestesiadas pelas “condições históricas” ou determinadas pela “estrutura”, hoje, não faz o menor sentido. Munarim indicou que em Lages, outras instituições serviram para a “dominação” da classe subalterna: a igreja católica, os colégios e a imprensa. Ora, esses espaços não tinham uma “natureza excludente” por si só, tampouco “dominadora”.

Eles, inclusive, foram importantes – a exemplo de certo Centro de Educação Popular - para a elaboração de estratégias em favor das classes populares. Além disso, o letramento, a circulação de notícias, são partes fundamentais para a superação das “condições estruturais” por parte dos “subalternos”. É nesse sentido geral, afinal, que a própria Revolução Industrial, além de peças de ferro, aço e tecido, também produziu alfabetização<sup>303</sup>. Como destacou Raymond Williams:

[...] podemos reconhecer a capacidade produtiva da sociedade burguesa, ou de suas instituições políticas, e ainda assim nos distanciarmos delas como criações, devido ao próprio modo de sua contribuição, bloqueios à liberdade humana ou mesmo ao progresso<sup>304</sup>

Creio que até aqui ficou mais ou menos claro os limites e os problemas do modelo utilizado por Munarim para analisar a história de Lages, no qual a “superestrutura política” é tomada como “reflexos do conjunto das relações sociais de produção”<sup>305</sup>. Como sublinhou Ellen M. Wood, a respeito do assunto:

Apesar de o modelo base/superestrutura ter talvez algum valor para descrever as instituições e ideologias a serviço da classe dominante, bem como as estruturas de apoio à dominação e o

---

<sup>303</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit., p.139

<sup>304</sup> Ibid., p.310

<sup>305</sup> MUNARIM, Antônio. Op. Cit., 1990, p.55

“senso geral de poder”, ele não se presta bem a descrever a cultura dos dominados<sup>306</sup>

Defendemos então, como já deve ter ficado evidente, uma apropriação da tradição de crítica ativa do materialismo histórico promovida por E. P. Thompson, para melhor conhecermos a experiência dos “subalternos”. Pois foi esse historiador inglês que insistiu com maior ênfase na importância da ação das classes populares. Assim podemos nos esforçar para compreender a dialética da histórica, a lógica do processo histórico. É a partir disso também que podemos nos desfazer de “metáforas que obscurecem as relações que deveriam denunciar”<sup>307</sup>.

Finalmente, retomando o contexto de produção da dissertação de Munarim, em 1990, deve-se ressaltar que a sua seriedade, seu esforço e compromisso, de modo algum foi aqui desmerecido. Seu empenho foi tentar interpretar historicamente – ainda que com formulações bastante equivocadas - os processos que culminavam na desigualdade social e, desse modo, tentou munir da melhor forma possível o coletivo em que atuava.

É importante assinalar, que foi nos anos 1980, como resposta à crise de 1970, que houveram transformações profundas na economia global, o que influenciou, entre outras coisas, na alta da inflação, níveis de miséria e desemprego alarmantes, na queda do salário real, alta dos preços e em no aumento dantesco de desigualdade social no Brasil<sup>308</sup>. Estava em voga, além disso, o ideário neoliberal em escala internacional, uma onda conservadora que logo chegaria ao país.

Essas mudanças, como sublinha Santos, ocorreram “simultaneamente aos anos finais da ditadura e ao período de transição no Brasil”, contexto em que surgem medidas como “privatizações,

<sup>306</sup> WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2011, p.64

<sup>307</sup> WOOD, Ellen M. Op. Cit., 2011, p.60. Um dos melhores debates realizados a respeito do assunto consta no capítulo: *Repensar a base e a superestrutura; Classe como processo e como relação*. Em: *Democracia contra Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2002, 51-98.

<sup>308</sup> DAVIS, Mike. Planeta de favelas. A involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006, p.195.

flexibilização dos direitos trabalhistas, terceirização [...]”<sup>309</sup>. Diante disso, estavam em ebulição muitas pautas dos movimentos sociais, no campo e na cidade, cujas expressões mais intensas se deram na formação dos partidos políticos pós-bipartidarismo como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a formação de diversos coletivos como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e do Movimento dos Sem Terra (MST). Nesse caldo político, cultural e econômico podemos situar o Centro Vianeí.

Desse modo, dentro de um panorama geral de trabalhos que se dedicaram à história de Lages – incluindo a dissertação de Antônio Munarim, que certamente é uma das principais referências sobre o assunto - a produção intelectual produzida por antigos membros da “Equipe Dirceu Carneiro”<sup>310</sup> assumiu um papel bastante significativo, não só porque nos permite compreender, hoje, o teor de suas interpretações a respeito daquela experiência, mas também pela tentativa de discutir a história das classes populares (apesar de utilizar alguns preceitos bastante debilitados quanto à análise histórica).

Sendo assim, as avaliações realizadas aqui não devem ser entendidas como depreciativas, mas sim como reflexões que julguei necessárias ao longo do percurso de mestrado. Admite-se que diante da complexidade do assunto, pode ter havido algumas incompreensões em relação as premissas do autor, o que certamente ficará aberto para críticas.

Além disso, é preciso lembrar que a orientação gramsciana de Munarim, concebia um pesquisador-educador como “agente mediador e transformador”, ou seja, os intelectuais, nesse sentido, deveriam “promover as condições de transformação” da realidade vigente, com

---

<sup>309</sup> SANTOS, Roberto Santana. 30 anos de transição no Brasil: luta de classes e dependência na constituição do Brasil contemporâneo. *Rev. Contemporânea*. Dossiê redemocratizações e transições políticas no mundo contemporâneo. Ano 5, n.7, 2015

<sup>310</sup> QUINTEIRO, Jucirema. Op. Cit., 1991; BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. *A educação dos que vivem a resistência – 1949/1989 – um estudo com pequenos produtores sem-terra, no município de Curitibaanos – Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Educação, Florianópolis, 1991. ANDRADE, Edinara Terezinha. Op. Cit., 1994; SILVEIRA, Lori Terezinha da. Op. Cit., 2004.

“perfis dialeticamente articulados”: as de cunho científico-filosófico, as educativo-culturais e as políticas”<sup>311</sup>. Diante disso, levando em conta seu envolvimento com o meio acadêmico, o Centro Vianei e como militante político-educador em busca de um outro projeto de sociedade, manifestamos reconhecimento. O que, por outro lado, não deve nos impedir de formular novas questões e algumas provocações, porque como assinalou Christopher Hill:

a história precisa ser reescrita a cada geração, porque embora o passado não mude, o presente se modifica; cada geração formula novas perguntas ao passado e encontra novas áreas de simpatia à medida que revive distintos aspectos das experiências de suas predecessoras<sup>312</sup>

---

<sup>311</sup> GRAMSCI, A. *Escritos políticos*, v. 2. Org. e trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.140.

<sup>312</sup> HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.32



Figura 9 Foto reprodução do jornal Pixurum – 10 anos do Centro Vianei. Na foto a direção da ONG em 1993: Geraldo Locks, Antônio Munarim e Sérgio Sartori.



**Figura 10** - Foto reprodução do jornal Pixurum, do Centro Vianei. Na foto a equipe de 1993, entre eles, os professores Antonio Munarim e Geraldo Lócks.

## CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Favorecido pelo tempo pude revisitar, em posição privilegiada, muitos livros, documentos e trabalhos acadêmicos que se dedicaram à história de Lages. É pela existência deles e, de algum modo, pelo interesse particular que nutro pela história da cidade que essa dissertação pode, enfim, ser pensada e concretizada. No conjunto, espero que a avaliação e a elaboração do “inventário” possam contribuir de certa forma para os estudos históricos sobre o município ou, ao menos, que sirvam de inspiração para outras pessoas discutirem as questões aqui levantadas.

Ao revisitar parte daquilo que julguei como algumas das principais referências sobre a história de Lages (mas que certamente não são as únicas), revisando suas premissas e os critérios adotados pelos autores, eu espero ter elucidado porque os consensos foram seletos e sinuosos e porque alguns esquemas teóricos podem ser considerados frágeis do ponto de vista metodológico. Não raro, esses trabalhos, quando lidos apressadamente (as dissertações), também podem acabar impedindo uma melhor compreensão sobre processos tão poderosos, mas ainda tão vagamente definidos, como “industrialização” e “modernização”. O caso do “ciclo da madeira”, nesse sentido, e o período de um modo geral, ainda são precariamente elucidados.

A partir do segundo capítulo, surgiram motes comuns nas interpretações dos autores, cujos argumentos podemos reformular de melhor maneira ou mesmo recusar. Dentre esses trabalhos acadêmicos do segundo capítulo, deve ter ficado claro o vínculos dos três com as administrações municipais do MDB nos anos 1970. Lenzi, Martendal e Munarim, de modos diferentes, tentaram responder a perguntas semelhantes, e isso talvez indique a necessidade de maiores estudos a respeito daquela experiência local.

Outro ponto comum observado foi a questão da qualificação dos caboclos ou das classes populares como passivos e submissos. Esse também é um consenso pouco produtivo. Muitas pesquisas, quando munidas de outras estratégias para tentar compreender o objeto de estudo, como entrevistas, revelam que passividade é um termo pouco apropriado para pensar as inúmeras estratégias, os inúmeros conflitos de

classe, que dizem respeito tanto a operários ou a pequenos agricultores<sup>313</sup>. Conhecer essas entrevistas e lê-las de um ponto de vista “thompsoniano”, tal qual defendemos aqui, pode ser altamente elucidativo sobre as estratégias das classes populares em Lages.

A configuração espacial, no processo de urbanização durante o período da madeira também ainda é objeto incompreendido e superficialmente analisado. Acredito que, ao ressaltar as particularidades rurais do município e perceber o centro urbano, não como um polo irradiador de urbanidade, mas, ao contrário, como dependente das áreas rurais e suburbanas, possivelmente poderemos conhecer melhor a dinâmica do processo de urbanização de Lages.

Nesse sentido, a categoria de bairro rural pode ser fundamental. Conforme definiu Maria Isaura Queiroz, o bairro rural foi uma unidade social mínima, que abriga ao mesmo tempo “forças de coesão e forças de divergência”<sup>314</sup>. Era nesse tipo de espaço que um grupo de vizinhança mantém-se coeso e a partir do qual compartilham uma noção de pertencimento. É ali que se desenvolve, além disso, um “sentimento de localidade” que constituía “elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico, quanto no espaço social”<sup>315</sup>.

A partir de Antônio Candido, a autora aduz que houve, por muitos anos, a existência de dois universos distintos e inter-relacionados, entre cidade e bairro rural. Desse modo, é possível apreender uma tendência em que as mudanças e relações afetam ambos os espaços, “urbano e rural”, “mas as diferentes modalidades de encontro provocam respostas variadas”<sup>316</sup>.

Mike Savage, recentemente, vem insistindo para que o espaço seja melhor considerado nas análises dedicadas à formação de classe, porque um julgamento mais adequado do papel dos processos espaciais proporcionam, segundo o historiador: “um conceito mais sensível de formação de classe que evita alguns problemas historicistas latentes em

<sup>313</sup> JESUS, Samir Ribeiro de. Op. Cit., 1991. BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. Op. Cit., 1991. LOCKS, Geraldo. Op. Cit., 1998. PEIXER, Zilma Isabel. Op. Cit., 2002

<sup>314</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Op. Cit., p.35

<sup>315</sup> Ibid., p.3/4

<sup>316</sup> Ibid., p.98

obras anteriores”<sup>317</sup>. Desse modo, “uma maior consciência da dimensão espacial de classe pode nos dar um modo mais preciso de pensar e pode oferecer um modo de nos sensibilizar para o “desfazer-se” da classe”<sup>318</sup>.

A partir desse raciocínio, pode-se identificar como as redes formuladas nesses espaços “explicam como coletividades se formam, como elas se desenham, como indivíduos estão aptos a estabelecer contatos e mobilizar recursos”<sup>319</sup> – não considerando esses lugares apenas como “localidades”, mas eles próprios (os espaços) como constituintes da formação de classe. Como conclui o autor: “os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas estão ativamente envolvidos na construção de identidades sociais”<sup>320</sup>. Enfim, muitas possibilidades em aberto para repensar a história de Lages.

A história dos bairros, a história vivida pelas classes populares nesses espaços está presente nos documentos como os requerimentos de licenças para transferências de terrenos, cartas de aforamento, baixas de impostos de indústria e profissões, licenças para construir e fazer reformas; autorização para aumento de galpões contidos nos despachos da prefeitura. São fontes que foram publicadas nos periódicos locais como o *Correio Lageano* e pouco trabalhadas, e certamente podem ser um caminho interessante para identificar a lógica da “cidade legal” e os modos como às classes populares se relacionaram e influenciaram os processos de transformação.

Muito desses requerimentos, ao contrário do que sugerem outras pesquisas, não era destinado apenas ao que se delimitava como centro urbano<sup>321</sup>. Nestes aparecem também pedidos para abertura de, entre outros, botequins, oficinas de reparo de calçados, alfaiataria, tinturaria e casas comerciais, solicitados continuamente por moradores de lugares diversos como Painel, São José do Cerrito, Bocaína e Anita Garibaldi, o que exige novas interpretações sobre a relação urbano/rural, bem como sobre as transformações ocorridas entre 1940 e 1960.

---

<sup>317</sup> SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Rev. Mundos do Trabalho*, v.3, n.5. Jan-Jun, 2011, p.7

<sup>318</sup> *Ibid.*, p.15

<sup>319</sup> *Ibid.*, p.18

<sup>320</sup> *Ibid.*, p.20

<sup>321</sup> Cf. MIRANDA, Silmara Luciane. *Op. Cit.*, 2001



Pelos editais de concorrências públicas para a aquisição de terrenos devolutos, também aparecem diferentes manobras para aquisição dessas áreas, como pessoas da mesma família entrando na concorrência por terras, em uma mesma localização, mas em lotes separados. Ali constam as aquisições de diferentes áreas da cidade, urbana e suburbana. Todas essas movimentações pode nos levar a repensar a interpretação de que a aceleração do processo de urbanização em Lages foi um processo “desorganizado”.

Ao contrário, a partir de notícias, requerimentos, despachos, anúncios e outras publicações, pode-se deduzir que, apesar da aparente falta de organização, havia, ao contrário, ordenação, sistematização, disposição nesse processo. Os interesses eram mobilizados por pequenos, médios e grandes proprietários para adquirir terrenos devolutos, que depois eram divididos em lotes pequenos e revendidos para trabalhadores, pequenos agricultores e caboclos. Esse caminho pode identificar as “injustiças sofridas pela maioria e as aspirações articuladas pela minoria politicamente consciente”<sup>322</sup>.

Outro caminho pouco explorado pela historiografia lageana, e que pode ser interessante do ponto de vista da história das classes populares, é pensar na questão da pobreza e caridade. Foi nesse, época, afinal, que dezenas de instituições começaram a se estabelecer na cidade e seus objetivos certamente não se resumiam a filantropia da classe dominante. Desde 1906, com a Ordem Francisca Secular, cujo objetivo era o “amparo a pobreza”, temos muitos outros exemplos que poderiam suscitar pesquisas interessantíssimas a respeito do processo de urbanização. Entre 1935 e 1959, foram criadas em Lages oito instituições dessa natureza, entre orfanatos, casas de auxílio aos necessitados, assistência a indigentes, auxílio as crianças pobres, menores abandonados, e assim por diante.

Outro ponto pouco esclarecido, e que identificamos no percurso de pesquisa desta dissertação, diz respeito às ocupações presentes na área urbana, desde, pelo menos a década de 1920. Funileiros, sapateiros, padeiros, operários de fábricas (cerveja, móveis, brinquedo, sabão), garçons, trabalhadores de curtumes, ferreiros, barbeiros, carpinteiros, são apenas algumas das profissões que encontramos em documentos como o *Almanak Lammert: Anuario Administrativo, agrícola,*

---

<sup>322</sup> THOMPSON, E. P. Op. Cit., p.185

*profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil*, com dados de 1898 a 1932<sup>323</sup>.

Ainda sobre esse tema, a partir de fontes como as elaboradas pelo geógrafo Victor Antônio Peluso Jr., em 1940, pode-se extrair as seguintes funções: vendedores de frutas; carpinteiros, vendedores de leite e aves; carregadores; lavadeiras; operários de fábrica, motoristas, operários de máquinas, pedreiros e descarregadores do moinho. Em alguns jornais, nas seções relativas a impostos, também se encontra funções ambulantes: amoladores, cabelereiros, engraxates e cabelereiro. A ligação entre essas ocupações e o processo de extração da madeira pode gerar, a meu ver, excelentes pesquisas quanto ao tema da formação da classe operária.

Enfim, como condição necessária para a exequibilidade da pesquisa, muitos outros trabalhos ficaram de fora da investigação. Alguns foram elaborados em âmbito acadêmico entre 1977 e 1990 e pela especificidade temática, acabaram omitidos<sup>324</sup>. Seria interessante um paralelo mais acurado, no sentido de pensar as condições de produção em comparação às dissertações analisadas aqui e principalmente os avanços conquistados pela historiografia nos últimos 30 anos<sup>325</sup>.

<sup>323</sup> Almanak Lammert: Anuario Administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial dos Estados Unidos do Brazil, Rio de Janeiro, 1911, p.4310.

<sup>324</sup> COELHO, Pedro Paulo Waltrick. *O desenvolvimento da pecuária bovina em Lages*. Dissertação de Mestrado em História (UFSC). Florianópolis, 1982; SILVA, Elizabeth Farias da. Op. Cit., 1985; SERPA, Élio C. Op. Cit., 1989.

<sup>325</sup> PEIXER, Zilma Isabel. Op. Cit., 2002. MUNIZ, Vanessa Aparecida. *Sociabilidades e namoros na década de 70 – Lages (SC)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UDESC, 2012. FAVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis: UDESC, 2010; LAVOURA, César. Op. Cit., 2013. ANDRADE, Eveline. Op. Cit., 2011. MIRANDA, Silmara Luciane. Op. Cit., 2001. BRANCO, Juçara de Souza Castello. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardas pela memória*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001; BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis:

Os apontamentos e críticas realizadas aqui possuem força somente em relação às obras analisadas e não as pesquisas realizadas posteriormente. Muitos trabalhos sobre Lages, alguns citados no decorrer do texto, avançaram significativamente em relação aos temas, objetos e abordagens discutidos no primeiro e segundo capítulo. Apesar disso, muitas vezes quando versam sobre a pecuária e o ciclo da madeira, reproduzem as noções genéricas que ainda se mantêm hegemônicas. E isso se deve, provavelmente, aos próprios limites de cada pesquisador para o devido trabalho empírico.

Muitos outros trabalhos da historiografia de Lages, infelizmente, não puderam fazer parte da análise, o que certamente tornaria o segundo capítulo mais interessante. A história focada nos estudos africanos e de afrodescendentes, apenas para citar um exemplo, tem revelado uma fortuna de situações que antes eram desconhecidas e que, sem dúvidas, podem auxiliar na compreensão e elaboração da história das classes populares<sup>326</sup>. De igual modo, caboclos ou pequenos agricultores, roceiros, também tem sido objeto de discussão e ventilam o assunto com novas proposições e resultados<sup>327</sup>.

Enfim, para as considerações finais, é importante registrar que se tratou aqui, de compreender, finalmente, num sentido mais geral, como um determinado conjunto de imagens, paisagens, textos e retóricas sobre o passado foram forjados e quais foram os possíveis critérios que influenciaram nessa construção. Essas narrativas, ao se apropriar de determinados temas e que, ao homogeneizar singularidades em espaços e temporalidades diferentes, a partir de esquecimentos e miopias interessadas (no caso das obras discutidas no primeiro capítulo), detiveram do passado apenas aquilo que convinha e que, por inúmeros fatores, conseguiu permanecer como fonte predominante de compreensão do passado e como matriz orientadora da “memória

---

UFSC, 2005. NUNES, Sara. Op. Cit., 2007. MORETTO, Samira Peruchi. Op. Cit., 2010; ISHIDA, Americo et al. *Op. Cit.*, 2013

<sup>326</sup> CARVALHO, Andréa A. de M. Cândido. *Negros em Lages: memória e experiência de afrodescendentes no Planalto Serrano (1960-1970)*. Itajaí: Ed. Casa Aberta, 2008. MARCON, Frank. *Op. Cit.*, 2010

<sup>327</sup> JESUS, Samir Ribeiro de. Op. Cit., 1991; MACIEL, Janaina Neves. Op. Cit. 2015.

coletiva” de uma cidade (o que reflete nos trabalhos do segundo capítulo)<sup>328</sup>.

Esse processo, frequentemente se deu em detrimento da memória de outros grupos – que, embora pouco reconhecida, defendem-na e a preservam como podem ao longo do tempo -, daí a necessidade de historiadores e historiadoras revisitá-lo, para ratificar ou desfazer através da “lógica histórica”<sup>329</sup> as convictas afirmações dos “denodados legionários da pena”. As representações do passado, quando consolidadas, estáveis e quando apresentam uma continuidade muito extensa, servindo a diferentes interesses políticos e econômicos ao longo do tempo, deve sempre ser ensejo para a nossa desconfiança. É importante salientar, portanto, que não há inocência na escrita da história. Como conclui Benjamin, “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”<sup>330</sup> e, talvez por isso, seja hora de realizar pesquisas históricas a partir “uma reconstrução um pouco menos tranquilizadora”<sup>331</sup>.

Talvez a principal contribuição deste trabalho, tenha sido demonstrar o estranho e paradoxal encontro entre diferentes produções que, apesar de elaboradas em contextos e períodos distintos, partindo de objetivos completamente dessemelhantes, mantiveram intocáveis os

<sup>328</sup> A memória coletiva, segundo Claude Lefort é: “é elaborada no interior e na conjunção de múltiplos agrupamentos que apenas retém do passado o que convém à sua representação do presente. E é moldada em nossa época, cada vez mais insistentemente, pelo pequeno número que dispõe dos meios para difundir estas representações (...)” LEFORT, Claude apud CARDOSO, Irene. Narrativa e história. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-13, Nov. 2000

<sup>329</sup> “Por ‘lógica histórica’ entendo um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (‘instâncias, ilustrações’). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado e a pesquisa empírica, do outro. O interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese; o interrogado é a evidência, com suas propriedades terminadas. THOMPSON, E. P. Op. Cit., 1981, p.49

<sup>330</sup> BENJAMIN, Walter. Op. Cit., 1987, p.229

<sup>331</sup> THOMPSON, E. P., 2015, p.27

consensos infrutíferos e preconceitos e silenciamentos direcionados às classes populares e que foram construídos ao longo do século XX. Localizamos assim, a construção de preceitos equivocados sobre a suposta inabilidade e debilidade histórica, cultural, econômica e política da população cabocla.

Finalmente, ao investigar uma parte da história da cidade em que nasci, cresci e vivi por 18 anos, não ousaria reivindicar falsa neutralidade, tampouco distanciamento ou imparcialidade do objeto. Reivindico, além de outras coisas, a memória, o interesse pessoal e a proximidade, porque crescer em um lugar é ter a oportunidade de “[...] observar a configuração de uma cultura e seus modos de transformação”<sup>332</sup>, o que é uma grande vantagem para um historiador.

E assim, antecipo a defesa de uma história possível (e imprescindível) de Lages, que ainda está para ser conhecida, uma *história diversa*, diversa em “[...] todos os sentidos que a palavra possui: diversa porque diferente da história contada até agora; diversa porque múltipla e porque expõe a diversidade; diversa porque está mudada; e ainda, diversa porque é discordante”<sup>333</sup>.

E isso não deve parecer pouco, porque ainda há o rastro de muitas pessoas pela cidade, seja daquelas que levantaram cercas, negociaram seus produtos, construíram casas, reivindicaram direito à moradia, enfim, constituíram suas vidas. O historiador, quando atento às pistas, pode encontrar a história local “[...] dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”<sup>334</sup>.

Ítalo Calvino, em *As cidades Invisíveis*, nos forneceu pistas bastante sugestivas quando tratou das diferentes dimensões que podem

<sup>332</sup> WILLIAMS, Raymond. A cultura é de todos. Trad. Maria Elisa Cevasco. Originalmente *Culture is ordinary* [1958]. In: Resources of hope: culture, democracy, socialism. London: Verso, p.3-14

<sup>333</sup> Essa expressão é original do título de um livro sobre africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Essa referência contribuiu para que eu pudesse perceber e insistir, que em outra cidade, em outro período e outro contexto, também poderia haver uma história diversa, nos termos em que descreveram as autoras. MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann. Op. Cit., 2013, p.11

<sup>334</sup> SAMUEL, Raphael. Documentação: histórica local e história oral. Trad. Zena Winoma Eisenberg. *Rev. Bras. De Hist.* São Paulo. V.9, n.19. 1990, p.220.

existir em uma cidade. Ao invés de descrever o número de degraus de suas escadas ou o formato dos seus prédios, o autor insiste que devemos atentar para o seu fio condutor, naquilo que a cidade tem de secreto, para as suas regras, por vezes absurdas, e suas perspectivas enganosas. Para Calvino a cidade também é feita “das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado [...]”<sup>335</sup>. A cidade, portanto, tem uma história; “ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas suas condições históricas”<sup>336</sup>.

Assim, insistimos na ideia de que é necessário arriscar-se para melhor compreender o processo histórico de Lages e principalmente para conhecer a participação dos “de baixo” no conjunto das transformações ocorridas naquela região. Afinal, nada mais justo, uma vez que a cidade dos campos de cima da serra foi erigida com o suor e trabalho dessas pessoas. Aproveitando que a história, enquanto campo, já não se faz de bons sentimentos, mas de provas, indícios, métodos, disputas e críticas, é indispensável a insistência na ideia de que “ninguém pode abrir mão de pensar historicamente, de se preocupar com os processos, embates cotidianos e jogos de poder que envolveram sujeitos de diversas origens e culturas e resultaram na sociedade e no espaço que conhecemos”<sup>337</sup>.

---

<sup>335</sup> CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: Globo; São Paulo: F. de São Paulo, 2003, p.15. A obra é uma ficção que decorre no século XIV. Através do diálogo entre o imperador Klubai Khan e Marco Polo, o narrador descreve cidades imaginárias. Sabemos que há muitas implicações de ordem teórica na relação entre história e literatura, mas aqui adotamos a perspectiva de Ginzburg para pensar essas tramas. Citar. Evandro Ziggiatti Monteiro, ao resenhar *Cidades Invisíveis*, ressaltou que o livro “tem sido utilizado, mundo afora, não apenas como uma obra literária profunda e inspiradora, mas também como substrato para reflexões e pesquisas do fenômeno urbano, e, ainda, como ponto de partida didático para ensinar os alunos de arquitetura a olhar e a pensar sobre a cidade”. *Cidades invisíveis visitadas. Uma leitura de Ítalo Calvino para compreender a paisagem urbana*. Em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.085/3050> Acesso Jan. 2016.

<sup>336</sup> LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2011, p.52

<sup>337</sup> MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann. Op. Cit. p.13

Os diálogos mais recentes dos historiadores com antropólogos e seu método etnográfico, poderiam nos informar melhor como indivíduos, de fato, agiram e reagiram frente a essas mudanças<sup>338</sup>. São elementos históricos importantes que ainda desconhecemos. A partir da “lógica histórica”, simplificações do porte que apresentamos também podem ser evitadas e muitas histórias mais instigantes, complexas e interessantes, podem ser conhecidas, o que pode nos obrigar a perceber, que há muito mais história por trás das afirmações como a de que “não existiria a história de Lages sem a história da exploração pecuária”<sup>339</sup>, ou que “a criação de gado foi até a década de 30 do século XX, a única atividade econômica geradora de riquezas na região”<sup>340</sup>. Caso contrário, continuaremos a crer também que “foi somente com o impulso registrado na indústria madeireira que a situação econômica do município, aliás, da região serrana, começou a acusar modificações substanciais”<sup>341</sup>.

Desse modo, tentei lançar algumas questões que precisam ser coletivamente discutidas. Hoje temos condições suficientes para ver que pessoas comuns, trabalhadores, agricultores, se apropriaram de regras sociais, mesmo que sejam regras forjadas por uma “ideologia dominante”, realizando apropriações seletivas com vínculos concretos em noções mais amplas, adaptadas aos seus desafios, necessidades, expectativas e nos termos de sua própria experiência.

Ao fim da jornada, é certo que podemos retornar como melhores métodos, um melhor mapa, no qual a partir das margens “encontraremos sempre as fronteiras do desconhecido”, sendo que o que resta fazer é “interrogar os silêncios reais, através do diálogo do conhecimento”<sup>342</sup>. Como “a arte é longa e a vida é breve”, encerro,

---

<sup>338</sup> Cf. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

<sup>339</sup> COELHO, Pedro Paulo Waltrick. Op. Cit., 1982, p.12/13

<sup>340</sup> SILVA, Edson José da. *Aspectos da região serrana catarinense e a influencia da empresa Klabin*. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. Florianópolis: UFSC, 2010, p.20

<sup>341</sup> COSTA, Licurgo. Op. Cit. p.746

<sup>342</sup> THOMPSON, E. P. Op. Cit., 1981, p.185

enfim, este trabalho com um excerto de uma excelente recomendação de teoria da história que apesar de já bastante difundido, ainda tem muito a nos ensinar. Ele foi escrito por Bertold Brecht, e se chama *Perguntas de um operário letrado*.

*Quem construiu Tebas, a cidade das sete portas? Nos livros estão nomes de reis; os reis carregaram pedras? E a Babilônia, tantas vezes destruída, quem a reconstruía sempre? Em que casas da dourada Lima viviam aqueles que a edificaram? No dia em que a Muralha da China ficou pronta, para onde foram os pedreiros? (...) Tantas informações. Tantas questões.*

\*\*\*



## FONTES

### *Fontes bibliográficas - 1º Capítulo*

ANTUNES, Wilson Vidal. *História concisa de Lages*. Correio Lageano, 1989.

ARRUDA, Indalécio. *Lages*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, 1960.

COSTA, João José Theodoro da. *Reminiscências políticas*, [1901]. Florianópolis: Instituto Histórico e geográfico de Santa Catarina, Coleção Catariana. 2003.

COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influencia no sertão da terra firme*. 4 v. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DACHS, Walter. *Histórico da vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens*. Coluna semanal do Jornal Guia Serrano, 1960-1964.

RAMOS JR. Vidal Ramos. Notas para a história da fundação de Lages: 1766 – 1783. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Imprensa Oficial. 1944.

### *Fontes bibliográficas - 2º Capítulo*

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder político e mudança social: estudo sobre o poder político-oligárquico no município de Lages – SC. Dissertação de Mestrado em Direito. 1977.

MARTENDAL, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a inclusão do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Dissertação. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região de Lages*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990.

### *Fontes diversas – legislação, imprensa, cartas e ofícios.*

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1911-1931.

Anuario de Santa Catharina, Estatística e informações, 1900.

Arquivos CPDOC, Vidal Ramos Jr. Verbetes Primeira República.

Ata da 24ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão legislativa extraordinária, da 3ª legislatura, 12 de abril de 1955.

Ata da 51ª Sessão ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 3ª legislatura, realizada em 1º de Julho de 1955.

Ata da 70ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa da 3ª legislatura, realizada em 17 de Agosto de 1956.

Câmara dos Deputados: *Deputados brasileiros*. Repertório (1983-1987); Carta resposta do prefeito de Lages as acusações de Jorge Bornhausen, 15 de Junho de 1978.

Concepções e Diretrizes do Vianei –1987/1988.

Correio Lageano de jan. a abril de 1943

Entrevista realizada por Apolinário Teres com o autor em: Licurgo Ramos da Costa, o senhor embaixador. Disponível em: <http://www1.an.com.br/grande/licurgo/> Acesso em fev. de 2016.

Instituto Dirceu Carneiro

<http://institutodirceucarneiro.org.br/instituto.html>

Jornal ABC, Rio de Janeiro 17 de Abril de 1920,

Jornal ABC, Rio de Janeiro, 17 de Abril de 1920.

*Jornal de Santa Catarina*, 10 de Junho de 1978.

Jornal *Folha de S. Paulo*, 13 de junho de 1981.

Jornal *Folha de S. Paulo*, 19 de Janeiro de 1981.

Jornal *Lages: a força do povo*, 2 anos de administração, Fevereiro de 1979 .

Jornal *O Garoto*, “Jornal Critico, Humorístico e Noticioso”. Lages, 20 de março de 1921.

Jornal *O Lageano*, 21 de Julho de 1883.

Jornal *O Planalto*, 28 de Maio de 1924

Jornal *O planalto*, 7 de Junho de 1917.

Jornal *O planalto*. Lages, 10 de dezembro de 1921.

Jornal Pixurum. Vianei: dez anos. Lages. n.39. Ano 5. dez. 1993

Jornal Pixurum. Vianei: dez anos. Lages. n.39. Ano 5. dez. 1993.

LAGES. Câmara Municipal de Lages. *Memórias do legislativo lageano*. Governo do Estado de Santa Catarina. 2008

*Relatório da Câmara Municipal ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, 19 de abril de 1887.

Relatório da Câmara Municipal ao Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 19 de Abril de 1887. Reproduzido em COSTA, Licurgo. P. 869.

Relatório da Inspetoria Regional de Estatística municipal de Santa Catarina, 1957.

Relatório para o Presidente da Província, em função do questionário enviado à Câmara Municipal de Lages, em 19 março de 1883.

Relatório para o Presidente da Província, em função do questionário enviado à Câmara Municipal de Lages, em 19 março de 1883.

Seção Verbetes no arquivo do CPDOC

SENADO. *Dados biográficos* (1987, 1996).



## REFERÊNCIAS

História de Lages

ALVES, Márcio Moreira. *A Força do Povo: democracia participativa em Lages*. São Paulo: brasiliense, 1980.

ANDRADE, Edinara Terezinha. *A experiência popular no município de Lages (gestão 1977-82): transição a um clientelismo de massas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1994.

ANDRADE, Eveline. *A cidade nos campos de cima da serra: experiências de urbanização e saúde em Lages – 1870 – 1910*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011

BASTOS, Maycon Neykiel. *O município de Lages no cenário econômico industrial da região serrana de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado em Geografia. Florianópolis, 2011

BELTRAME, Sônia Aparecida Branco. *A educação dos que vivem a resistência – 1949/1989 – um estudo com pequenos produtores sem-terra, no município de Curitibaanos – Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Educação, Florianópolis, 1991.

BOGACIOVAS, M. M. Amaral. Antigos Proprietários Rurais de Lages. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, v. 6, p. 9-91, 1999.

BORGES, Nilsen C. Oliveira. *Terra, gado e trabalho: sociedade e economia escravista em Lages, SC (1840-1865)*. Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2005.

BRANCO, Juçara de Souza Castello. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2001.

CALAZANS, Maria Julieta C. et. Al. *Produção de educação e cultura popular – a experiência de Lages 1977-1982*. Florianópolis: FAPEU, 1983.

CAON, Edézio Nery. *Estórias de minha cidade*. Lages: gráfica Wilson, 1978.

CARVALHO, Andréa A. de M. Cândido. *Negros em Lages: memória e experiência de afrodescendentes no Planalto Serrano (1960-1970)*. Itajaí: Ed. Casa Aberta, 2008.

COELHO, Pedro Paulo Waltrick. *O desenvolvimento da pecuária bovina em Lages*. Dissertação de Mestrado em História (UFSC). Florianópolis, 1982.

COSTA, Licurgo. *Lages: comércio e desenvolvimento de uma cidade*. SENAC, s/d.

DERENGOSKI, Paulo Ramos. *Associação Rural de Lages. 70 anos de História – fazendeiros e suas memórias*. Lages: gráfica Coan, 2009.

FAVERO, Tâmyta Rosa. *Tramas e desenlaces: o cenário político na “velha Lages” durante a ditadura militar (Lages, SC, Década de 70)*. Monografia. Florianópolis: UDESC, 2010.

FERREIRA, Ana Luiza S. Lages: um jeito de governar. *Revista Pólis*. Instituto de Estudos, formação e assessoria em políticas sociais, São Paulo, 1991.

FLORIANI, Guilherme dos Santos. *História florestal e sociológica do uso do solo na região dos campos de Lages no século XX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Agrárias (Manejo do solo). Lages: UDESC, 2007.

GARCIA, Fabiano. *Rupturas, permanências e transição: a “força do povo” em Lages-SC (1977-1982)*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

GOULART, Yedda de Castro Brascher. *Vidal Ramos Junior: um lageano, uma paixão*. Florianópolis: Ed. Insular, 2004.

ISHIDA, Americo et al. *Memórias, ausências e presenças do art déco em Lages*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

LAVOURA, César. *O poder simbólico das artes: teatro e cinema nos tempos da Princesa Serrana*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2013.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. Poder político e mudança social: estudo sobre o poder político-oligárquico no município de Lages – SC. Dissertação de Mestrado em Direito. 1977.

LOCKS, Geraldo Augusto. *Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito - SC* /.Florianópolis, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

LOHN, Reinaldo L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

MACIEL, Janaina Neves. *Terra, direito e poder: leis, trabalho e algumas relações de sociabilidades do meio rural de Lages-SC no início da Primeira República*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MARCON, Frank. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

MARCON, Frank; ANDRADE, Eveline; VILLAGRAN, Carla J. *Engrenagens em movimento: cultura e sociedade no sul do país*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009.

MARTENDAL, José Ari Celso. *Processos produtivos e trabalho-educação: a inclusão do caboclo catarinense na indústria madeireira*. Dissertação. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

MIRANDA, Silmara Luciane. *Lages 1940: discursos e remodelações urbanas*. Dissertação de mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2001.

MORETTO, Samira Peruchi; NODARI, Eunice Sueli. Parque ecológico João José Theodoro da Costa Neto. Conservação da floresta em Lages. *Anais do IV Congresso Internacional de História*. Maringá, 2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/712.pdf>. Acesso fev. 2016.

MUNARIM, Antônio. *A práxis dos movimentos sociais na região de Lages*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990.

MUNIZ, Vanessa Aparecida. As relações de gênero entre coronéis, concubinas e suas esposas na década de 1950 (Lages – SC). XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios., 2015, Florianópolis. Anais Eletrônicos SNH-2015, 2015.

NUNES, Sara. *Caso Canozzi: um crime e vários sentidos*. Lages: Grafine, 2011.

PEIXER, Zilma Isabel. *A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages*. Lages: UNIPLAC, 2002.

QUINTEIRO, Jucirema. *A “Força do povo” em Lages: mas o que foi mesmo, esta experiência?* Dissertação de mestrado em Filosofia da educação. São Paulo: PUC, 1991.

RAMOS, Armando. *Passado e presente*. Lages: Gráfica ACS, 4. Ed. 1988.

SILVA, Elizabeth Farias da. O MDB/PMDB em Lages: análise de um partido de oposição no governo (1972-1982). Dissertação de Sociologia política. Florianópolis: UFSC, 1985.



SILVEIRA, Lori Terezinha da. *Mostras do campo de Lages: educação e cultura na democracia participativa (1977 – 1983)*. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 2004.

História de Santa Catarina e/ou regional

AGUIAR, Itamar. *As eleições de 1982 para governador em Santa Catarina – táticas e estratégias das elites no confronto com as oposições*. Dissertação de Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1991.

ARRUDA FILHO, Raul José Mattos de. *Baruio di purungo: literatura no Planalto Serrano de Santa Catarina*. Dissertação em Letras – Literatura e Teoria Literária. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

AXT, Gunter. Introdução: nota biográfica e trajetória política. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.

BRUNO, Ernani Silva. *História e paisagens do Brasil: Pinheirais e marinhas – Paraná e Santa Catarina*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1961

CAMPOS, Emerson César de. *O catarinense de bombacha: movimento tradicionalista gaúcho em Santa Catarina (1959-1997)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Florianópolis, 1999.

FROZZA, Márcia Vidal Cândido. *Paisagens, retratos e quadros: o planalto catarinense em Bulha d'Arroio e Amigo Velho*. Dissertação de Mestrado em Literatura, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. (Tese de doutorado). São Paulo, USP, 2006.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

HOFF, Débora Nayar; SIMIONI, Flávio José. *O setor de base florestal na serra catarinense*. Lages: Editora Uniplac, 2004.

JESUS, Samir Ribeiro de. *Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

LIMA, H. Espada. Da escravidão à liberdade na ilha de Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Beatriz G. VIDAL, Joseane Zimmermann. *História diversa: africano e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

LOHN, Reinaldo L. A cidade contra o campo. In: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann. *História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

PIAZZA, Walter: *Dicionário Político Catarinense*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

SACHET, Celestino. In: SOARES, Iaponan. *Panorama do Conto Catarinense*. Florianópolis, 1974.

SANTOS, Silvio Coelho dos; REIS, Maria José. *Memórias do setor elétrico na Região Sul*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SERPA, Élio C. *Igreja e catolicismo popular no planalto serrano catarinense: 1891-1930*. Dissertação de Mestrado em História (UFSC). Florianópolis, 1989.

SILVA, Edson José da. *Aspectos da região serrana catarinense e a influencia da empresa Klabin*. Monografia de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas. Florianópolis: UFSC, 2010.

TOMPOROSKI, A. A. "*O polvo e seus tentáculos*": *A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940*. Tese de doutorado em História (UFSC), Florianópolis, 2013.

WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.

Geral

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: EDUSP, 1998.

BALAN, Jorge. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. *Estudos CEBRAP*, v.5, p.5-79, jul/set. 1973;

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magias e técnica, arte e política*. 3ª ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BLAKE, David H.; DRISCOLL, Robert E. The social and economic impacts of transnational corporations: case studies of the U.S. Paper Industry in Brazil. New York: Fund for Multinational Management for Education, 1976.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, J.R.L. Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo, *Companhia Editora Nacional*, 1978.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e história. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Rio de Janeiro: Globo; São Paulo: F. de São Paulo, 2003.

CANDIDO, Antonio. Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Irene. Narrativa e história. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 3-13, Nov. 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?” In: [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp13/Geousp13\\_Resenha\\_Fani.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp13/Geousp13_Resenha_Fani.htm), 2003.

CARVALHO, Andréa A. de M. Cândido. Negros em Lages: memória e experiência de afrodescendentes no Planalto Serrano (1960-1970). Itajaí: Ed. Casa Aberta, 2008.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Lar, trabalho e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

COSTA, Frederico J. F. A natureza ontológica do pensamento de Marx. *Revista Eletrônica. Arma da Crítica*, v.1, 2009.

DAVIS, Mike. Planeta de favelas. A involução urbana e o proletariado informal. In: SADER, Emir (org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. Antropologia e história nos anos 1980. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio F. da (org.). *Nova História em perspectiva*. Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. *Série: Texto para discussão*. n.1025, Brasília: IPEA, 2004.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cultura popular e cultura política no pós-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mocca, 1942-1973*. Tese de Doutorado em História: Campinas, 2002.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

FENELON, Déa. O historiador e a cultura Popular: história de classe ou história do povo? *História & Perspectivas*. Universidade Federal de Uberlândia, n. 6, 1992.

FEREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. .

FERREIRAS, Norberto. Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson. *Rev. Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3: Maringá, 309-322, 1999.

FONTES, Paulo. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado em História. Campinas. IFCH/UNICAMP, 2002.

FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

FORTES, Alexandre. Formação de classe e participação política: E. P. Thompson e o populismo. Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 17, p. 171-193, 2010.

GASPARI, Élio. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil : notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo* (London), v. 1, n.2. Niterói, Rio de Janeiro.

- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*, v. 2. Org. e trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça. Ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antônio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/ FAPESP, 2002.
- KRAUSE, Thiago nascimento. A formação de uma classe dominante: a gentry escravista na América Inglesa Continental. *História Unisinos*, 17(1); p. 12-23, Janeiro/Abril 2013.
- LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília et al. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2009.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Trad. Carlos Irineu de Souza. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.
- LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Tempo* vol.20, Niterói, 2014
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 5 ed. São Paulo: Hucitec,
- MARX, Karl apud OEHLER, Dolf. *Terrenos vulcânicos*. São Paulo: Cosac Naify, 2004
- MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. *Geografias*. Belo Horizonte, n.8. v.1. jan.jun. 2012.

- MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2012.
- MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história da cidade: questões e debates. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. 2012,
- MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. Cidades invisíveis visitadas. Uma leitura de Ítalo Calvino para compreender a paisagem urbana. Em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.085/3050> Acesso Fev. 2016.
- MULLER, Ricardo G; DUARTE, Adriano L. (org.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argus, 2012.
- NEGRO, A. L.. Paternalismo, populismo e história social. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Campinas, v. 20/21, p. 9-37, 2004.
- NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão: sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista - O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013
- PAOLI, Maria Célia. Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*. v.3 n.7. São Paulo Set./Dez. 1989.
- PERALTA, Francisco José. *A arquitetura art-déco no governo Vargas: a construção de uma identidade nacional*. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, 2005.



- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- POSTONE, Moishe. Robert Brenner, Giovanni Arrighi, David Harvey. Teorizando o mundo contemporâneo. CEBRAP: Novos Estudos, Jul. 2008.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PRADO, Maria Lígia. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REGIS, Osni de Medeiros. *Classe social e poder* [1955]. In: WOLKMER, Antônio Carlos et al. (org.). *Osni de Medeiros Régis: artigos e discursos (1955 – 1970)*. Florianópolis: MPSC, 2014.
- REIS, José Carlos. *Teoria e história: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- RODRIGUES, R.P.. Cristianismo Profético: Esperança e Utopia em Helder Camara, Henri Desroche e na JMJ do Papa Francisco no Brasil. *Estudos de Religião*, v. 27, p. 249-269, 2013.
- SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. *Lua Nova*, São Paulo, n. 65, ago. 2005.

SAMUEL, Raphael. Documentação: histórica local e história oral. Trad. Zena Winoma Eisenberg. *Rev. Bras. De Hist.* São Paulo. V.9, n.19. 1990.

SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. Proj. História, USP. São Paulo, n.14, fev. 1997.

SANTOS, Roberto Santana. 30 anos de transição no Brasil: luta de classes e dependência na constituição do Brasil contemporâneo. *Rev. Contemporânea*. Dossiê redemocratizações e transições políticas no mundo contemporâneo. Ano 5, n.7, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. *Rev. Mundos do Trabalho*, v.3, n.5. Jan-Jun, 2011.

SETUBAL, P. *Confiteor*. São Paulo: Saraiva, 1958 [1920].

SILVA, Carlos Eduardo Moreira da. Da revolução aos resultados. In: Semana Científica, 1999, São Miguel do Oeste. *Anais de produção científica*. Chapecó: grifos, 1999.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo: editora Brasiliense, 1978.

STEFANO, Valdir. Octavio Domingues: concepções sobre miscigenação no contexto eugênico. Dossiê Darwinismo e filosofia. *Rev. Temas & Matizes*. N.15. 2009, p.42-54.

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001. (2ª edição, 2012).

THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. (org.). *E. P. Thompson. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2012.

VEIGA, José Eli da. *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é de todos. Trad. Maria Elisa Cevasco. Originalmente *Culture is ordinary* [1958]. In: *Resources of hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso.

WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras. Entrevistas da New Left Review*. Trad. André Glaser. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1979.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras. 2011,

WOOD, Ellen M. As origens agrárias do capitalismo. *Rev. Crítica Marxista*, UNICAMP, n.10. 2000., p.-12-29.

WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo, 2011.

ZAPPAROLI, Irene Domenes; ZAPPAROLI, Ferdinando Vinicius Domenes. Classe trabalhadora no Brasil sob a luz da teoria de Bárbara

Weinstein. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.